

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E TURISMO
MESTRADO ACADÊMICO EM TURISMO E HOTELARIA

RAFAEL FERNANDO DE FARIA

**LEGADO SOCIOCULTURAL COMO SUBSÍDIO PARA O DESENVOLVIMENTO
DO TURISMO EM TRÊS RIACHOS, MUNICÍPIO DE BIGUAÇU-SC.**

BALNEÁRIO CAMBORIÚ (SC), 2008.

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

RAFAEL FERNANDO DE FARIA

**LEGADO SOCIOCULTURAL COMO SUBSÍDIO PARA O DESENVOLVIMENTO
DO TURISMO EM TRÊS RIACHOS, MUNICÍPIO DE BIGUAÇU-SC.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Administração e Turismo - Mestrado Acadêmico em Turismo e Hotelaria, da Universidade do Vale do Itajaí.

Orientadora: Prof.^a Dra. Yolanda Flores e Silva.

BALNEÁRIO CAMBORIÚ (SC), 2008.

AGRADECIMENTOS

São muitas as pessoas cujo apoio quero agradecer, pois cada uma delas, a sua maneira, participou desse desafio comigo. É mesmo temerário citar nomes porque corro o risco de esquecer (momentaneamente) o nome de alguém, e isso seria uma involuntária e enorme injustiça de minha parte para com essas pessoas. No entanto, não posso me furtar de ao menos tentar registrar esses nomes.

Em primeiro lugar, e especialmente, agradeço a professora do mestrado e minha orientadora nesta dissertação, a Prof.^a Dra. Yolanda Flores e Silva, por ter aceitado me acompanhar nessa empresa e por ter feito isso tão bem. Seu conhecimento, sua clareza de idéias, sua experiência profissional e de vida, sua generosidade e seu bom humor são realmente estimulantes. Também por ter me cedido (mais de uma vez) sua casa em Três Riachos, na comunidade de São Mateus, para que eu me hospedasse, permitindo, assim, que eu permanecesse mais tempo desenvolvendo a pesquisa em campo - o que contribuiu decisivamente para o aprofundamento da mesma - além disso, esses períodos proporcionaram-me momentos realmente especiais!

Agradeço, também, a professora Terezinha Cardoso (UFSC) e a professora Dóris Ruschmann (UNIVALI), participantes das bancas de qualificação e defesa da dissertação e que avaliaram este trabalho. A leitura atenta e rigorosa destas professoras/pesquisadoras e suas considerações indicaram-me os limites e as inúmeras possibilidades presentes na proposta deste trabalho.

Muito obrigado a todos os moradores das comunidades de São Mateus, São Marcos e Canudos, a todos os que aceitaram participar das entrevistas semi-estruturadas e, especialmente, aos meus interlocutores em campo: João e Dona Catarina, Dona Quintina, Paulinho e Dona Venina e o filho do casal: Fábio, Dona Olívia (Dona Liva), Dona Vica, Dona Rosa e Seo Cazuca (*in memorian*), Dona Maria 'criveira', Seo Vidal e Dona Terezinha, Seo João Amândio e Yolanda V. Amândio, Dona Maria (mãe da Yolanda - *in memorian*), Dona Maria e Seo Saul, João e Dona Hilda, Seo Maurino, Nei, Gié, João, Firmino, Anibinha, Paulinho, Dona Duca, Seo Amarinho, Seo Anastácio, Valdivino, Alvino e Dona Gorete, Môa, Seo Chico, Seo Pedro Paulo e Fabiana, Dona Erundina, Seo Laércio, Seo Quirino.

Dedico um agradecimento especial a dois casais: João e a Dona Catarina, Terezinha e Zeca. Ao João e à Dona Catarina porque esse casal hospedou-me em sua casa durante quinze dias na minha primeira estada prolongada em São Mateus para a realização do trabalho

de campo. Esse período de co-habitação fez-me compreender o âmago e o verdadeiro significado de uma palavra muito cara à atividade turística: *hospitalidade*. Num momento difícil, quando, em campo, adoeci seriamente, acolheram-me de maneira carinhosa e durante minha convalescença cuidaram de mim com sincera preocupação e total atenção, como se eu fosse um de seus filhos. De certa maneira foi assim - como um filho - que me senti durante os dias que passamos juntos. Não poderia deixar de mencionar, ainda, os sucessivos empréstimos da bicicleta, pois sem ela o meu trabalho de campo seria deveras mais difícil, uma vez que distâncias não muito pequenas foram percorridas quase diariamente. Ao João, particularmente, devo agradecer pela sua paciência, receptividade, seu comprometimento e envolvimento com a pesquisa.

Ao outro casal – a Terezinha e o Zeca - agradeço pelo apoio recebido durante o trabalho de campo, isto é: pelas informações acerca das comunidades objeto da pesquisa, caronas, refeições, livros emprestados e, principalmente, pelas conversas e discussões instigantes que me proporcionaram.

Agradeço, ainda, a todas as mulheres que fazem parte do grupo de crivo e crochê da Associação de Desenvolvimento das Microbacias (ADM) em São Mateus: pelas conversas, pela paciência em responder aos meus questionamentos, pela receptividade, pelos cafés-da-tarde e pelo excelente passeio que fizemos à Garopada.

A todas essas pessoas sou grato por aceitarem participar da construção dessa etnografia, ainda que em gradientes diferentes.

Pelo suporte e apoio dado ao desenvolvimento deste trabalho agradeço aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria da UNIVALI e a todos os funcionários da secretaria do mesmo. Agradeço ao Éverson pelo apoio e pela torcida, e, sobretudo, agradeço à Marcia, pelo seu indefectível bom humor (desde os tempos da graduação), por sua responsabilidade, competência e presteza, disposição em resolver nossos problemas e, claro, também por sua torcida.

Não poderia deixar de agradecer outras três pessoas pelo apoio nas pesquisas em fontes secundárias e na aplicação de entrevistas: Sabino Scipiecz, hoje já mestre em Saúde e bolsista PIPG/UNIVALI; Julle C. Abreu, acadêmica do curso de Turismo e Hotelaria e bolsista PIBIC/CNPq; e Aniceto - o 'Tuta Bala' - acadêmico do curso de Psicologia e bolsista PIPG/UNIVALI. A contribuição dessas três figuras foi muito importante para a realização desta dissertação. Obrigado moçada!

Um muito obrigado carinhoso ao meu irmão, à Dona Lourdes e ao meu pai - meu porto seguro em qualquer tempo, pelo apoio afetivo, espiritual e financeiro. E, claro, um

“muito obrigado” à toda minha grande família, por manterem comigo trocas sempre desfavoráveis para eles: receberam ausência, mas não me negaram amor, carinho, atenção e apoio. Essas tias, esses tios, esses primos e essas primas, ofereceram-me uma miríade de momentos sempre descontraídos, relaxantes, revigorantes, onde inúmeras vezes busquei e sempre encontrei refúgio que fortificava o corpo, apaziguava a mente e vivificava o espírito.

Agradeço também à Jana, com quem compartilhei boa parte da minha vida e a quem devo meu ingresso no mestrado. Dela recebi amor, amizade, apoio, incentivo e confiança.

E, finalmente, pelo fomento desta pesquisa, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico – CNPq.

Parece um Sonho...

“Parece um sonho que ela tenha morrido!”

*Diziam todos... Sua viva imagem
Tinha carne!...E ouvia-se, na aragem,
Passar o frêmito do seu vestido...
E era como se ela houvesse partido
E logo fosse regressar da viagem...
Até que em nosso coração dorido
A dor cravava o seu punhal selvagem!
Mas tua imagem, nosso amor, é agora
Menos dos olhos, e mais do coração.
Nossa saudade te sorri: não chora...*

Mais perto estás de Deus, como um anjo querido

E ao lembrar-te a gente diz, então:

“Parece um sonho que ela tenha vivido!”

[Mario Quintana]

*Dedico esta dissertação à Marli Hess de Faria, perene
habitante da minha morada interior, ser transparente que
serviu, amou, foi amada, e cedo, muito cedo, partiu...*

Quando o vento da história é favorável, os elementos vivos das culturas que se perderam recuperam toda a sua força [...]. A cultura rural não está morta, mas foi vencida. Por esta razão, continuará viva como as brasas por baixo das cinzas da passagem do tempo. E a sua persistência continuará a reacender o pressentimento de nomes, espaços, ritos, tradições, costumes, festas, como líquen que se agarra aos velhos ramos da cultura em vigor.

[Avelino Hernandez - escritor espanhol].

RESUMO

Para a construção de uma pesquisa com caráter científico e social elaboramos esta dissertação por acreditarmos que a prática do turismo no meio rural, aliado à agricultura familiar orgânica e orientado para o desenvolvimento sustentável, apresenta-se como uma alternativa inclusiva, ética e solidária capaz de mitigar problemas historicamente atrelados ao meio rural. O objetivo geral é caracterizar os processos socioculturais e espaciais das comunidades rurais São Marcos, São Mateus e Canudos, no município de Biguaçu/SC; considerando os discursos da população local e seus conhecimentos específicos registrados ao longo dos anos de formação das mesmas. Além da pesquisa documental e bibliográfica em fontes secundárias e da aplicação de entrevistas semi-estruturadas, dentre os procedimentos metodológicos adotados foram utilizados diferentes métodos e técnicas de caráter etnográfico, tais como o registro fotográfico, a observação participante e o diário de campo. Entre os meses de maio e agosto de 2007 foram entrevistados trinta moradores, um de cada família, e entre os meses de novembro de 2007 e janeiro de 2008 entrevistamos outros quinze moradores de nove diferentes famílias, totalizando quarenta e cinco moradores entrevistados de trinta e nove famílias diferentes. Para a análise dos dados obtidos por meio das entrevistas semi-estruturadas foi utilizado o modelo de análise do Discurso do Sujeito Coletivo, proposto por Lefevre & Lefevre (2003). Como resultado foi identificado que os moradores têm interesse em desenvolver a atividade turística nas comunidades, apesar de não saberem exatamente de que maneira, e que este deve estar alicerçado na exploração sustentável dos recursos naturais e do legado cultural local por meio do agroturismo. Este legado poderá subsidiar a elaboração de propostas voltadas à identificação das potencialidades turísticas locais, bem como à formatação de serviços e produtos de natureza turística que se apresentem como alternativas sustentáveis de desenvolvimento local.

Palavras-chave: Turismo; Turismo no Meio Rural; Legado Sociocultural.

ABSTRACT

In order to carry out a scientific and social study, this dissertation was written because we believe that the practice of rural tourism, linked to organic family agriculture and oriented towards sustainable development, is an inclusive, ethical and mutually beneficial alternative capable of mitigating the problems that have traditionally been linked to the rural environment. The general objective is to characterize the sociocultural and spatial processes of the rural communities of São Marcos, São Mateus and Canudos, in the municipality of Biguaçu/SC; considering the discourses of the local population and their specific knowledge, recorded over years of formation of these communities. In addition to documentary and bibliographic research of secondary sources and the application of semi-structured interviews, the methodological procedures used also included various ethnographic methods, such as photographic records, participant observation, and a field diary. From May to August 2007, thirty local residents were interviewed, one from each family, and from November 2007 to January 2008, we interviewed fifteen residents from nine different families, making a total of forty five residents from thirty nine different families. To analyze the data obtained in the semi-structured interviews, Discourse of the Collective Subject, proposed by Lefevre & Lefevre (2003) was used as the model of analysis. As a result, it was identified that the inhabitants are interested in developing tourism activity in their communities, even though they do not know exactly how this should be done, and that this should be based on sustainable exploitation of the natural resources and the local natural heritage, by means of agricultural tourism. These findings can support the creation of proposals for identifying the potential of the tourism sites, as well as the formation of tourism services and products, as sustainable alternatives for local development.

Key words: Tourism; Rural Tourism; Sociocultural Heritage.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Associação de Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral Catarinense	AGRECO
Associação de Agricultores Acolhida na Colônia	AAAC
Associação de Desenvolvimento das Microbacias	ADM
Canudos	CAN
Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável	CITURDES
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico	CNPq.
Discurso do Sujeito Coletivo	DSC
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	EPAGRI
Fundação Getúlio Vargas	FGV
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	IBGE
Ministério do Desenvolvimento Agrário	MDA
Ministério do Turismo	MTur
Núcleo de Estudos Açorianos	NEA
Organização das Nações Unidas	ONU
Organização Mundial do Turismo	OMT
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	PRONAF
Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar	Rede TRAF
São Mateus	SMT
São Marcos	SMC
Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	SPHAN

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Representação esquemática da metodologia de pesquisa	79
Figura 2 – Modelo de análise das entrevistas semi-estruturadas	81

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Localização do estado de Santa Catarina	87
Imagem 2 - Mapa virtual: Localização do município de Biguaçu	88
Imagem 3 - Mapa virtual: localização e acesso ao município a partir da BR 101	89
Imagem 4 - Mapa virtual: localização das comunidades SMT, SMC e CAN	90
Imagem 5 - Mapa virtual: comunidades SMT, SMC e CAN	90
Imagem 6 - Localização da área rural do município de Biguaçu	103
Imagem 7 - Mapa virtual: acessos secundário e principal às comunidades	104
Imagem 8 - Mapa virtual: localização SMT, SMC, CAN e das localidades Espanha e Grota Funda	105
Imagem 9 - Mapa virtual: localização dos engenhos de farinha	138

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Perfil dos entrevistados	117
Quadro 2 – Modelo familiar e características da divisão de trabalho dos entrevistados	118
Quadro 3 – Origens culturais, Processo de Povoamento e Formação das comunidades	120
Quadro 4 – Origem dos topônimos locais	128
Quadro 5 – Trabalho e renda	131
Quadro 6 – Soluções de alimentação	139
Quadro 7 – Lazer e comemorações	144
Quadro 8 – Manifestações tradicionais e artesanato	148
Quadro 9 – Educação	151
Quadro 10 – Religião	153
Quadro 11 – A vida nas comunidades	155
Quadro 12 – Opinião sobre a ADM São Mateus	157
Quadro 13 – Novos moradores	158
Quadro 14 – Turismo nas comunidades	159

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Acesso secundário	104
Fotografia 2 – Acesso principal	104
Fotografia 3 – Casa construída em 1944, em SMC	126
Fotografia 4 – Detalhe: frontispício da casa construída em 1944, em SMC	126
Fotografia 5 – Casa construída em 1941, em SMC	127
Fotografia 6 – Fachada da casa construída e, 1941, em SMC	127

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.2 Problemática e Objetivos	19
1.2.1 Objetivo geral	19
1.2.2 Objetivos específicos	19
1.3 A Dissertação	20
2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS RELACIONADAS AO TEMA	23
2.1 Cultura: o olhar antropológico	23
2.2 A Noção de Território na Geografia	29
2.3 O Espaço Geográfico: gênese e evolução de um conceito	34
2.4 Novos Conceitos de Espaço e Tempo	38
2.5 Totalidade e Espaço: uma relação dialética	41
2.6 O Espaço no Olhar de Milton Santos	43
2.7 O Processo Dialético Entre as Categorias: estrutura-processo e função-forma	47
2.8 O Que é o Rural?	50
2.9 O Novo Rural Brasileiro: pluriatividade e multifuncionalidade	54
2.10 Turismo no Meio Rural	57
2.11 Turismo no Meio Rural no Brasil	61
3 PERCURSO METODOLÓGICO	66
3.1 A Pesquisa	66
3.2 Coleta de Dados	69
3.2.1 Pesquisa documental e bibliográfica	70
3.2.2 Seleção dos entrevistados	70
3.2.3 Entrevistas semi-estruturadas	71
3.2.4 História oral	72
3.2.5 Registro fotográfico	75
3.2.6 Observação participante	76
3.2.7 Diário de campo	78
3.3 Procedimento de Análise dos Dados	80
3.4 Aspectos Éticos da Pesquisa	82

4 INVENTÁRIO SOCIOCULTURAL E ESPACIAL	83
4.1 Breve Histórico de Biguaçu	84
4.2 Localização e Acessos ao Município	86
4.3 Aspectos Legais e Político-Administrativos do Município	91
4.4 SMC, SMT, CAN e Algumas Observações Etnográficas	100
5 LEGADO SOCIOCULTURAL E IDENTIDADE	114
5.1 Os Atores Sociais e Seus Discursos	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
REFERÊNCIAS	170
Fontes Eletrônicas	180
APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	181
APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista	183
APÊNDICE C - Roteiro de Observação	185
APÊNDICE D – CD ROM com fotografias das comunidades São Mateus, São Marcos e Canudos	186

1 INTRODUÇÃO

O tema escolhido para o desenvolvimento desta dissertação¹ emergiu da trajetória de estudos e vivências construídas ao longo de pesquisas, aulas e visitas técnicas a municípios rurais de Santa Catarina que inseriram em suas localidades atividades turísticas. Estes estudos fizeram parte das atividades do *Programa de Mestrado Acadêmico em Turismo e Hotelaria* - linha de pesquisa *Planejamento e Gestão de Espaços Turísticos* - e do grupo de pesquisa *Turismo: Espaço e Sociedade – TES*, que desde 1999² vem realizando pesquisas sobre a atividade turística no meio rural em Santa Catarina.

A partir das experiências no grupo de pesquisa TES, elaboramos esta pesquisa por acreditarmos que a prática do turismo no meio rural aliada à agricultura familiar orgânica e orientada para o desenvolvimento sustentável apresenta-se como uma alternativa inclusiva, solidária e responsável capaz de mitigar problemas historicamente atrelados ao meio rural.

Este estudo, portanto, é permeado de questões sobre o crescimento e o desenvolvimento de localidades rurais com caráter ético e sustentável, algo viável somente quando o processo de organização de atividades, como as turísticas, é participativo e se propõem resgatar e promover o patrimônio cultural e natural das localidades em que ocorrem. Trabalhar sob tal perspectiva demonstra a importância de refletir academicamente sobre esta temática, considerando-se que o desenvolvimento do patrimônio cultural de um povo não existe apenas nos grandes centros urbanos.

Estudos dessa natureza abordam o meio rural não somente em função da produção de alimentos, mas, sobretudo pela responsabilidade de manter a história do próprio planeta, promovendo sua sustentabilidade pela preservação das águas, das matas nativas e do legado cultural que determinaram, ao longo dos anos e das sucessivas gerações, as matrizes culturais, educacionais e ambientais de construção dos espaços rurais.

Na busca de caminhos direcionados ao ideal de um desenvolvimento sustentável, assim como pensar sobre o urbano com origem no rural, a reflexão e a convicção de que iniciativas como a agricultura orgânica familiar, o associativismo agroindustrial e a formação

¹ Esta dissertação é um desdobramento de um estudo mais amplo: o projeto de pesquisa aprovado no Edital Universal pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq), processo n. 478628/2006-04, cujo proponente e coordenadora é a Prof^a. Dra. Yolanda Flores e Silva – Universidade do Vale do Itajaí/UNIVALI. Nessa pesquisa ‘guarda-chuva’, da qual participei na condição de pesquisador colaborador, o número de entrevistados é mais expressivo (o dobro) e conta com trinta informantes por vila (São Mateus, São Marcos e Canudos), perfazendo um total de noventa entrevistados, em um universo aproximado de seiscentos moradores.

² O grupo de pesquisa está cadastrado no CNPq desde 2002, mas existe de fato desde 1999, quando o grupo iniciou estudos sobre ‘Espaço e Sociedade e Riscos Turísticos’, no programa de Mestrado em Turismo e Hotelaria da UNIVALI.

de redes entre comunidades rurais e urbanas também são imprescindíveis. Neste quadro de iniciativas, que inevitavelmente envolvem os agricultores familiares, é que se encontram alguns modelos de turismo participativo e de base local desenvolvido no meio rural.

Entre as diferentes modalidades de turismo³ que podem ser desenvolvidas no meio rural, Santa Catarina apresenta, em alguns municípios, uma forte participação associativa dos agricultores com a adoção de propostas de atividades turísticas associadas à agricultura orgânica. Nessas iniciativas busca-se, sobretudo, um desenvolvimento de forma associada das famílias agricultoras, de modo que os resultados lhes proporcionem condições para permanecerem no campo, que aumente sua auto-estima e que melhore sua qualidade de vida em todos os seus aspectos.

Sabemos que exemplos de destinos turísticos com estes preceitos e características são as exceções e não a regra, entretanto, o agroturismo vem conseguindo agregar valor a produtos e serviços rurais, incluindo os agricultores familiares enquanto empreendedores sociais. Nesse contexto, atividades agroturísticas vêm modificando o cotidiano das famílias rurais e dos municípios receptores, interferindo tanto de forma positiva quanto negativa no espaço natural, na cultura e em aspectos sociofamiliares da população local, bem como, vem transformando as relações de produção, trabalho, lazer, educação, entre outras possibilidades.

Partindo do pressuposto que o desenvolvimento local é necessário e, ao mesmo tempo, sabendo que este desenvolvimento por meio da atividade turística pode deflagrar processos que promovem transformações sociais graves e irreversíveis⁴, consideramos imprescindível a reflexão destes aspectos nas comunidades de São Marcos, São Mateus e Canudos, que formam, com outras oito, a localidade rural de Três Riachos, em Biguaçu/SC.

³ Entre as diversas modalidades de turismo praticado no meio rural estão, além de outras, principalmente o ecoturismo, o turismo alternativo, o turismo de aventura, o turismo rural e o agroturismo. São diferentes modalidades, no entanto não se excluem, mas se complementam. Quanto ao turismo rural e ao agroturismo, eles são comumente (e erroneamente) confundidos como sinônimos, mas Beni (2002, p. 32-33) esclarece a confusão afirmando que o turismo rural “[...] em termos de permanência e de utilização de equipamentos, pode apresentar instalações de hospedagem tanto em casas de antigas colônias de trabalhadores e de imigrantes dos distintos períodos agrários do Brasil, quanto em sedes de fazendas e em casas de engenho dos ciclos do café e da cana-de-açúcar, que tipificam o patrimônio histórico-arquitetônico e étnico-cultural de muitos Estados brasileiros ou também em propriedades modernas, em complexos turísticos e em hotéis-fazenda, particularmente voltados aos turistas, que buscam lazer e recreação em atividades agropastoris”. Quanto ao agroturismo, o autor destaca que: “[...] dois grandes aspectos distinguem esse segmento do turismo rural: o primeiro é a produção agropastoril em escala econômica que representa a maior fonte de rendimento da propriedade, e o turismo, receita complementar. O segundo é que as próprias atividades agropastoris continuem, em si mesmas, o principal diferencial turístico. Nesse caso, os turistas, para viverem uma autêntica experiência de vida do campo, poderão participar ou não da rotina diária dos afazeres domésticos ou produtivos da propriedade. [...] As instalações e os equipamentos mantêm-se na forma original, tais quais utilizadas por proprietários e trabalhadores e, se ampliadas para adicionalmente acomodar os visitantes, deverão conservar as mesmas características arquitetônicas.”

⁴ Algumas comunidades indígenas colocam isso em termos bem simples: “O turismo é como o fogo, ele pode cozinhar sua comida ou destruir sua casa”.

Estas três comunidades vêm apresentando, principalmente na última década, êxodo dos mais jovens para centros urbanos próximos, como Florianópolis, São José, Palhoça, Itajaí, Brusque e Blumenau. Esse fenômeno, como sabemos, não é particular destas comunidades, na verdade ele reflete as transformações ocorridas em todo o meio rural nacional ao longo das últimas décadas, as mesmas que apresentaram profundas mudanças de ordem econômica, tecnológica, cultural e ecológica.

Canário (2000) lembra que o isolamento das áreas rurais, as sucessivas perdas demográficas, a ausência de perspectivas de emprego e a falta de oferta de serviços públicos, são fatores estreitamente associados a processos de perda de identidade, de descrença, fatalismo e baixa auto-estima das populações que residem (e resistem) nesses espaços. Portanto, não é tarefa fácil a inversão da tendência de colapso que lhes afeta. Tal processo exige a identificação e a promoção de recursos endógenos, com a necessária iniciativa e participação dos atores locais.

Por outro lado, a diversificação dos processos econômicos e sociais também conduziu a uma maior heterogeneidade do uso da terra e da ocupação do espaço, com a emergência de novas funções socioeconômicas rurais associadas a serviços de turismo, lazer, recreação, educação, cultura, proteção ambiental e produção artesanal e industrial (agroindústrias) do que se produz no campo. Nesse sentido, o turismo no meio rural, quando emerge de uma proposta coletiva e responsável dos atores sociais locais e que contemple a preservação das especificidades culturais e naturais dessas comunidades, contribui decisivamente para a melhoria da qualidade de vida e da permanência da população no campo.

Com o propósito de proteger os bens culturais e naturais da população brasileira, a Constituição Brasileira (1998) determina, em seu artigo 225, que todos têm o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerando-se que este é de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defender e preservar estes bens.

Em nível mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU) fixou um conjunto de objetivos e metas voltadas à busca da qualidade de vida, com a erradicação da miséria e da fome, o combate à mortalidade infantil, a promoção da igualdade entre os sexos, a autonomia das mulheres, *a garantia da sustentabilidade ambiental* e a garantia do ensino básico universal. (ARBACHE, 2003).

Todas estas metas requerem um equilíbrio dinâmico entre fatores sociais, culturais, econômicos e a necessidade de proteção do ecoambiente. A preservação das culturas e da

biodiversidade representa, a um só tempo, segurança de qualidade de vida para as gerações futuras e potencial de recursos econômicos.

Depreende-se do exposto que aliar crescimento econômico, equidade social, preservação do patrimônio natural e das identidades culturais, é hoje um dos maiores desafios postos para os estados, municípios e comunidades na busca da sustentabilidade e da qualidade de vida. É no interior dessa discussão que esta dissertação se insere.

1.2 Problemática e Objetivos

Com base na realidade apresentada e a partir de um referencial teórico adequado que permitirá a reflexão e a compreensão do problema, as questões que emergem são as seguintes:

- Qual o legado sociocultural presente nos discursos e nas práticas sociais das comunidades São Marcos, São Mateus e Canudos, no município de Biguaçu/SC?
- Como é possível, a partir deste legado, organizar produtos e serviços de natureza turística que sejam economicamente, ambientalmente e socialmente sustentáveis?
- O resgate deste legado pode restaurar a auto-estima da população local e favorecer a construção de mecanismos de sustentabilidade econômica, ambiental e social que favoreçam a permanência dos moradores nas comunidades São Marcos, São Mateus e Canudos?

Considerando tal problemática, os objetivos que nortearam esta dissertação são:

1.2.1 Objetivo geral

- Caracterizar os processos socioculturais e espaciais das comunidades São Marcos, São Mateus e Canudos, no município de Biguaçu/SC; considerando os discursos da população local e seus conhecimentos específicos registrados ao longo dos anos de formação das mesmas.

1.2.2 Objetivos específicos

- Mapear e caracterizar o ambiente sociocultural e espacial das comunidades São Marcos, São Mateus e Canudos, em Biguaçu/SC;
- Realizar um inventário sociocultural e espacial (aspectos culturais e naturais) das comunidades São Marcos, São Mateus e Canudos;
- Avaliar as possibilidades de uso do legado sociocultural e espacial como fonte de serviços e produtos sustentáveis de natureza turística.

1.3 A Dissertação

Além da *Introdução*, da *Problemática* e dos *Objetivos*, esta dissertação está estruturada em cinco outras partes ou capítulos, quais sejam: Algumas Discussões Teóricas Relacionadas ao Tema; Percurso Metodológico; Inventário Sociocultural e Espacial; Legado Cultural e Identidade; e Considerações Finais. Tem-se a seguir um epítome do referencial teórico utilizado para sustentar as discussões contidas nesta dissertação.

O segundo capítulo - *Algumas Discussões Teóricas Relacionadas ao Tema* - subdivide-se em três partes: a primeira apresenta o entendimento antropológico de cultura; outra aborda alguns temas referentes ao território, ao espaço e aos processos socioculturais relacionados às sociedades contemporâneas; e a terceira parte faz uma reflexão acerca de algumas transformações estruturais que acometem o meio rural brasileiro, notadamente a partir das últimas décadas do século passado.

O item *Cultura: o olhar antropológico* apresenta a complexidade desse conceito multifário e polissêmico, demonstrando que a cultura (ou as culturas) não é geneticamente predeterminada, mas que ela é dinâmica, viva, e, portanto, está em permanente processo de re-criação. Na acepção antropológica *cultura* é compreendida como a dimensão da sociedade que inclui todo o conhecimento num sentido amplo e todas as maneiras como esse conhecimento é expresso num contexto de valores e símbolos relacionados à maneira como as sociedades vivem.

Nestes termos, a cultura diz respeito aos aspectos imateriais como os símbolos e valores identitários: estilo de vida, linguagem, arte e artesanato, crenças, relações sociais, formas de lazer, além dos aspectos materiais presentes no entorno físico humanizado (áreas de

cultivo, vilarejos, construções) e nos ‘supostamente’ não-humanizados como bosques, matas, montanhas e vales, geralmente caracterizadas como paisagens naturais e indômitas.

Em *Território, Espaço e Processos Socioculturais* é discutido o desgaste da noção de região proporcionado pelo processo de globalização tornando o território referência preferencial aos estudos espaciais geográficos, principalmente pela contribuição do arcabouço teórico legado por Milton Santos. O território é visto como uma criação social que abarca diferentes dimensões: econômica, política, cultural e ambiental, às quais Milton Santos sugere acrescentar a dimensão espacial. Essa multidimensionalidade oferece diferentes possibilidades de análise da organização e da dinâmica espacial e amplia as possibilidades de análise do território fazendo uso de suas variações: territorialidade, desterritorialidades e novas territorialidades.

Segue-se expondo as diferentes concepções ou definições de espaço de acordo com a época e a ‘escola’ geográfica correspondente. São apresentadas as mudanças nas concepções tradicionais de espaço e tempo como consequência do caráter dinâmico característico da modernidade, impondo à sociedade a adoção de novos paradigmas necessários para atender às exigências engendradas por esse processo.

Em seguida, é abordada a noção de totalidade como necessária à compreensão do espaço geográfico humanizado, bem como a importância de considerar as relações, ou melhor, as interações entre as partes que constituem a totalidade socioespacial. Inevitavelmente, também é apresentada a contribuição heurística de Milton Santos quanto às possibilidades de análise do espaço e de suas dinâmicas, destacando-se a relação dialética entre as categorias analíticas estrutura, processo, função e forma, as quais o autor recorre para compreender a totalidade social em sua espacialização.

Ainda no escopo do segundo capítulo, são apontadas algumas abordagens que pretendem definir o que é o rural, como a do senso comum e as discussões engendradas pelo meio acadêmico e instituições de pesquisa e governamentais. A progressiva perda de identidade cultural das populações rurais alienadas de sua origem e de suas tradições, assim como o recrudescimento das dificuldades de ordem financeira, levou-as a tomar uma atitude emancipatória deslocando os vetores de desenvolvimento destas comunidades que se encontram (ou se encontravam) inermes.

Essa nova condição assumida pela ruralidade está sendo chamada de o *novo rural*, representada, sobretudo, pela multifuncionalidade do meio rural e a pluriatividade das famílias rurais. Outrossim, este capítulo trata o turismo como um mecanismo alternativo ou de apoio à produção agrícola a fim de minimizar as adversidades enfrentadas pelas famílias

dos pequenos agricultores; discorre, ainda, acerca da gênese dessa modalidade de turismo no Brasil e de suas principais características.

O terceiro capítulo expõe o *Percurso Metodológico* adotado na pesquisa. Fala de suas características qualitativa e etnográfica, dos métodos e técnicas utilizadas para a coleta de dados bem como do procedimento de análise dos mesmos. Em seguida são apresentados os *Aspectos Éticos* que nortearam a pesquisa.

O capítulo quatro – *Inventário Sociocultural e Espacial* - traz o histórico, a localização e os limites geoespaciais, os aspectos legais e político-administrativos do município de Biguaçu, além de tecer algumas observações sobre as comunidades objeto desta pesquisa: São Marcos, São Mateus e Canudos.

O quinto e último capítulo – *Legado Sociocultural e Identidade* – trata da relação entre estes dois termos e de suas implicações, bem como apresenta e caracteriza os atores sociais e seus discursos sobre os aspectos socioculturais de outrora e atuais da vida nas comunidades, analisando-os à luz do referencial teórico proposto por Lefèvre & Lefèvre (2003) para a análise do *Discurso do Sujeito Coletivo*.

Nas *Considerações Finais* são avaliadas a pertinência e a relevância da presente pesquisa; é apresentada uma síntese dos resultados alcançados; são apontadas as dificuldades enfrentadas no desenvolvimento da pesquisa, além das limitações da mesma e sugestões de possíveis novos desdobramentos a serem seguidos.

2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS RELACIONADAS AO TEMA

2.1 Cultura: um olhar antropológico

A antropologia estuda o ser humano como ser biológico, social e cultural⁵. Sendo cada uma destas dimensões por si só bastante ampla, o conhecimento antropológico pode ser organizado em áreas que indicam uma escolha prévia de certos aspectos a serem privilegiados, é o caso da Antropologia Física ou Biológica (aspectos genéticos e biológicos do Homem), Antropologia Social (organização social e política, relações de parentesco, instituições sociais e suas funções), Antropologia Cultural (sistemas simbólicos, religião, comportamento), e, ainda, uma área que se ocupa com as condições de existência de civilizações ou grupos humanos desaparecidos: a Arqueologia. (KUPER, 2002).

Independentemente da definição adotada é possível entender a antropologia como o estudo das formas culturais em sua singularidade, uma forma de estudo e conhecimento sobre a diversidade cultural, de modo que a antropologia pode ser considerada uma maneira de buscar respostas para entendermos o que somos a partir do espelho fornecido pelo *outro*. Esta é uma forma de se situar na fronteira de diferentes mundos sociais e culturais, abrindo portas e construindo pontes entre eles, através das quais podemos ampliar nossas possibilidades de sentir, agir e refletir sobre o que, afinal de contas, nos torna - os humanos -, seres singulares.

A cultura, esse conceito tão caro à antropologia, é sem dúvida um conceito multifário e pode ser definida de diversas maneiras. Estudos e discussões sobre cultura se tornaram mais freqüentes na medida em que se aceleravam os contatos, nem sempre pacíficos e muitas vezes predatórios, entre povos e nações, onde uma cultura se faz prevalecer sobre a outra, subjugando-a. As preocupações com a cultura se voltaram para a compreensão tanto das sociedades modernas e industriais quanto as que estavam desaparecendo ou perdendo suas características originais em virtude desses contatos entre povos distintos.

No entanto, essa preocupação não produziu uma definição clara e aceita por todos do que seja cultura. Ao invés disso, a polissemia que cerca os estudos referentes à cultura proporcionou o surgimento de inúmeras definições, uma vez que cultura é muito mais do que educação, formação escolar formal; ou manifestações artísticas como o teatro, a música, a pintura e a escultura ou, ainda, os meios de comunicação de massa como, por exemplo, a televisão, o rádio e o cinema. (LABURTHE-TOLRA, WARNIER, 1997; LARAIA, 2002).

⁵ Segundo Adam Kuper (2002), a idéia de que cultura era um assunto de preocupação científica e que os antropólogos eram autoridade no assunto passou a ser amplamente aceita na década de 1950.

A cultura está inserida num contexto de valores e símbolos relacionados ao modo de vida global de uma sociedade, de uma comunidade ou de um povo, que é expresso pelas pessoas através das estruturas de poder, formas de parentesco, formas de comunicação, formas de pensamento e de comportamento, organização da vida econômica, religião, festas e cerimônias tradicionais, lendas e crenças, símbolos, valores éticos e morais, utopias, além do seu modo de vestir-se, sua comida, suas técnicas de trabalho, suas ferramentas e utensílios, etc. Por isso não se pode dizer que ela exista em alguns contextos e não exista em outros. A cultura está em todos os lugares em que existe vida humana. (CUCHE, 1999; KUPER, 2002).

Inclusive a paisagem pode ser lida como uma maneira de expressão da cultura. A atribuição de valor e de significado à paisagem representa, por si só, um fato cultural. A partir do momento que atribuímos significado e valor à paisagem, que existe em si mesma e independentemente de nós, o fazemos a partir de nossa própria cultura, pois uma vez que “[...] eu atribuo à paisagem um valor específico, ela passa a ter um valor em função de uma valoração que é humana [...], portanto, não pode ser recusada a necessidade de sua preservação como um dado de preservação de natureza cultural”.(RÚSSIO, 1984. p. 64).

A paisagem é modelada pela ação do tempo e pelas forças da natureza, mas, ao mesmo tempo, é reflexo da organização social e das ações dos homens. Segundo Milton Santos (1997b, p. 53) “a paisagem e a cultura mudam constantemente, cada qual segundo uma velocidade e direção próprias – sempre, porém, inexoravelmente vinculada uma à outra”. As *paisagens culturais* representam testemunhos ou registros do nosso passado histórico, resultantes da ação humana sobre os ecossistemas naturais, territórios povoados ou colonizados e da acumulação de informações (cultura, história, sociedade) ao longo do tempo num determinado espaço ou território.

Ora, nós não apenas construímos um mundo de símbolos, mas nós o habitamos também. Por isso alguns elementos da paisagem trazem consigo a marca das técnicas características de determinados grupos e de um determinado momento histórico: forma de construções, tipo de cobertura das casas, plantações, sebes, cercas, muros, pontes, etc. A abordagem cultural da paisagem pretende entender a experiência dos homens no meio ambiente natural e social, além de tentar compreender a significação que estes lhes impõem.

As culturas são construções históricas do processo social representadas em sistemas de padrões de comportamento socialmente transmitidos. Em outras palavras, a cultura não é algo natural, não é uma decorrência de leis físicas ou biológicas, mas, ao contrário, ela é um produto coletivo da humanidade. Aplica-se ao conteúdo de cada cultura particular o produto

da história de cada sociedade. (SEMPRINI, 1999; LARAIA, 2002). Nesse sentido Humberto Maturana assevera que:

Somos o tipo de seres humanos que somos [...] apenas na medida em que participamos da dinâmica sistêmica na qual surgimos e somos conservados como esse tipo de seres humanos no viver com outros seres humanos. Nós não somos nem geneticamente predeterminados nem algo do gênero para nos tornarmos o tipo de seres humanos que nos tornamos em nosso viver. (MATURANA, 2001. p. 190).

A cultura é como uma lente através da qual o Homem vê o mundo, e diferentes homens de diferentes culturas usam lentes diversas, portanto, *enxergam* as coisas de maneiras diferentes. O modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e uma série de características triviais como o modo de vestir, caminhar, comer, cumprimentar e até mesmo as posturas corporais são produtos de nossas heranças culturais que podem ser facilmente identificados.

A nossa herança cultural, que antes de chegar a nós foi desenvolvida através de sucessivas gerações, nos condicionou a reagir depreciativamente em relação ao comportamento daqueles que agem fora dos padrões aceitos pela maioria da sociedade e ‘traem’ o *establishment*. Por conta disso discriminamos os “comportamentos desviantes” - aqueles que fogem ao padrão imposto pelo meio onde vivemos. (DaMATTA, 1981; LARAIA, 2002).

Não é possível compreender crenças e práticas de outrem se as separamos das culturas de que fazem parte, pois uma cultura, qualquer que seja, tem de ser estudada segundo seus próprios valores e significados. Esta idéia é conhecida como *relativismo cultural*. Os antropólogos que seguem o *relativismo cultural* o fazem com a intenção de evitar o etnocentrismo – que consiste em julgar as outras culturas tomando como medida de comparação a nossa.

Aplicar o *relativismo cultural*, isto é, analisar uma situação segundo os padrões de outra cultura, suspendendo os nossos próprios valores enraizados, não é tarefa fácil e pode ser algo repleto de incertezas e desafios. Por isso discutir cultura sempre ameaça extravasar para outras discussões e preocupações. Lendas, ritos e mitos, saberes e fazeres, crenças, festas, valores éticos e morais, costumes ou tradições: esses fenômenos, por si mesmos, não dizem nada, isso ocorre apenas enquanto parte de uma cultura, a qual só pode ser entendida quando tem referências com a realidade social de que faz parte e com a história de sua sociedade. (CALEFFI, 2003).

Os valores são idéias abstratas que definem o que em determinada cultura é considerado importante, significativo ou desejável. Elas são fundamentais em todas as culturas, essas idéias abstratas, ou valores, atribuem significado e orientam os indivíduos na sua interação social. Os valores direcionam a instituição de normas sociais, isto é, regras de comportamento que refletem ou incorporam os valores de uma cultura. Em conjunto, as normas e os valores determinam a forma como os membros de uma cultura se comportam em diferentes contextos.

Tanto um quanto outro variam muito entre diferentes culturas. Todas as culturas têm um padrão de comportamento próprio e que pode parecer estranho a pessoas de outros contextos culturais. Algumas podem valorizar o individualismo enquanto outras destacarão as necessidades coletivas, por exemplo. Cada indivíduo evolui em uma esfera que lhe é particular, feita de interações com parentes, vizinhos, amigos, escola, trabalho etc.

Mesmo no seio da mesma totalidade, como um país, uma sociedade ou uma comunidade, as tradições e os centros de interesse podem ser diferentes ou até mesmo contraditórios. “O próprio significado e valor de um objeto cultural [um sítio arqueológico, uma festa popular, um artefato de trabalho, construções com estilo etnicamente representativo etc.] varia de acordo com o sistema de objetos no qual ele próprio é colocado.” (BOURDIEU *apud* DENNING, 2005. p. 123). O que nós vemos é o que o sistema de nossas crenças e conceitos, normas e valores nos permitem ver. Por isso a cultura não pode ser designada como uma única, inexorável e fria realidade global.

Muitas vezes ouvimos falar de uma determinada cultura como se fosse um produto, com começo, meio e fim, com características peculiares definidas e pronto. Também é comum a cultura ser tratada como algo estático e imutável, é assim que encontramos referências à cultura grega, à cultura germânica, à cultura francesa, à cultura norte-americana, há a cultura oriental, européia e tantas outras.

Nesses casos, o que se faz é extrair da experiência histórica de um povo produtos, ideologias, estilos, épocas, formas, e então se constrói com isso um modelo de cultura. Essas construções podem servir a fins políticos, como, por exemplo, tornar ilustre a imagem de uma potência dominadora. Ao mesmo tempo, é comum que os interesses dominantes de uma sociedade veiculem uma definição para a cultura dessa sociedade que seja de seu agrado. (SEMPRINI, 1999).

Contudo, é preciso considerar que nem todos esses modelos se esgotam nesses fins. Eles podem também servir para que se dimensione o desenvolvimento das sociedades humanas e suas direções, servem também para registrar desenvolvimentos em áreas

particulares, por exemplo, na arte, na agricultura, na ciência, e ser também matéria de reflexão sobre a história. Podem, enfim, ser maneiras de formação de um repertório universal de conhecimento de uma parte da história da humanidade. O importante é não deixar de lembrar que mesmo esses modelos mudam. Não se entende o que é cultura grega hoje do mesmo modo que no século passado, por exemplo. É claro que esses modelos não são a cultura como a estamos entendendo aqui, são eles mesmos elementos culturais, que podem ser entendidos em relação ao processo social mais amplo. (SANTOS, 1994).

Muitas vezes o sentido de ‘tradicional’ se confunde com o de ‘imutável’. Mesmo que normas e valores culturais estejam profundamente enraizados, eles podem mudar, e realmente mudam frequentemente ao longo do tempo. O fato de que as tradições de uma cultura possam ser identificáveis não quer dizer que não se transformem, que não tenham sua própria dinâmica. Aliás, nada do que é cultural pode ser estanque porque a cultura faz parte de uma realidade onde a mudança é um aspecto fundamental. Assim, quando se trabalha o conceito de cultura, é preciso insistir na idéia de *processo*, pois o processo implica movimento e tempo, ou melhor, movimento *no* tempo.

Apesar de determinadas características ou manifestações culturais se repetirem ao longo do tempo e em diferentes lugares, não se pode dizer que sejam sempre iguais. Ora, vejamos um exemplo doméstico, a nossa festa maior - o carnaval brasileiro - é um exemplo desta dinâmica. Quando observamos o quanto se transformou ao longo dos anos e como se realiza de modos diferentes em São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Olinda ou em Florianópolis, seja porque os tempos mudaram, seja porque em cada estado, como os citados, o carnaval possui algo que o torna distinto. Em cada um destes estados prevalecem idéias e culturas diferentes, cada estado dedica mais ou menos importância ao evento e o realiza de maneiras diferentes, ainda que no mesmo país. (DaMATTA, 1981).

O conjunto de práticas, de conhecimentos, de valores e de normas que cada indivíduo recebe, interioriza, modifica ou elabora no decorrer de sua existência, não são simplesmente transmitidos de uma geração para outra, eles são reinterpretados em cada geração na interação social dos indivíduos, por isso a cultura está em constante processo de evolução, assim como a atmosfera social também se transforma. Como ocorreu nas décadas de 1960 e 1970, por exemplo, quando as normas e valores aceitos sem estranhamento foram criticados, abandonados ou substituídos pela anomia *hippie*, que rejeitava a maior parte das normas e dos valores vigentes na sociedade e promovia pontos de vista alternativos à cultura dominante – promovia uma contracultura.

Nesse sentido a cultura é uma realidade que precisa ser apropriada em favor do processo social e da liberdade, em favor da luta contra a exploração de uma parte da sociedade por outra, em favor da superação da opressão e da desigualdade. Talvez seja por isso que a cultura é um território tão atual das lutas sociais.

A cultura se expressa também na socialização, onde as crianças, ou outros novos membros da sociedade (como os emigrantes) aprendem o modo de vida da sociedade em que vivem, constituindo o principal canal de transmissão da cultura através do tempo e das gerações. A socialização deve ser vista, então, como um processo vitalício em que o comportamento humano é configurado de forma contínua por interações sociais, onde os indivíduos concebem e assumem papéis importantes no decurso desse processo. Não somos simplesmente sujeitos passivos à espera de instrução – “numa espécie de programação social” - embora muitas vezes é o que parece ocorrer de fato! (CHAUÍ, 1999).

Se pensarmos em cultura como processo social podemos também falar em cultura numa sociedade primitiva, em cultura das sociedades indígenas brasileiras, por exemplo. Mas notemos, ainda, que cultura não é a mesma coisa lá e aqui, nem seu significado é igual em ambos os casos. Apenas nesse sentido genérico de ser dimensão do processo social é que se pode falar igualmente em cultura. Como se trata de sociedades que se diferenciam muito em conteúdo, a dinâmica da cultura, a importância da cultura, a própria existência da cultura, tudo isso varia bastante. (LARAIA, 2002).

É importante observar que sociedades como as indígenas encontram-se em integração crescente com a sociedade não-indígena, participando de processos sociais comuns, a partir de uma mesma história. Nesse processo suas culturas metamorfoseiam-se e mudam de conteúdo e de significado. Elas podem ser marcadas de resistência à sociedade que as quer subjugar e colocá-la sob controle. Ao mesmo tempo, novos conhecimentos são incorporados para que possam melhor resistir e evitar que suas culturas se transformem a tal ponto que possam simplesmente desaparecer.

Está claro que cultura é a dimensão da sociedade que inclui todo o conhecimento num sentido amplo e todas as maneiras como esse conhecimento é expresso. É uma dimensão dinâmica, criadora, ela mesma em permanente processo de re-criação. A cultura é necessária e indispensável à *humanidade* dos seres humanos, como algo que diferencia-nos e leva-nos a transcender os domínios biológicos dos instintos descontrolados ou incontroláveis. Como destaca Kuper (2002), é exatamente a diversidade das culturas que deve ser valorizada. O ideal de uma cultura mundial comum é uma noção monstruosa, onde teríamos uma humanidade des-humanizada.

2.2 A Noção de Território na Geografia

O conceito geográfico de território historicamente esteve a serviço exclusivo e estratégico do Estado-Nação, mas atualmente encontra nas discussões acadêmicas outra acepção, onde passa a ser analisado sob uma nova perspectiva teórica que o aproxima das relações do cotidiano. No Brasil essa perspectiva surge no início da década de 1980 e está relacionada ao desgaste da noção de região quando essa unidade do estudo geográfico é enfraquecida passando-se a contestar sua capacidade de analisar as sociedades modernas, que mantêm ligações verticais em maior número que as horizontais⁶, cujas ações são orientadas por motivações e impulsos externos.

Frente a este enfraquecimento da noção de região⁷, o território emerge no Brasil como referência preferencial aos estudos espaciais geográficos, principalmente pela contribuição heurística de Milton Santos. Este autor retoma o uso da conceituação territorial tendo como base o contexto analítico, marcado pelas mudanças proporcionadas pelo processo de globalização, notadamente em sua dimensão econômica.

Na opinião de Becker (1983, p. 1-8), a passagem do conceito ‘território’ de uma concepção puramente técnica relacionada apenas às questões do Estado para uma noção que incorpora elementos da problemática humana, ampliou a capacidade heurística do conceito. Com isso o território ressurgiu “como um produto produzido pela prática social, e também um produto consumido, vivido e utilizado como meio, sustentando, portanto, a prática social”. O território, mais que simples base física para as relações entre indivíduos e empresas e instituições, possui um tecido social, uma organização complexa que representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades.

Portanto, na Geografia o território não é adotado como um simples termo, mas como um indispensável conceito analítico para o entendimento do espaço⁸. Para dar conta das dificuldades de uma operação metodológica do conceito de território, é necessário compreender como se estabelecem as ações de apropriação do espaço e analisar a interação

⁶ Milton Santos (1997b) afirma que a dinâmica espacial pode ser apreendida através de “horizontalidades” e de “verticalidades”. Aquelas representando contigüidade ou continuidade territorial, enquanto estas são formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas de processos sociais que refletem um contexto mais amplo de mudanças, e que ainda se encontra em fase de transformação na sociedade.

⁷ Cabe salientar que o enfraquecimento da noção de região no Brasil aparentemente está restrita aos quadros acadêmicos, aos pesquisadores, à esfera conceitual, pois parece não se aplicar da mesma maneira ao senso comum e ao poder público, onde continua sendo aplicada como um recorte espacial representativo para estudos e para idealização de políticas públicas, como o Programa Nacional de Regionalização do Turismo, do Ministério do Turismo (MTur).

⁸ Segundo Corrêa, o território é um dos conceitos chaves para a geografia, os outros são: espaço, região, lugar e paisagem, sendo que “guardam entre si forte grau de parentesco”. (CORRÊA, 1996, p. 16).

entre os agentes que formam as dinâmicas sociais, bem como as disputas que envolvem estas ações.

De acordo com Santos (1997a) é através destas interações que ocorre a incorporação de todas as dimensões do real concreto, que possibilitam apreender os condicionantes duráveis das ações inovadoras. O conceito de território corresponde a frações funcionais do espaço, apropriado por determinados atores sociais, que lhe atribuem determinadas funções, num dado momento histórico.

O território geográfico permite abarcar diferentes gradientes de escala: local, regional, nacional e global, ou ainda, diferentes dimensões (ou estruturas): econômica, política, cultural e ambiental, às quais Milton Santos sugere que devemos acrescentar a dimensão espacial. Essa multidimensionalidade permite diferentes possibilidades de análise da organização e da dinâmica espacial. Para Santos (Ibid., p. 47):

A análise dessas mudanças, que são tanto espaciais e políticas, pode ser feita [...] de um ponto de vista das diversas instâncias da produção, isto é, da produção propriamente dita, da circulação, da distribuição e do consumo, mas também pode tomar como parâmetro outras categorias, por exemplo, as consagradas estruturas da sociedade, isto é, a estrutura política, a estrutura econômica, a estrutura cultural - ideológica, à qual acrescentamos o que chamamos de estrutura espacial.

A perspectiva política para análise do território destaca também como tema de estudo as relações de dominação e apropriação do espaço, compreendendo desde as relações pessoais do cotidiano que se configuram nas relações locais, até as relações em escala global, bem como no intercâmbio entre estas escalas locais-globais. Assim, nesta perspectiva, o território passa a ser analisado pelas relações de poder que ocorrem em todas as escalas. Por isso é possível afirmar que os territórios são espaços de ação e de poderes - “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” - e, portanto, também devemos pensar o território aliado à idéia de poder, uma vez que “o Estado se caracteriza por possuir três elementos essenciais: o território, o povo e o governo”. (ANDRADE, 1996; SOUZA, 1995).

Mas estas reflexões não de se referem apenas ao sentido do poder estatal, onde o Estado surge como o grande gestor do território, especialmente na era da globalização, ele passa a desempenhar um papel menos decisivo e privilegiado. Devemos também observar este fenômeno como um poder econômico exercido pelas grandes e mega-empresas que se ramificam e espalham seus tentáculos por todo o planeta; ou ainda, como “uma relação de poder, ou posse, de um grupo social sobre esta extensão terrestre” (GEIGER, 1996. p. 234).

O território, portanto, é antes de tudo um espaço apreendido pelas ações decorrentes da problemática humana, tornando-se dominado e apropriado, um produto de uma relação desigual de forças que envolvem o domínio ou controle político-econômico do espaço, bem como a sua apropriação simbólica.

Analisar o território a partir de uma perspectiva simbólica contribui para valorizar a identidade territorial, o vivido e as raízes culturais. Neste sentido, o território assume um papel diferenciado em que os grupos sociais identificam-se e relacionam-se com as experiências vividas e o passado afetivo é mantido pelas representações culturais: “o território em que vivemos é mais que um simples conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, circulamos e moramos, mas também um dado simbólico” (SANTOS, 1993. p. 61). Na opinião de Raffestin (1993, p. 158) a dimensão simbólica para os estudos territoriais “reflete a multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral”.

Pode-se encontrar ainda uma variante de ambas. Esta opção é proposta por Haesbaert (2002, p. 121), que procura dar conta de uma fusão entre as duas concepções anteriores (política e simbólica) a partir da idéia de que:

O território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados.

Do ponto de vista teórico, Haesbaert apresenta uma idéia síntese das perspectivas anteriores, conferindo maior versatilidade ao conceito de território. Essa definição pode apreender diferentes contextos inerentes aos processos formadores do território: políticos, econômicos, culturais e ambientais.

Etimologicamente o termo território deriva do latim *terra* e *torium* e significa algo como ‘terra pertencente a alguém’. Todavia, essa apropriação não se refere apenas à propriedade legal e de fato da terra, ela envolve a apropriação social do espaço por meio das relações sociais projetadas neste, e tem duplo significado:

[...] controle de fato, efetivo, [...] sobre um dado segmento do espaço, este conceito está vinculado à [...] geopolítica. A apropriação, por outro lado, pode assumir uma dimensão afetiva, derivada das práticas espacializadas por parte de grupos distintos definidos segundo renda, religião, sexo, idade ou outros atributos [...]. Apropriação passa a associar-se à identidade de grupos e à afetividade espacial. (CORRÊA, 1996. p. 251).

Se concordo que território é o espaço revestido da dimensão política, afetiva ou de ambas, constituindo territórios apropriados de fato, de direito e afetivamente; e se o espaço é produzido pela sociedade que, por sua vez, ao tomar consciência dele, ela (sociedade) ressignifica-o em território, posso ampliar as possibilidades de análise do território fazendo uso de suas variações: territorialidades, desterritorialidades e novas territorialidades.

O entendimento do território é “fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva”. (SANTOS, 2001. p. 137). A sensação de ‘pertencimento’ a um território é o que desperta nas pessoas que nele habitam a consciência de participação, provocando o sentimento de territorialidade que por sua vez “pode ser encarado tanto como o que se encontra no território e está sujeito à gestão do mesmo, como, ao mesmo tempo, ao processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de se integrar ao território”. (ANDRADE, 1996).

De maneira lírica esse sentimento de ‘pertencimento’ a um lugar foi muito bem expresso por Carlos Drummond de Andrade, como mostra o poema “A Ilusão do Imigrante” transcrito a seguir:

Quando vim da minha terra,
se é que vim da minha terra
(não estou morto por lá?)
a correnteza do rio
me sussurrou vagamente
que eu havia de quedar
lá donde me despedia.
(...) Quando vim de minha terra
não vim, perdi-me no espaço
na ilusão de ter saído.
Ai de mim, nunca saí.

Toda identidade territorial é uma identidade social, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das idéias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constitui então parte fundamental dos processos de identificação social. É até mesmo possível afirmar que não há território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes.

Por isso o conceito de territorialidade está inextricavelmente vinculado à noção de raízes e identidade presentes na relação sociedade-espaço, pois ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o indivíduo ‘territorializa’ o espaço. Santos (1993, p. 61) radicaliza esse entendimento e chega a considerar que “assim como cidadania e cultura

formam um par integrado de significações, assim também cultura e territorialidade são, de certo modo, sinônimos”. Vamos ‘ouvir’ sua explicação a respeito:

[...] a cultura é uma forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e o seu meio, um resultado obtido através do próprio processo de viver. Incluindo o processo produtivo e as práticas sociais, a cultura é o que nos dá a consciência de pertencer a um grupo, do qual é o cimento. (SANTOS, loc. cit.).

Da mesma maneira que as culturas, também os territórios não são imutáveis e estão abertos e vulneráveis, são constantemente invadidos e transformados, assim, a desterritorialização - fruto da globalização e uma das características fundamentais da modernidade - tem muitas faces e pode manifestar-se na ecologia, na economia, na política (de maneira mais concreta) e na cultura (mais simbólica).

Referente à dimensão cultural, Santos (loc.cit) considera que “desterritorialização é frequentemente uma outra palavra para significar alienação, estranhamento, que são, também, desculturização”. Todos os níveis da vida social, em alguma medida, são alcançados pelos efeitos do deslocamento ou dissolução de fronteiras, raízes, centros decisórios e pontos de referência. O território significa uma das dimensões singulares do espaço geográfico, uma vez que se constitui na base operacional, histórica e geograficamente falando, do processo de globalização e fragmentação. (NEVES, 1996; SOUZA, 1996).

Milton Santos não tem dúvidas de que não basta falar de globalização quando se trata de analisar o território e insiste no papel relevante assumido, atualmente, pela ciência, a tecnologia e a informação. Para o autor:

De um lado, temos uma fluidez virtual, oferecida por objetos criados para facilitar essa fluidez e que são, cada vez mais, objetos técnicos. Mas os objetos não nos dão se não uma fluidez virtual, porque a real vem das ações humanas, que são cada vez mais ações informadas, ações normatizadas. (SANTOS, 2001. p. 138):

O conflito do movimento dialético entre territorialidade e des-territorialidade está presente em todas as escalas: global, nacional, regional e municipal, e a desterritorialização está inevitavelmente associada à re-territorialização. No meio rural, uma prática que pode ser considerada como uma reterritorialização é o resgate de técnicas convencionais pela agricultura alternativa. Esta mudança preconiza um rompimento com o padrão imposto pela modernização da agricultura e os pacotes tecnológicos impostos pela chamada revolução

verde (e seus patrocinadores, como as megas corporações petrolíferas), caracterizando-se uma verdadeira mudança de paradigma.

Segundo Almeida (1999), a agricultura alternativa e seus homônimos (agroecologia, agricultura ecológica, agricultura orgânica, entre outros) têm proporcionado uma relação diferenciada no espaço rural, onde se verifica uma relação mais estreita e equilibrada entre o ambiente natural e o criado pelo homem.

Esta relação beneficia a ambos, pois proporciona o convívio na diversidade social, econômica, ecológica e cultural. Desta maneira, ao se recuperar o agir local pelas práticas de outrora da comunidade, seja por meio do patrimônio cultural (material e imaterial), da incorporação ou re-incorporação diferenciada de antigas técnicas agrícolas nas práticas produtivas, se reterritorializam práticas pelo resgate territorial do lugar.

Esta reterritorialização no rural ressalta e reestrutura a ruralidade, além de despertar a atenção das pessoas para a valorização do *seu* território, despertando a consciência territorial. A esse respeito Neves (Ibid., p. 235) conclui que “os novos territórios estão sendo formados e transformados em todas as partes sobre os escombros das territorialidades, da luta de classes ou das novas fontes espacializadas de produção de mercadorias”.

O projeto *Rurbano*⁹, por exemplo, destaca que no Brasil está em curso um significativo processo de reestruturação do espaço rural, em função da perda progressiva da capacidade geradora de renda das atividades agrícolas tradicionais, a partir do qual algumas atividades produtivas são abandonadas e outras são criadas ou recriadas sobre novas bases.

Teoricamente, a hipótese implica afirmar que o global, ao relacionar-se com o local, desconstrói antigas e reconstrói novas territorialidades, qualitativamente diferentes que, no caso do meio rural, se traduz no estabelecimento de uma nova relação rural-urbano como consequência da ampliação das atividades não-agrícolas e pela determinação de um ‘novo lugar’ para as atividades agrícolas. (CORRÊA, 1995).

Como já foi falado anteriormente, para um adequado entendimento do território se faz necessária a compreensão de outro conceito analítico caro à geografia: o *espaço*.

2.3 O Espaço Geográfico: gênese e evolução de um conceito

⁹ O projeto Rurbano foi um estudo realizado pelo grupo do professor José Graziano da Silva (USP) em 1998, patrocinado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Embora minha intenção não seja traçar um quadro evolutivo pormenorizado das diferentes escolas geográficas, serão traçadas a seguir algumas sucintas considerações acerca das concepções de espaço vinculadas às diferentes correntes do pensamento geográfico.

Toda ciência ou disciplina tem (ou está em busca de) o seu tradicional objeto de pesquisa, aquele que mobiliza pesquisadores em torno de si a fim de desvendá-lo. Entretanto, a definição e conceituação de tais objetos não ocorrem sem antes uma boa dose de controvérsias e discussões acirradas, e não poderia ser de outra maneira. Divergências à parte, nesta dissertação considerar-se-á o espaço como o objeto por excelência a ser pesquisado e apurado pela Geografia. Milton Santos não nos deixa dúvida a respeito de qual deve ser o objeto principal a ser perseguido pela Geografia e, categoricamente, afirma:

[...] Devemos centralizar nossas preocupações em torno da categoria [espaço] tal qual ele se apresenta, como um produto histórico. São os fatos referentes à gênese, ao funcionamento e à evolução do espaço que nos interessam em primeiro lugar. (SANTOS, 2002. p. 147).

Adeptos de diferentes concepções de geografia, os geógrafos estudaram o espaço sob diferentes perspectivas, levando-os a diferentes definições. No entanto, no início, prevaleceu a noção de passividade do espaço, considerado, nessa perspectiva, como mera localização onde as ações humanas se concretizam, ou seja, o espaço era tido como uma paciente tela de pintura emoldurada que aguarda as inevitáveis pinceladas do artista que lhe definirão as formas, texturas, cores e matizes. Mas essa percepção do que seja o espaço não perdurou, foi substituída, modificada mais uma vez, alterada novamente, e outra, e outra...

Na geografia tradicional, período que se estende do ano de 1870, aproximadamente até os anos de 1950, o espaço não se constitui em um conceito-chave, os que gozavam desse privilégio eram os conceitos de paisagem e de região. O ser humano surge como apenas mais um elemento na paisagem, membro de uma comunidade e 'distribuído' pelo planeta. Esses debates envolviam os geógrafos ligados ao positivismo e ao historicismo.

As abordagens acerca das formas erigidas pelos homens – os fixos construídos - assim como dos fluxos decorrentes das interações entre essas estruturas, eram assuntos secundários na geografia tradicional. Contudo, mesmo que de maneira implícita, segundo Corrêa (1995), o espaço está presente, nesse período, nas obras de autores como Ratzel e Hartshorne. O primeiro desenvolve dois conceitos fundamentais: o conceito de território e o de espaço vital. Para o autor:

O primeiro [território] está vinculado à apropriação de uma porção do espaço por um determinado grupo, enquanto o segundo [espaço vital] expressa as necessidades territoriais de uma sociedade em função de seu desenvolvimento tecnológico, do total de população e dos recursos naturais. (CORREA, 1995. p. 18).

Na visão de Hartshorne o espaço é “um conjunto de pontos que tem existência em si, sendo independente de qualquer coisa [...]”, ou seja, o espaço de Hartshorne é absoluto e aparece como um grande receptáculo que apenas contém as ‘coisas’, sem interferir e sem ser interferido. (CORREA, 1995. p. 18-19).

As décadas de 1950 e 1960 presenciaram o nascimento da corrente geográfica denominada de teórica-quantitativa, baseada no positivismo lógico. Essa visão privilegiava a descrição pura e simples do lugar e seus estudos decorrentes restringiam-se aos aspectos visíveis e quantificáveis. Nessa perspectiva, o método matemático ganha destaque e passa a ser considerado como o mais preciso para se estudar o espaço, cujas bases apóiam-se principalmente nas técnicas estatísticas. Nesse método a relação homem-meio limitava-se a superposição de fatos e por isso não desvenda os processos reais da produção social do espaço.

Milton Santos critica peremptoriamente os modelos matemáticos, para ele esses modelos, “[...] sobretudo quando se referem ao espaço, sofrem da fraqueza fundamental que vem da incapacidade de apreender o tempo em seu movimento. Ora, inevitavelmente, quando se fala de processo também se está falando de tempo. [...] Destemporalizando o espaço e desumanizando-o, a geografia acabou dando as costas ao seu objeto e terminou sendo uma viúva do espaço”. (SANTOS, 2002, p. 84-119).

Mas é nesse período que o espaço surge como conceito-chave da disciplina, sendo considerado de duas maneiras: como planície isotrópica e como representação matricial. Na primeira admite-se como ponto de partida uma superfície uniforme, tanto no que se refere à geomorfologia, como ao clima e à cobertura vegetal, bem como à sua ocupação humana. Sua principal característica é a racionalidade econômica, supondo-se que nessas superfícies iguais desenvolvem-se ações e mecanismos econômicos que levam à diferenciação do espaço.

No estudo do espaço como planície isotrópica a variável mais importante é a distância, não é por acaso que os modelos centro-periferia são derivados desta concepção marcada pela noção de efeito declinante da distância. Por sua vez, a perspectiva de representação matricial considerava a geografia como uma ciência do espaço, cuja linguagem adotada foi a geometria e, portanto, estudaria os fenômenos sociais e da natureza sob uma perspectiva comum: a espacial. O espaço geográfico pode assim ser representado por uma matriz e pela sua

expressão topológica - ou grafo. Para Corrêa (1995, p. 22-23), a representação matricial consiste em:

Uma visão limitada do espaço, pois, de um lado, privilegia-se em excesso a distância, vista como variável independente. [...] De outro lado, as contradições, os agentes sociais, o tempo e as transformações são inexistentes ou relegados a um plano secundário. Privilegia-se um presente eterno e, subjacente, encontra-se a noção paradigmática de equilíbrio (espacial), cara ao pensamento burguês.

A década de 1970 viu surgir a geografia crítica, fundamentada no paradigma do materialismo histórico e dialético. Nesse período destacam-se os intensos e passionais debates travados entre geógrafos marxistas e não-marxistas. Os geógrafos críticos estavam preocupados em identificar as categorias de análise do espaço e este passa a ser concebido como *locus* da reprodução das relações sociais (produção e re-produção da sociedade).

É desse período uma das principais contribuições de Milton Santos ao enriquecimento heurístico da geografia, quando o autor estabelece o conceito de *formação sócio-espacial*, afirmando que uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz e, por sua vez, só é legível o que é interpretado através da sociedade, cujo espaço organizado pelo homem desempenha um papel na sociedade, condicionando-a. Nesse sentido, qualquer estudo que tome como fundamento a categoria de formação sociocultural e espacial terá, necessariamente, que iniciar tratando a gênese desta formação e definindo o processo histórico responsável por sua forma atual, isto é, a materialidade concreta expressa no espaço.

Nessa mesma década de 1970 teve início a geografia humanista e cultural, baseada na filosofia do significado, especialmente a fenomenologia e o existencialismo. Vidal de La Blache, considerado um dos fundadores da abordagem cultural na geografia, propõe o conceito de *gênero de vida*, que interpreta o espaço como um resultado da interação da sociedade através de sua cultura mimetizada em técnicas que intervêm e modificam o meio natural que serve de suporte às práticas sociais.

Certamente não estaremos descaracterizando o conceito em sua essência ao afirmar que ‘gênero de vida’ pode ser entendido, de uma maneira mais prosaica, como o nosso ‘estilo de vida’ que, de uma maneira ou de outra, reflete a cultura de uma sociedade.

A geografia humanista e cultural é calcada na subjetividade, nos sentimentos, na experiência, no simbolismo e, ao invés da explicação, defende a compreensão como a base de inteligibilidade do mundo real. Um dos grandes nomes dessa geografia é Yi-Fu Tuan, que aborda o espaço a partir de uma perspectiva experiencial, no sentido de exprimir as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço.

Tuan (1983) argumenta que existem vários tipos de espaço, ele fala, por exemplo, em espaço mítico, espaço experiencial e espaço arquitetônico. Destarte, essa abordagem humanista-cultural da disciplina valoriza e define a região e o lugar como categorias de estudo, elegendo-as os conceitos-chaves de maior relevância. Apesar do destaque dado à região e ao lugar, a paisagem também se destaca e torna a ser revalorizada.

2.4 Novos Conceitos de Espaço e Tempo

Em *A Condição Pós-moderna*, David Harvey (1989) faz uma análise abrangente das novas relações de produção da sociedade atual. Para Harvey, a mudança cultural mais importante nos anos recentes é aquela provocada pelo impacto na experiência humana com os novos conceitos de espaço e tempo. Entretanto, não é com muita facilidade que a noção de tempo se desprende da noção de espaço.

Em consequência das constantes transformações de ordem econômica, social, política, cultural, territorial, técnica e informacional que ocorreram no final do século XX e início do XXI, as concepções tradicionais de espaço e tempo já não são mais as de antanho e tornaram-se quase obsoletas. As inovações tecnológicas aliadas às transformações na economia mundial alteraram a maneira pela qual se relacionam o tempo e o espaço, permitindo que em diferentes pontos do planeta ocorram fenômenos interligados, os quais podemos “identificar como a simultaneidade tempo-espaço”. (NICOLAS, 1996. p. 86).

Atualmente podemos trocar documentos, realizar reuniões, e até mesmo ‘namorar’ com pessoas que se encontram em outros lugares do planeta, de forma simultânea e em *tempo real*. Considerando a importância em distanciar conceitualmente espaço e lugar, Hall (2003, p. 65) afirma que “os lugares permanecem fixos e é neles que temos ‘raízes’”.

O caráter dinâmico característico da modernidade (ou pós-modernidade) é consequência dessa separação entre tempo e espaço, pois o “advento da modernidade arranca crescentemente o espaço do tempo fomentando relações entre outros ausentes, localmente distantes de qualquer situação dada ou interação face a face” (GIDDENS, 1990. p. 120).

A internet é um exemplo contundente de como as maneiras de interagirmos socialmente estão indiretamente relacionadas com o modo como controlamos o espaço e o tempo. As novas formas de tecnologia, de que a internet é um exemplo cabal, criam um novo ordenamento do tempo e do espaço, elas tornam possível interagirmos com outras pessoas que nunca vimos ou conhecemos antes, e que podem estar em qualquer parte do mundo. O

advento dessas mudanças tecnológicas ‘rearranjaram’ o espaço e o tempo – sentados em frente a uma máquina podemos nos relacionar a qualquer momento, com qualquer pessoa que esteja em qualquer lugar.

Essa nova condição apresenta à sociedade uma inevitável busca de novos paradigmas que se adaptem às atuais exigências técnicas, sociais e ambientais engendradas por esse processo. Em meio a essas mudanças permanecem vivas as relações tradicionais das populações com os seus territórios, que se encontram inseridas em processos universais mais amplos capazes de solapar formas nacionais de identidade cultural, comandados por “um complexo de processos e forças de mudança, que, por conveniência, pode ser sintetizado sob o termo *globalização*”. (HALL, 2003. p. 67).

As profundas mudanças que têm afetado os contornos da sociedade contemporânea, como a intensificação das relações entre o local e o global são bastante recentes, tendo-se acelerado nos últimos trinta ou quarenta anos em consequência dos incriveis progressos no campo da comunicação, da tecnologia de informação e dos transportes. Costumamos usar o termo *globalização* quando nos referimos a estes processos que intensificam a interdependência e as relações sociais a nível mundial.

Trata-se de um fenômeno social com amplas implicações. É um erro e um exercício de reducionismo tremendo achar que a globalização diz respeito somente ao desenvolvimento de redes mundiais (geralmente financeiras) e afastadas das nossas preocupações individuais e locais. Ela é também um fenômeno local que afeta a vida cotidiana de todos nós e está mudando a forma como o mundo se nos apresenta e a maneira como olhamos para ele.

Fala-se, ainda, frequentemente em globalização com se tratasse apenas de um fenômeno econômico ou financeiro. Embora as forças econômicas façam parte desse fenômeno, elas não fazem por si só a globalização – esta é o resultado de uma conjunção de fatores econômicos, políticos, sociais, culturais, técnicos e informacionais.

Com a globalização aumenta as interações que envolvem, direta ou indiretamente, pessoas de outras nacionalidades ou culturas (por exemplo: urbana x rural), facilita o acesso (seja virtual ou presencial) da demanda à oferta, torna os consumidores mais exigentes e críticos. Essa condição desestabiliza, inclusive, o meio rural contemporâneo e o recoloca em uma nova condição.

Subjacente a esses processos globais há um processo de crescente internacionalização da produção capitalista, que resulta em padrões de localização que alteram profundamente as características do espaço e seu desenvolvimento. De fato, um radical processo de reestruturação produtiva tem ocorrido em todos os setores econômicos, ao mesmo tempo em

que há uma redefinição das estruturas políticas e regulatórias mundiais, as quais têm afetado todos os grupos sociais, sejam eles urbanos ou rurais.

Nas esferas rural e agrícola tem-se tornado evidente que tanto no âmbito do comércio de alimentos, quanto na influência sobre os métodos de produção, assim como na transferência de conhecimentos específicos referentes a alimentos; o desenvolvimento de novas relações tem sofrido a influência de processos globais, como o crescimento do capital transnacional e o uso de sistemas sofisticados de comunicação e transporte, que aproximam os meios urbano e rural.

Castells (1999) denomina de “espaços de geometria variável” a representação das articulações entre os agentes econômicos e sociais independentes da contigüidade física (articulações horizontais). Essa situação nos leva a novos conceitos referentes aos processos espaciais constituídos pela dinâmica de toda a estrutura social e ao próprio espaço.

Devido à atual conformação da sociedade contemporânea, chamada por Castells de “Sociedade em Rede”; uma nova teoria em relação ao espaço pode ser proposta, onde os *fluxos*, em detrimento dos *fixos*, passam a ser um componente essencial presente nas novas relações entre populações e territórios apoiadas em novos sistemas de fluxos de elementos materiais e imateriais (fluxos de capital, fluxos de informação, fluxos de tecnologia, fluxos de interação organizacional, fluxos de imagens, sons e símbolos) que dão conformidade a nossa sociedade.

Tal prerrogativa leva-o a propor as noções de “espaço de fluxos” e “espaço de lugares”. Este último representa os arranjos espaciais formados por localizações contíguas, numa interação definida pela própria condição de moradia das pessoas e sua lógica cotidiana. No entanto, o espaço dos fluxos é, crescentemente, o determinante das relações de poder e dos movimentos de circulação de informações, de bens e de serviços, gerando uma “esquizofrenia estrutural entre [essas] duas lógicas espaciais”. (CASTELLS, 1999. p. 20).

Para Hall (2003, p. 69) há certo consenso quanto à gênese dessa situação, que seria a partir dos anos 1970, quando “tanto o alcance quanto o ritmo de integração global aumentaram enormemente, acelerando os fluxos e os laços entre as nações”¹⁰.

¹⁰ Hall (loc. cit.) descreve e examina três possíveis conseqüências desses aspectos da globalização sobre as identidades culturais, quais sejam: a) As identidades nacionais estão se *desintegrando*, como resultado do crescimento da homogeneização cultural e do pós-moderno global; b) As identidades nacionais e outras identidades locais ou particularistas estão sendo reforçadas pela resistência à globalização; c) As identidades nacionais estão em declínio, mas novas identidades – híbridas – estão tomando seu lugar.

Essa nova compreensão do espaço-tempo gerada pelos avanços da tecnologia e pela crescente integração das práticas econômicas e socioculturais tem levado a novas (e necessárias) definições e maneiras de analisar o espaço e o tempo.

2.5 Totalidade e Espaço: uma relação dialética

A elaboração de uma filosofia do espaço do Homem, assim como da própria sociedade, deve passar, inevitavelmente, pelo princípio de *totalidade*. A totalidade envolve a noção de tempo e isso nos permite conhecer a unidade em movimento, responsável pela heterogeneidade com que os fatos e as coisas se apresentam ao observador. Desta forma, a totalidade está sempre se refazendo, está sempre em movimento, pois ela é a realidade. O espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior dessa totalidade, onde evolui em função do modo de produção vigente¹¹ para ajustar-se às influências da realidade e atender as necessidades sociais, ambientais, econômicas e políticas da sociedade.

A totalidade social, essa totalidade estruturada e dotada de sentido ou significado, só se realiza completamente através das formas sociais; mas “o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de certa autonomia que se manifesta por meio de leis próprias, específicas de sua própria evolução”. (SANTOS, 2002, p. 181).

O conceito de totalidade nos reporta ao de totalização, Santos (1997a, p. 95), inspirado em Jean Paul Sartre, diz que “a totalidade é o resultado e a totalização é o processo”, portanto, “o estudo da totalidade social em processo permanente de totalização é associado, assim, à análise de um espaço em processo de permanente mudança”. (SANTOS, 2002. p. 22-23).

Por isso não há mais como conceber o mundo linearmente por meio de uma visão estéril e atomizada, compartimentando-o, decompondo o todo numa miríade de partes para estudá-las individualmente, pois o mundo não é a trivial somatória dos espaços tomados separadamente, mas, sim, devem ser tomados como indissociáveis e sob um ponto de vista sistêmico, totalizante e holístico. Esses espaços só fazem sentido no conjunto da totalidade.

Contudo, na análise da totalidade não se trata apenas de estudar o todo pelo todo, isto seria deveras contraproducente, pois o risco da tautologia estaria sempre à espreita; assim, uma análise precisa não deve limitar-se a desintegrar a totalidade, mas deve dar conta dela e

¹¹ “Produzir e produzir espaço são dois atos indissociáveis. Pela produção o homem modifica a Natureza Primeira, a natureza bruta, a natureza natural [...]. É por essa forma que o espaço é criado como Natureza Segunda, natureza transformada, natureza social ou socializada. O ato de produzir é, ao mesmo tempo, o ato de produzir espaço”. (SANTOS, 2001. p. 202.).

também de suas partes: “considerar o espaço assim é uma regra de método cuja prática exige que se encontre, paralelamente, através da análise, a possibilidade de dividi-lo em partes” (SANTOS, 1997b. p. 93).

O físico e escritor Fritjof Capra (1988) recorre, metaforicamente, ao holograma, em que cada parte, quando iluminada, num certo sentido reflete (ou reconstrói) a imagem do todo que está inserida em cada uma de suas partes, embora, é verdade, com menos detalhes do que se fosse iluminado o holograma por inteiro. A referência ao holograma é importante no sentido que ela nos mostra que não é somente a parte que está no todo, mas o todo também está dentro da parte, da mesma maneira que o indivíduo não está somente na sociedade, mas a sociedade enquanto todo está também no indivíduo. Essa percepção é fundamental para a compreensão do mundo em que vivemos e para a compreensão de nós mesmos.

Milton Santos assevera que “a análise é uma forma de fragmentação do todo que permite, ao seu término, a reconstituição desse todo, [pois] as partes que formam a totalidade não bastam para explicá-lo. Ao contrário, é a totalidade que explica as partes”. Depreende-se do exposto que é necessário subdividir a realidade de forma que ela possa ser reconstituída quando, novamente, juntarmos suas partes, permitindo desmembrar o todo através de um processo de análise, para reconstruí-lo depois através de um processo de síntese. (SANTOS, 1997a).

As qualidades das partes somente irão tornar-se reais quando estiverem inter-relacionadas ao todo. Por isso, subjacente a todo esse processo de análise, ora das partes, ora do todo, estão as *relações*. Coube à física, objetiva por excelência e durante muitos séculos considerada a base de todas as ciências, desmaterializar o mundo e, de certo modo, subjetivá-lo. A física moderna estabelece o conceito de mundo como um todo unificado e inseparável; uma complexa teia de relações onde todos os fenômenos são determinados por suas conexões (locais e não-locais) com a totalidade.

A abordagem holística (ou visão holística, ou paradigma holístico) desenvolveu-se a partir da concepção sistêmica, nela subjacente, e representa uma revolução científica e epistemológica que emerge como resposta à perigosa e alienante tendência fragmentária e visa dissolver toda espécie de reducionismo (científico, religioso, materialista, racionalista, mecanicista, antropocêntrico, entre outros) do antigo paradigma (dualista-cartesiano-newtoniano). Em suma, essa abordagem considera que todos os fenômenos ou eventos se interligam e se inter-relacionam de uma maneira global, onde tudo é interdependente: um é tudo, tudo é um.

A realidade descortinada pela nova física é viva e essencialmente dinâmica, onde tudo vibra e se renova constantemente. Nesse novo paradigma apresentado pela microfísica (ou física quântica) a melhor maneira para descrever a essência do mundo vivo entre os elementos constituintes dessa realidade é deslocar a atenção dos objetos para as relações. As inter-relações e interações entre as partes do todo são mais fundamentais do que as próprias partes: “há movimento, mas não existem, em última análise, objetos moventes; há atividade mas não existem atores, não há dançarinos, somente a dança.” (CAPRA, 1986).

Nessa mesma direção Castells (1983, p. 181) considera o espaço como “um produto material em relação com outros elementos materiais – entre outros, os homens, que entram também em *relações sociais determinadas*, que dão ao espaço [...] uma forma, uma função, uma significação social”. Capra (1989, p. 247) também não deixa dúvidas a respeito da relevância das relações entre as partes, ou as inter-relações destas, na análise da totalidade:

O universo material é visto como uma teia dinâmica de eventos inter-relacionados. Nenhuma das propriedades de qualquer parte dessa teia é fundamental; todas resultam das propriedades das outras partes, e a consistência global de suas inter-relações determina a estrutura de toda a teia.

Mas a totalidade enquanto um conceito não passa de uma abstração e para uma análise acerca do espaço não basta trabalhá-lo apenas no nível da abstração, é preciso apreender sua relação com a sociedade e, para tanto, precisamos encontrar as ferramentas adequadas, ou as categorias de análise do espaço.

2.6 O Espaço no Olhar de Milton Santos

Dialeticamente, é possível partirmos do espaço geográfico para chegarmos ao entendimento da sociedade, pois aquele é fruto da combinação entre o meio natural e a ação humana, que ao longo do tempo combinam-se de diferentes maneiras. A partir desse preceito é que Milton Santos propôs a categoria ‘formação sócio-espacial’ como um encaminhamento metodológico para a geografia. Assim, o entendimento do espaço à luz do paradigma proposto pelo autor deve considerar a inter-relação entre espaço, história e modo de produção.

Contudo, no caso deste autor, afora esse conceito totalizante, é preciso considerar que o arcabouço teórico legado é dos mais representativos e que ao longo de sua carreira ele apresenta diferentes concepções do espaço geográfico, sem, todavia, serem discrepantes, mas, ao contrário, complementam-se.

O conceito de espaço, para Milton Santos (1997a, p. 1-4), constitui a soma da configuração geográfica, ou seja, o conjunto de objetos geográficos naturais e artificiais distribuídos sobre o território, também denominado paisagem, e da sociedade – “o que dá vida a esses objetos”. O espaço representa uma realidade objetiva, um produto social em constante processo de transformação, sendo que o seu estudo depende da compreensão da sua *relação* com a sociedade.

Milton Santos procura diferenciar o conceito de espaço do de paisagem afirmando que “a paisagem é o conjunto de formas que num dado momento exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homens e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima”. É nesse sentido que o autor considera o espaço como:

[...] uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica. Isso significa que, como instância ele contém e é contido pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida. [...] Isso quer dizer que a essência do espaço é social. Nesse caso, o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas [...]. O espaço é tudo isso, mais a sociedade [...], cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual. (SANTOS, 1997a. p. 1)

O espaço geográfico não é humano simplesmente porque o Homem o habita, mas, antes disso, porque é produto, condição e meio de toda a atividade humana. Na medida em que a sociedade produz e reproduz sua existência ela o faz de um modo determinado; este modo imprimirá características históricas específicas a esta sociedade e, conseqüentemente, influenciará e direcionará o processo de produção espacial.

A história assume um papel dinâmico sob esta perspectiva, e o movimento da história (numa perspectiva espacial) passa a ser relevante. Dessa maneira, o espaço geográfico deve ser concebido como um produto histórico e social das relações (especialmente as de trabalho) que se estabelecem entre a sociedade e o meio circundante.

Em outras palavras, ele (o espaço geográfico) é um produto histórico que sofreu (e sofre) um processo de acumulação técnica e cultural refletindo a cada momento as características e determinações da sociedade que o produz, onde o homem transforma a natureza, humanizando-a, apropriando-se dela e incorporando-a ao seu universo. Portanto, existe uma relação necessária e dialética entre sociedade e espaço.

Compreendido dessa maneira, fundado em relações entre sociedade e meio circundante, o processo de produção do espaço coloca-se como uma relação que deve ser entendida em suas múltiplas determinações: econômicas, políticas, jurídicas, naturais, sociais,

culturais, etc. É o encadeamento e a articulação das categorias de análise que permitirá a separação entre as determinações gerais e as específicas.

Buscando ampliar nossa compreensão acerca dos conceitos de espaço, Milton Santos convida-nos a pensar o espaço geográfico como um *sistema*¹² *de objetos* e um *sistema de ações*, onde as duas categorias, objeto e ação (materialidade e evento), devem ser tratadas como uma unidade.

Essa caracterização visa contrapor os elementos de composição do espaço (os objetos geográficos) aos condicionantes de modificação desse mesmo espaço que, como já foi falado anteriormente, não constitui apenas um suporte para as relações sociais que sobre ele se dão, pois o espaço é condicionado, mas também é condicionante.

[...] o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, entre sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único no qual a história se dá. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos pré-existentes. (SANTOS, 1997b. p. 51-52).

A criação de objetos atende as condições sociais e técnicas presentes. Os objetos que formam o espaço são objetos técnicos resultantes das possibilidades da ciência e da tecnologia em um dado momento histórico e concebidos para exercer certas finalidades pré-determinadas, em localizações também *a priori* definidas; assim, o ordenamento espacial decorrente desse processo também é intencional.

Outra característica dos objetos é o seu caráter de continuidade, ou horizontalidade. As ações são processos e podem ser próximas e presenciais ou, como ocorre cada vez com mais frequência, virtuais. As ações, assim como os objetos, também estão baseadas na ciência e na técnica. Segundo Santos (Ibid., p. 67)

As ações resultam de necessidades, naturais ou criadas. Essas necessidades: materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais, afetivas, conduzem o homem a agir [...]. Essas funções, de uma forma ou de outra, vão desembocar nos objetos. Realizadas através de formas sociais, elas próprias conduzem à criação e ao uso de objetos, formas geográficas.

¹² “Um sistema se define por um nóculo, uma periferia e uma energia mediante a qual as características pioneiras elaboradas e localizadas no centro conseguem projetar-se na periferia, que será então modificada por elas. É somente a partir desse esquema que seremos capazes de apreender sistematicamente as articulações do espaço e reconhecer a sua própria natureza” (SANTOS, 2001. p. 79).

Outra possibilidade de análise do espaço é por meio do que Milton Santos chama de *fixos e fluxos*. Essa perspectiva expressa com clareza a dinâmica espacial, tanto horizontalmente quanto verticalmente. Contudo, para a compreensão do espaço utilizando essas categorias é necessário primeiro analisar os elementos que o constituem e a interação mantida entre eles para formar o espaço, quais sejam: os homens, as firmas, as instituições, o suporte (meio) ecológico, e as infra-estruturas. Cada um desses elementos apresenta suas próprias características.

De acordo com o autor, os homens são os “elementos do espaço, seja na qualidade de fornecedores de trabalho, seja na de candidatos a isso, trate-se de jovens, de desempregados ou não empregados”, ou seja, toda a população.

O simples fato de estar no espaço, fazer parte dele, implica necessariamente em algum tipo de demanda, seja de produtos, bens ou serviços; que são atendidas por empresas (firmas) – públicas ou privadas -, ou instituições representadas pelo Estado, responsáveis pela infraestrutura básica e a super-estrutura da sociedade. Em outras palavras, as firmas têm como função essencial a produção de bens, serviços e idéias; quanto às instituições, estas produzem normas, ordens e legitimações. (SANTOS, 1997).

O meio ecológico diz respeito ao conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano, o qual resultará nos fixos construídos socialmente através das relações de trabalho. Podemos considerar esses fixos como sendo as infra-estruturas - o trabalho humano materializado e geografizado na forma de casas, plantações, estradas, rodovias, estações de tratamento e armazenagem de água, etc. (SANTOS, 1997).

O esforço empreendido a fim de analisar o espaço e suas dinâmicas deve transcender a simples descrição individual de cada elemento que constitui o espaço. Voltamos a recorrer às palavras de Milton Santos quando o autor escreve que:

É somente a relação que existe entre as coisas que nos permite realmente conhecê-las e defini-las. Fatos isolados são abstrações e o que lhes dá concretude é a relação que mantêm entre si. Mas [...] não são relações apenas bilaterais, uma a uma, mas relações generalizadas. Por isso, e também pelo fato de que essas relações não são entre as coisas em si ou por si próprias, mas entre suas qualidades e atributos, se pode dizer que eles formam um verdadeiro sistema. (SANTOS, 1997. p. 14).

Neste conjunto de elementos que formam um sistema, cada elemento constitui um subsistema em relação ao sistema maior: o espaço. Todavia, esses elementos considerados

particularmente, em si só, também constituem um sistema. Em ambos os casos os elementos são regidos pelo modo de produção vigente.

Para melhor compreensão do espaço a partir desses elementos, é preciso compreender a interdependência entre os fixos e os fluxos. Os fixos são econômicos (os instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, inclusive os homens), sociais e culturais. Os fluxos, por sua vez, se fazem presentes na circulação e no movimento e, graças a essa condição de mobilidade dos fluxos e a inseparabilidade entre ambos, os fixos deixam de ser objetos apenas técnicos e adquirem características de objetos sociais:

O espaço disso resultante pode ser tratado como um conjunto inseparável de fixos e fluxos. Se a definição dos fixos vem da qualidade e quantidade (ou densidade) técnicas que encerram, a definição dos fluxos deriva da sua qualidade e do seu peso políticos. Tal oposição é necessária. Ela é, mesmo, indispensável, para distinguir entre o processo imediato da produção, cuja definição é técnica, e as outras instâncias: circulação, distribuição, consumo, cuja definição é cada vez mais do domínio político. (SANTOS, 1993. p. 114).

Desse modo, as categorias clássicas de análise do espaço, isto é, a produção propriamente dita, a circulação, a distribuição e o consumo, podem ser estudados através desses dois elementos: fixos e fluxos. A produção pode, ainda, ser representada como uma verticalidade, enquanto a horizontalidade refere-se aos outros momentos da produção: circulação, distribuição e consumo.

2.7 O Processo Dialético Entre as Categorias: estrutura-processo e função-forma

Segundo Milton Santos, para se compreender o espaço geográfico concreto, ou, em outras palavras, a totalidade social em sua espacialização, o melhor caminho é analisar as categorias *estrutura, processo, função e forma*, que por constituírem uma realidade concreta devem ser consideradas em suas relações dialéticas. Milton Santos resume seu entendimento a respeito do processo dialético entre estas categorias da seguinte maneira:

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. (SANTOS, 2002. p. 153).

Milton Santos buscou na filosofia essas categorias analíticas e as trouxe para a geografia para compreender o espaço na sua totalidade, desintegrando-a e reconstruindo-a dialeticamente. Para o autor (1997a, p. 20) as noções de estrutura, processo, função e forma, “essas velhas categorias filosóficas e velhas categorias analíticas devem ser retrabalhadas para que, neste particular, possam prestar novos serviços à compreensão do espaço humano”; pois “a interpretação de uma realidade espacial ou de sua evolução só se torna possível mediante uma análise que combine as quatro categorias analíticas” (Ibid., p. 57). Desse modo:

Forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos, mas associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente apresentam apenas realidades limitadas do mundo. Considerados em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade. (SANTOS, 1997a. p. 52).

A forma é o aspecto visível de um objeto, seja ele visto de maneira isolada ou como um arranjo ordenado de objetos que passa a constituir um padrão espacial. As formas também podem ser entendidas como uma estrutura técnica ou objeto responsável pela execução de determinada função e são produzidas em diferentes tempos históricos. As formas “se metamorfoseiam em outras formas quando o conteúdo muda ou quando muda a finalidade que lhes havia dado origem”. (SANTOS, 2002. p. 187).

Todavia, embora o espaço seja comandado pelo presente, não se faz necessário à estrutura produtiva que caracteriza o período presente eliminar do espaço todas as formas passadas e construir formas contemporâneas para atender às exigências do presente. Na verdade, freqüentemente elas coexistem, como quando as velhas formas são convocadas a desempenharem novas funções, preenchidas por novos conteúdos, como um palimpsesto.

A atual atratividade das paisagens rurais se deve muito a esse legado de humanização da natureza como resultado de atividades agropastoris e de outros aspectos da ocupação do espaço (estruturas artificiais erigidas pelo homem - ou fixos construídos), impregnados pela herança cultural de seus protagonistas. (PIRES, 2001). Por isso, a fim de manter a atratividade do local, muitas dessas estruturas (formas) foram preservadas e chamadas a desempenhar uma nova função, contribuindo sobremaneira para manter a autenticidade e a identidade locais.

A função sugere um papel, uma tarefa ou atividade esperada de uma forma ou objeto. Ela é a atividade elementar que a forma se reveste. “Nenhum padrão visual existe somente em si mesmo. Ele sempre apresenta algo além de sua própria existência individual – o que equivale a dizer que toda forma é a forma de algum conteúdo”. (ARNHEIM, 1954. *In*:

SANTAELLA e NÖRTH, 1999. p. 45). Assim, cada forma sobre o espaço é criada como resposta a determinadas funções de acordo com a realidade de um presente e só se torna relevante quando a sociedade lhe confere um valor social a partir de uma função dentro de um período histórico dado.

A estrutura, por sua vez, é uma totalidade dotada de sentido, organizada segundo princípios internos que lhes são próprios e que comandam suas partes, seu modo de funcionamento e suas possibilidades de transformação histórica. É a partir da estrutura que se torna possível apreender a realidade de uma essência, o seu modo de organização e/ou de construção. Implica a inter-relação de todos os elementos ou as partes de um todo configurando um princípio ordenador, diferenciador e transformador.

Para Humberto Maturana (2001, p. 75):

[...] tanto ser vivo quanto meio são sistemas determinados estruturalmente [...]. Mas na medida em que é um sistema determinado estruturalmente, qualquer interação apenas desencadeia nele uma mudança estrutural determinada nele mesmo. E, por sua vez, na interação com o meio, visto que o meio também é um sistema determinado estruturalmente, a única coisa que pode ocorrer é que se desencadeie no meio uma mudança estrutural determinada no meio. [...] As interações instrutivas - aquelas nas quais o agente externo determina o que acontece no sistema - não ocorrem¹³.

Tais interferências conseguem, no máximo, perturbar o sistema, e não definir e/ou prever as mudanças que, efetivamente, nele desencadear-se-ão. Maturana (2001, p. 77), oportunamente, distingue *estrutura* e *organização*, entendendo que esta se realiza naquela: “eu escolho usar a palavra *organização* exclusivamente para fazer referência às relações entre componentes que definem a identidade de classe de um sistema [...]. E chamo *estrutura* aos componentes mais as relações entre eles, que realizem uma unidade particular”. Esta distinção entre estrutura e organização permite diferenciar claramente o que é invariante e o que pode ser mudado.

A estrutura não possui uma exterioridade imediata. Ela é invisível, subjacente à forma, é uma espécie de matriz na qual a forma é gerada. A categoria estrutura, na análise do espaço, reúne a base econômica, as relações de produção e a superestrutura e diz respeito à complexidade do modo de produção e das relações de trabalho, estando diretamente vinculada à organização socioeconômica vigente em uma determinada sociedade.

¹³ Para aprofundar a discussão acerca do meio e dos sistemas vivos como sistemas determinados estruturalmente, sugiro a leitura das páginas 174, 175 e 177 do livro *Cognição, ciência e vida cotidiana*, de Humberto Maturana (2001).

Mudanças sociais importantes num processo social em curso implicam alterações na estrutura subjacente de um objeto ou situação. Uma dada estrutura social e econômica acaba definindo as funções e as formas espaciais (a natureza histórica do espaço), tal estrutura é um fator social que indicará quais as necessidades que lhe deram origem e qual a função que lhe foi designada desempenhar no espaço. Segundo Milton Santos (1997a, p. 17):

A estrutura espacial é algo assim: uma combinação localizada de uma estrutura demográfica específica, de uma estrutura de produção específica, de uma estrutura de renda específica, de uma estrutura de consumo específica, de uma estrutura de classes específica e de um arranjo específico de técnicas produtivas e organizativas utilizadas por aquelas estruturas e que definem as relações entre os recursos presentes.

Quanto ao processo, ele assume uma importância fundamental na relação entre forma, função e estrutura e está todo o tempo subjacente, pois é indissociável e inerente a este movimento. A noção de processo permite apreender o tempo em seu movimento, como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança, indicando o movimento do passado em direção ao presente - uma estrutura em seu movimento de transformação.

Escolhidas por permitirem apreender o espaço enquanto totalidade, as quatro categorias analíticas (forma-função-estrutura-processo) não podem ser tomadas isoladamente, mas, sim, devem ser estudadas concomitantemente e consideradas na maneira como interação para criar e moldar o espaço através do tempo. O encadeamento e a articulação dessas categorias é que permitirão compreender o espaço.

2.8 O Que é o Rural?

A pergunta parece e é simples, mas a resposta nem tanto. É fácil verificar que inexistem uma definição única e consensual sobre como delimitar, conceitualmente, o que é o rural. Devido a esta ambigüidade, cientistas, pesquisadores e estudiosos vêm enfrentando-se há tempos sobre qual seria o modo mais adequado de definir o rural.

A importância da espacialização ou a localização das áreas urbanas e rurais está associada à necessidade de se conhecer o território. Localizar espacialmente estas áreas tem, portanto, uma função estratégica, pois permite distinguir processos, planejar ações e direcionar políticas públicas, referenciar dados, precisar dinâmicas, estabelecer relações e apreender os condicionantes que poderão potencializar ações consistentes. É por isso que

estudiosos e também agências governamentais estão empenhados em definir o que é o rural e estabelecer a melhor forma de localizá-lo no espaço.

Diante deste impasse surgiram algumas formas diferenciadas de abordar o tema. Em uma delas, a mais trivial, trata da abordagem do rural pelo senso comum, onde o rural assume feições e traços que o reportam a imagens bucólicas e idílicas, geralmente difundidas pelos meios de comunicação de massa.

Numa outra abordagem tem-se a discussão do meio acadêmico e também de instituições de pesquisa e governamentais, onde o debate se direciona para as questões analíticas e normativas do rural. No meio acadêmico, as reflexões tendem a aparecerem associadas a determinadas vertentes do pensamento científico que o assumem como um objeto empírico de pesquisa. Em instituições de pesquisa o tema surge vinculado à discussão normativa. Já nas instituições governamentais, o rural é apresentado e definido, invariavelmente, como um espaço físico, fonte de enumeradores demográficos e base para as ações político-administrativas dos governos.

O rural do senso comum sempre esteve inclinado a sofrer forte imposição de uma ideologia que lhe era contrária, a ideologia urbana. Esta emerge no momento em que se busca associar o rural a uma imagem que faz referência à tradição, ao que é passado, de local desprovido da oferta de serviços públicos básicos, sinônimo de atraso cultural, econômico e social. É desta forma que surgem as imagens pejorativas difundidas pela mídia que, à luz de um conjunto de idéias e valores considerados como modernos, urbanos, típicos da 'cidade grande', recorrem, no seu modo de agir, a situações geralmente jocosas que apresenta o morador das áreas rurais como 'atrasado'.

Este conjunto de idéias e valores, segundo Martins (1986), têm-se difundido na tentativa de impor, através da dominação, a transição da sociedade tradicional (rural) para a sociedade moderna (urbana), urbanizando o campo para superar o 'atraso' do rural e 'livrá-lo' desse fardo, num dissimulado interesse altruísta. Esta concepção perpassa o senso comum e torna-se tema para a academia onde estas representações passam a ser investigadas.

No meio acadêmico, o rural é concebido através de terminologias, noções e conceitos que se propõem a abstrair da melhor forma a pertinência deste na condição de um objeto empírico de análise, observando as relações do meio rural. Tal modo faz com que o rural figure associado a correntes teóricas e desse modo procura-se apurar explicações empíricas como forma de apreender cientificamente as relações sociais e históricas que o caracterizam como espaço. No Brasil, o rural como objeto de estudo está associado principalmente a duas correntes distintas de pensamento.

Em uma das vertentes encontra-se o debate promovido por Graziano da Silva (1999) sobre “o novo rural brasileiro”¹⁴. Este autor apresenta o rural baseado na perspectiva do *continuum* e sustenta que a urbanização do campo é um processo iminente e irreversível. Outra, e mais recente perspectiva é proposta por Ricardo Abramovay (2003), cuja ênfase recai sobre o enfoque territorial para discutir os problemas do meio rural e da ruralidade. As discussões promovidas por estas diferentes vertentes sintetizam o que pode ser considerado como o debate acerca da ruralidade brasileira, pois buscam manter a atualidade da discussão sobre o rural no Brasil.

As transformações que ocorreram a partir do final da década de 1980 no meio rural brasileiro fizeram emergir novos temas nesse debate. A discussão atual não se encontra mais apenas nas potencialidades econômicas do setor agropecuário, mas caminha no sentido de se compreender a diversidade dos processos geográficos, econômicos, políticos, sociais, culturais e ecológicos que têm acometido o meio rural.

No campo normativo ocorre o debate promovido sobre as definições do rural e do urbano por instituições governamentais e de pesquisas. Aqui apenas recentemente o enfoque territorial é trazido ao debate. A abordagem normativa se encontra estagnada e obscurecida pela obsolescência de seu método de análise. Por conseguinte, em sua fragilidade metodológica, esta é facilmente questionável por sua insuficiência ao mensurar apenas quantitativamente a magnitude do rural, além de transmitir a idéia deste como espaço vinculado unicamente às atividades agropecuárias e prestes a sucumbir perante a crescente taxa de urbanização.

Com essa concepção, o rural é apreendido como fonte de dados e indicadores estatísticos onde, por meio destes, são demarcadas as fronteiras entre o rural e o urbano e se estabelece a mensuração demográfica. Claro que esse aspecto não deve ser desconsiderado, pois há uma gama de atribuições e iniciativas que dependem diretamente destes dados e, por si só, justificam a importâncias de tais indicadores como, por exemplo, a alocação de serviços públicos (saúde, educação, transporte, comunicação, etc.), a disponibilização de infraestrutura, repasses governamentais, entre outros.

¹⁴ José Graziano da Silva é professor (USP) e coordenador da pesquisa denominada de PROJETO RURBANO, patrocinado pelo MDA e parcialmente financiada pela Fapesp. É um projeto temático, denominado “Caracterização do novo rural brasileiro, 1981/1995”. O Trabalho pretende analisar as principais transformações, ocorridas no meio rural, em 11 estados: PI, RN, AL, BA, MG, RJ, SP, PR, SC, RS e DF.

O que também prejudica a compreensão do que seja o rural brasileiro é uma norma administrativa simplificadora oriunda do Decreto Lei Oficial nº 311 de 1938¹⁵, onde toda a população que estiver localizada na sede de um município ou em uma vila será considerada como urbana. Conseqüentemente, se a área estiver localizada fora deste espaço delimitado, será rural e a população contada como rural. Neste sentido, qualquer município que tenha um pequeno vilarejo ou um agrupamento de casas nos mais longínquos sítios do País, poderá ser considerado como urbano. Essa situação, como sabemos, não reflete adequadamente a realidade.

É contra esta condição residual que se justificam os esforços dos cientistas e pesquisadores que tentam atribuir novas definições que captem a real diversidade do rural. Diante deste contexto, têm-se destacado um conjunto de novas perspectivas que passam a valorizar e incluir as dinâmicas sociais em um sentido mais amplo, incorporando indicativos diferenciados para as análises. Nessa direção, os estudiosos do rural passaram a recorrer ao aporte teórico de outras disciplinas das ciências sociais como a Geografia, a Sociologia, a Antropologia e a Economia, na busca de novas alternativas para o estudo do rural.

Dentre estas alternativas, destaca-se a abordagem territorial, que vem consolidando-se como uma nova maneira de proporcionar um entendimento outro acerca das questões relacionada ao meio rural. É com o advento dessa abordagem que o rural surge como um espaço diferenciado do agrícola e retorna revigorado aos debates.

O enfoque territorial busca qualificar o debate sobre o rural através da apreciação das dinâmicas sociais e espaciais de um grupo. Tal fato implica em lidar com novas perspectivas e novas técnicas de análise que proporcionem ampliar o entendimento do espaço rural, tanto no sentido de melhor precisar o que ele é, quanto no sentido de indicar onde se localiza. Esta proposição não é uma tarefa de fácil execução, pois preencher as duas indagações, simultaneamente, implica em encerrar em uma mesma proposição uma abordagem que seja ao mesmo tempo conceitual e prática.

Para observar as relações sociais com base na escala local, permitindo agregar ao rural categorias simbólicas construídas a partir de diferentes universos culturais, Tuan (1983) sugere outra maneira para a análise das questões referentes ao espaço rural: a perspectiva da experiência. Para o autor, estas categorias simbólicas tendem a orientar o sentido das análises

¹⁵ Até 1938, não existia no Brasil uma delimitação normativa para distinguir espaços urbanos e rurais. Antes desta data, o rural era concebido como uma continuidade que se adentrava continentalmente ao território, em direção ao interior. As cidades, ainda embrionárias neste período, se reduziam a parcas aglomerações que se localizavam estrategicamente ao longo da costa litorânea, a fim de coibir invasões e servir de abrigo aos navegantes.

para os agentes do processo e não exclusivamente para o espaço. Nesses termos, são os indivíduos que irão expressar o seu vínculo com o local através de suas práticas, independentemente de estarem ou não fisicamente no local definido como o de origem.

Os estudos de Tuan orientam para uma leitura diferenciada do rural, sendo oposta à condição fatalística preconizada pela concepção do *continuum* entre o rural e o urbano. Neste sentido, mais do que precisar as fronteiras entre ambos ou relevar as diferenças culturais, o autor sugere verificar a qualidade das relações que as práticas sociais estabelecem sobre o espaço e o local de análise, sendo que as práticas podem até mesmo ampliar a rede de relações sociais, sem, no entanto, proporcionar uma homogeneidade social. Mas para que isto ocorra as identidades devem estar ancoradas em um sentimento de pertencimento a uma determinada localidade (territorialidade) e, assim, criar “uma consciência de si na relação com o outro”.

2.9 O Novo Rural Brasileiro: pluriatividade e multifuncionalidade

Ao se propor novas definições conceituais e operacionais para o rural faz-se necessário considerar que a globalização da economia, principalmente ao longo das últimas duas décadas, tem redesenhado as relações capitalistas de mercado. Os avanços da ciência e o advento das novas tecnologias (comunicação, informática, biotecnologia, etc) estão dirimindo as fronteiras (no sentido mais amplo dessa acepção) existentes entre o rural e o urbano.

Para Graziano da Silva (1999, p. 28) o rural brasileiro tende a cada vez mais se distanciar de uma concepção setorial assentada unicamente nas atividades agrícolas, pois “já não se pode caracterizar o meio rural brasileiro somente como agrário”. Em seus estudos, embasados em evidências empíricas, o autor apura como estão ocorrendo os fenômenos que tanto influenciam na concepção do entendimento do que é o rural na contemporaneidade.

De fato, observa-se no rural uma nova dinâmica formada por um conjunto de atividades relacionadas com os novos tipos de ocupações não-agrícolas, caracterizando uma modificação importante para o meio rural a partir das novas dinâmicas que passaram a se estabelecer neste ambiente. O conjunto dessas atividades diferenciadas, ou não-agrícolas, que surgem no meio rural, é denominado por Graziano da Silva como *o novo rural brasileiro*.

Segundo Milton Santos (1997b), em um mundo cada vez mais globalizado, o período técnico-científico-informacional domina as relações no espaço evidenciando transformações significativas nas práticas sociais, impondo-se em todos os territórios, e não apenas nos

espaços complexos, geralmente urbanos; mas o meio rural também sofre a influência das transformações decorrentes deste novo período.

De forma marcante, as transformações no rural têm-se recrudescido à medida que novas demandas surgem sobre o território, levando à diversificação e à ampliação da rede das relações sociais. Neste sentido, o local passou a interagir com o global em decorrência da intensificação das trocas econômicas, culturais e simbólicas, excedendo as escalas tradicionais de ação sobre o espaço.

Inclusive o processo de produção de alimentos passou por profundas transformações, principalmente nas últimas quatro décadas. Essas transformações se caracterizam, entre outros fatores, pela transição entre a agricultura orgânica e o modelo convencional, calcado no uso intensivo do solo e seus recursos. A ênfase na produção em grande escala, praticada pelo modelo agrícola convencional, teve início com a chamada *revolução verde*¹⁶, difundindo-se a partir da segunda metade do século XX. Esse modelo desencadeou diversas conseqüências ignóbeis, entre elas o aumento da poluição do solo e das águas, intoxicações, contaminações e desmatamento. (BUTTEL, 1995).

Para Graziano da Silva (1998), o conjunto dos impactos resultantes da discussão em torno da questão ambiental sobre a atividade agrícola e sobre a totalidade do meio rural, mostra que se está a caminho de uma nova fase do desenvolvimento agrícola (e também rural), na qual a relevância dos aspectos da preservação ambiental e da saúde do consumidor emerge como elemento central, encontrando na prática agroecológica a melhor alternativa.

Este debate assume maior relevância quando estão em foco as possibilidades de recomposição da atividade agrícola de produção de alimentos. Assim, o pensamento agroecológico representa uma tentativa de ir além da modernização técnico-produtiva, apresentando-se como uma estratégia de sobrevivência das unidades familiares que buscam sua reprodução social comprometidas com o meio ambiente em que estão inseridas, além de representar uma maneira de oferecer melhores condições de vida aos agricultores, uma vez que adota processos livres de aditivos químicos nocivos à saúde.

A importância dos agricultores familiares na construção deste modelo é fundamental para a superação do modelo imposto pela revolução verde, onde o uso da propriedade rural seja integrado ao meio ambiente e não na tentativa de domesticar a natureza. A história agrária mundial, nos últimos cem anos, passou por distintas transformações, quase todas

¹⁶ “Esse modelo de produção agrícola se caracteriza pela monocultura, pelo uso intensivo de agrotóxicos para contenção de pragas, pela mecanização da produção e pela criação de variedades geneticamente modificadas e de fácil aceitação no mercado externo”. (CAPRA, 1989).

decorrentes da relação conflituosa dos Homens com o espaço que ocupa, bem como da relação mantida com seus pares. É necessário substituir esse paradigma impositivo e truculento por um “comportamento de não-violência”. (CAPRA, 1989; MULLER, 2001).

Para Maturana:

[...] procuramos pelo conhecimento científico em busca de um conhecimento que nos permita controlá-la e manipulá-la, mais do que compreendê-la [a natureza]. Também falamos de progresso da ciência e tecnologia em termos de controle e dominação e não em termos de compreensão e coexistência responsável. As noções de controle e dominação implicam na negação do que é controlado e dominado, bem como em colocá-lo como algo diferente e independente de nós mesmos. (MATURANA, 2001, p. 156.)

Como característica desse processo e para melhor compreensão do que é o rural, há dois enfoques que vêm despertando a investigação desse tema e que permitem uma visão totalizante sobre esse território: a *pluriatividade* e a *multifuncionalidade*.

A primeira abordagem trata da *pluriatividade* das famílias rurais, relacionada com a tendência da expansão das ocupações não-agrícolas em comunidades rurais, contrariando a concepção ainda vigente de que as famílias que residem no meio rural vivem apenas do trabalho em atividades agropastoris. A pluriatividade tem como referência os novos meios alternativos que passam a integrar o meio rural, como a oportunidade de desenvolver atividades de educação, lazer e turismo, além de promover o consumo produtivo¹⁷ do espaço rural. Essa situação está relacionada com a valorização do rural e a forte conotação idílica que cerca esse ambiente, a partir da valorização de bens intangíveis outrora desprezados, como a paisagem e aspectos relacionados à cultura campesina.

O outro enfoque trata da *multifuncionalidade* do meio rural que, além da produção e extração de bens privados, como alimentos, fibras naturais e outros produtos comerciais, também desempenham funções que se referem à reprodução e salvaguarda de bens públicos, como a manutenção da biodiversidade, a conservação do solo, da paisagem rural e da herança cultural, da garantia de segurança alimentar, entre outros. Desta forma, bens que até então eram concebidos como meros componentes de uma paisagem mudaram de significado e adquiriram valor econômico. Este valor é evidenciado por uma forma diferenciada de se apropriar do espaço: a forma simbólica.

¹⁷ Milton Santos (2001, p. 146) identifica dois tipos de consumo: consumo consumptivo e consumo produtivo. O primeiro é o que se esgota em si mesmo, ao passo que o segundo consome produzindo. Em alguns espaços observa-se uma superposição dos efeitos do consumo consumptivo e do consumo produtivo; como observa o autor, especificamente referindo-se ao espaço rural, “ao consumo consumptivo, que se ampliou, corresponde também uma ampliação de consumo produtivo, através da incorporação da ciência, técnica e informação”.

No meio rural surgem novos produtos ‘mercantilizáveis’ para o consumo. São produtos diferenciados das tradicionais *commodities* agrícolas, como os produtos ecologicamente sustentáveis, sendo que também já se torna comum ofertar o próprio espaço ‘natural’ como produto, encontrando na atividade turística seu melhor cliente. As famílias agrícolas “[...] já não conseguem se reproduzir apenas nos espaços agrícolas do novo mundo rural, que está em construção, com base em uma valorização de bens não-tangíveis antes ignorados como a paisagem, o lazer e os ritos dos cotidianos agrícola e pecuário”. (Silva et al, 2000. p. 55).

O meio rural passa a ser, também, provedor de amenidades com propriedades restauradoras do equilíbrio orgânico aos cidadãos. Estas novas opções têm modificado a realidade de muitas comunidades rurais que não desenvolveram outras vantagens comparativas, sendo o ambiente ‘natural’ o seu maior trunfo.

Com efeito, diante dessas questões, o rural, na sua forma natural e das amenidades ecológicas, surge como um modo de produção necessário para satisfazer a necessidade de um maior contato com a natureza. Passa-se, então, a dispensar-se um sentido especial aos aspectos rurais que, por sua vez, serão consumidos pelos cidadãos por se apresentarem como sinônimo de qualidade de vida ou lazer.

A partir destas distintas perspectivas – a pluriatividade e a multifuncionalidade - é que se diferenciam as atuais territorializações, pois é através de novas iniciativas visando a preservação ecológica, a promoção do lazer e a qualidade de vida que está ocorrendo a apropriação do espaço rural. Em parte, são estas particularidades as formadoras de um conjunto de interesses que assumem um papel relevante na construção do território rural e que implica a incorporação de novos valores influenciando a ruralidade.

Depreende-se do exposto que o rural tende a diminuir sua dependência do setor agrícola, passando a incorporar novas dinâmicas econômicas ligadas à valorização do espaço natural e da cultura local. Estas dinâmicas também apontam que novas fontes de renda têm atraído o interesse dos agricultores, sobretudo os pequenos, que fazem investimentos diferenciados em atividades não-agrícolas, ajudando a reverter índices negativos históricos que sempre figuraram, e ainda figuram, atrelados ao rural, como o êxodo e o desemprego.

2.10 Turismo no Meio Rural

As áreas rurais, segundo Swarbrooke (2000, p. 15), “ocupam um lugar especial na cultura do país e na psique de seu povo. Isto não surpreende, já que é o campo que sempre abasteceu a mais básica necessidade humana, o alimento”. Além disso, a sociedade, por mais urbanizada e sofisticada que venha a ser, teve seu início na sociedade rural e agrária, pois a semente de todas as civilizações originou-se do ruralismo.

Até recentemente não se concebia outra alternativa aos proprietários rurais que não fosse a utilização de suas terras como unidade de produção agrícola, ou agroindustrial para aqueles que conseguiam agregar valor aos seus produtos. Mas o rural vem apresentando significantes transformações e indica uma tendência em diminuir a sua dependência ao setor agrícola, passando a incorporar novas dinâmicas econômicas relacionadas à valorização do meio natural e da cultura local; pondo em dúvida previsões que eram dadas como eminentes no atual processo globalizante.

Uma destas previsões que vem sendo questionada é a afirmação de que o rural não poderá esquivar-se de seu destino fatalístico: a urbanização. Contudo, ao invés da anulação das especificidades do mundo rural, observa-se uma retomada do ‘rural’ no sentido de uma revalorização deste modo particular de utilização do espaço e conformação da vida social.

No aspecto sócio-psicológico, constata-se que a *busca do campo* ou o *retorno às origens* representa um legítimo anseio das populações urbanas. O ambiente rural, dentro deste contexto, é idealizado e encarado como um local onde a população urbana pode fruir a natureza em busca do bucólico, tradicional, simples, tranquilo, seguro, saudável, enfim, um ambiente capaz de “recarregar as energias” gastas no cotidiano estressante das grandes cidades (RODRIGUES, 1998; SILVA, 1999; ZAGER, 2005).

A importância da ruralidade advém, portanto, das especificidades que o meio rural apresenta e que se contrapõem aos espaços urbanos, principalmente naquelas áreas em que a ocupação do solo não ocorre apenas pela agricultura, mas por áreas em que coexistem outras práticas (não-agrícolas) voltadas à exploração sustentável da biodiversidade. A diversificação dessas práticas do rural implica em uma rede de atividades interligadas, capazes de levar ao desenvolvimento do território que como um todo deve ser valorizado e fortalecido por uma política de desenvolvimento integrada entre o rural e o urbano (SACHS, 2002).

A valorização (ou idealização) do ambiente rural aliada à dinamicidade dos processos socioculturais, do avanço nas leis trabalhistas, das inovações tecnológicas, além das facilidades e das diversas possibilidades com que se pode deslocar-se e adquirir informações; estabelecem condições para o surgimento de diferentes modalidades de turismo em espaços

não urbanos. A partir deste quadro, novas possibilidades factíveis de desenvolvimento se apresentam ao meio rural.

A fim de minimizar as adversidades de toda sorte enfrentadas pelas famílias para permanecerem na propriedade rural e no campo, como a situação de insolvência da economia rural, os agricultores criam mecanismos alternativos à produção agropastoril, pois não há mais como sustentar o setor tendo-a como única base econômica. (CAMPANHOLA, 2000; SILVA, 2000). De acordo com Schneider (2003, p. 174), “surge a necessidade de implementação de outras atividades, além daquelas tradicionais da agricultura familiar, que possam garantir condições de reprodução social”.

Ou seja, é preciso pensar em novas formas de desenvolvimento das atividades produtivas no meio rural, realizadas, ainda, segundo padrões de produção que degradam a saúde dos próprios agricultores, além dos recursos naturais. Ao perceberem essa realidade, os agricultores, numa atitude emancipatória, além de procurar melhorar alguns aspectos da sua produção tradicional, têm se voltado para atividades que venham agregar valor a sua produção.

A idéia de receber visitantes no meio rural e cobrar pelos serviços prestados não é nova, na Europa, onde surgiu de maneira informal, desde a década de 1950 o campo atende uma demanda que se formou espontaneamente, criando um fluxo de turistas que, quase exclusivamente, buscavam saborear a gastronomia do campo e caminhar junto à natureza. Dessa maneira, o turismo aparece nas discussões da família quanto à possibilidade de uso da propriedade rural como ingresso nesta nova atividade, visando à diversificação das fontes de renda e a melhoria da qualidade de vida da família.

Existem diferentes modalidades de turismo que podem ser desenvolvidas no espaço rural levando com frequência a confusões de ordem conceitual, sobretudo entre turismo rural e ecoturismo. Segundo Solla (2002) “talvez o ponto de diferenciação esteja na motivação principal: no turismo ecológico interessa ao turista, sobretudo, a natureza em estado protegido, enquanto, no rural, se valoriza o amplo e rico conglomerado que conforma esse espaço”. (SOLLA, 2002. p. 117).

De acordo com autor, basicamente, a diferença reside no fato de que “o ecoturismo centra suas motivações nos valores ecológicos e o turismo rural está mais interessado nos aspectos do patrimônio, que pode abranger não só a própria natureza, mas também a cultura popular, a arquitetura, a gastronomia ou os modos de vida”. (Ibid.). Nesse sentido, para Ruschmann (2000):

Na sua forma mais original e 'pura', o turismo rural deve estar constituído em estruturas eminentemente rurais, de pequena escala, ao ar livre, proporcionando ao visitante o contato com a natureza, com a herança cultural das comunidades do campo e as chamadas sociedades e práticas tradicionais. (RUSCHMANN, 2000. p. 63).

Além destas modalidades turísticas desenvolvidas no espaço rural, há o agroturismo. Em termos gerais, o agroturismo é uma atividade de lazer que o homem urbano procura junto às propriedades rurais produtivas, buscando resgatar suas origens culturais, o contato com a natureza e a valorização da cultura local.

Já para o homem do campo significa um meio para do desenvolvimento rural e uma das melhores alternativas para assegurar a revitalização dos tecidos econômico, espacial e sociocultural rural, de maneira orgânica, harmônica e sustentável, valorizando sua propriedade e o seu estilo de vida e, conseqüentemente, elevando sua auto-estima na medida em que promove a participação comunitária e a valorização da história, das tradições e da cultura do lugar.

Na opinião de Souza (2000), a importância desses aspectos para o turismo no meio rural, especialmente para o turismo rural e o agroturismo, pode ser expressa da seguinte maneira:

Há propriedades onde se pode saborear um delicioso café colonial dentro da casa do proprietário. A hospitalidade e a liberdade oferecida ao turista o deixam seguro e bem à vontade para desfrutar todos os seus momentos da estada na localidade. Participar das manifestações culturais da população local [...] faz com que o turista conheça e respeite outras culturas. Isso promove a preservação das raízes daquela população. O turista cria novos conceitos de valores, o produtor supre seu isolamento social e a comunidade resgata importantes elementos da cultura local. (SOUZA, 2000. p. 231).

O turismo pode desempenhar o papel de agente de resgate não da totalidade talvez, porém, é certo que pode representar o resgate de parte significativa da cultura campesina tradicional. Importa, pois, promovê-lo de forma harmoniosa e sustentável, respeitando as especificidades que caracterizam cada região. Por isso ele deve ser planejado a partir da base local, mas imbricado ao conjunto dos diversos agentes sociais, culturais, políticos, econômicos, públicos ou privados, existentes no município e região, para a construção de um projeto estratégico que oriente ações em longo prazo.

Foi seguindo estes preceitos que alguns países europeus se destacaram nesse sentido, notadamente a França, que criou cooperativas e associações de agricultores para auxiliar o desenvolvimento de um turismo marcado por princípios éticos voltados à inclusão (do

agricultor), à solidariedade (entre os pequenos) e à responsabilidade (na oferta de produtos e serviços).

Contudo, o turismo não deve ser encarado como verdadeira panacéia ou como a única alternativa para os problemas econômicos e sociais que afligem o meio rural, mas, sim, deve ser promovido como atividade que está imbricada a outras, com uma perspectiva orgânica e dentro de um modelo integrado de desenvolvimento rural. Além disso, é fundamental conhecer as possíveis repercussões negativas das atividades de agroturismo na vida de seus participantes, assim como em todo território envolvido, pois são processos dinâmicos e com tensionamentos decorrentes desta nova atividade desenvolvida no meio rural. (CABRAL, 2004; GUZZATTI, 2003; HEISER, 2003).

Todavia, se o turismo for implantado de forma planejada, seja no meio rural ou no urbano, pode representar uma possibilidade de desenvolvimento sustentável. Entretanto, sem considerar os aspectos naturais e socioculturais ele pode impactar de forma negativa, e muitas vezes irreversível, o meio ambiente e a comunidade. Pela importância do turismo praticado no meio rural brasileiro, palco de intensas transformações, o agroturismo surge como um incentivo e uma alternativa para a permanência da família no campo, para a melhoria da qualidade de vida e elevação da auto-estima dos campônios, além de promover a valorização da cultura rural.

2.11 Turismo no Meio Rural Brasileiro

No meio rural se encontra grande parte da história brasileira, desde os locais das principais batalhas, o trabalho escravo, a influência de grandes fazendas de gado, produtoras de café, cana-de-açúcar, cacau ou algodão. Com a falência destas fazendas e o fim dos períodos áureos dos estágios econômicos que se sucederam, um representativo acervo arquitetônico e cultural foi legado pelos seus proprietários às próximas gerações. Além disso, as técnicas, os ritos, hábitos e costumes trazidos pelos imigrantes ao território brasileiro, também estão presentes em nosso meio rural. Tais aspectos, combinados à infra-estrutura e ao planejamento adequados, tornam-se excelentes produtos turísticos.

A década de 1980 e, principalmente, a década de 1990, presenciaram o surgimento de uma nova conformação do meio rural brasileiro. Percebe-se em várias regiões do interior do Brasil que as áreas rurais não estão mais sendo utilizadas apenas para as atividades agropastoris extrativistas e, como vimos anteriormente, caracterizam-se hoje pela

multifuncionalidade e a pluriatividade, expressas em atividades econômicas alternativas ou não tradicionais no meio rural, como o turismo.

De fato, as novas funções desempenhadas pelo meio rural, principalmente as de apelo ecológico e de lazer, mostram-se cada vez mais atraentes aos proprietários rurais, no entanto, elas devem ser desenvolvidas de maneira a complementar as atividades tradicionais agrícolas que devem continuar, com maior ou menor intensidade, sendo desempenhadas na propriedade.

O turismo no meio rural é uma prática recente no Brasil, as primeiras experiências surgiram na década de 1980, no município de Lages, no planalto catarinense, para ser mais preciso, na fazenda Pedras Brancas. Essa fazenda, em 1986, se propôs a acolher visitantes para passar ‘um dia de campo’; oferecendo pernoite e a oportunidade de participar das lidas do campo, a fazenda do Barreiro e a fazenda Boqueirão também são consideradas pioneiras. (ZIMMERMANN, 1996; RODRIGUES, 2000).

Na Carta de Santa Maria/RS, de 1998, elaborada durante o I Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável (CITURDES), foram sistematizados pela primeira vez, a nível nacional, os apontamentos e as proposições dos diversos agentes do turismo rural nacional. O documento apresenta as propostas para o estabelecimento de parcerias entre o poder público e a iniciativa privada, além da criação de associações locais e regionais integradas a uma instituição de representatividade de âmbito nacional, reforçando a importância dos estudos em torno do turismo no meio rural brasileiro.

Segundo o Ministério do Turismo - MTur (2004) a prática do turismo rural vem proporcionando alguns benefícios, tais como: diversificação da economia regional; melhoria das condições de vida das famílias rurais; interiorização do turismo; diversificação da oferta turística; diminuição do êxodo rural; promoção de intercâmbio cultural; conservação dos recursos naturais; geração de novas oportunidades de trabalho e renda; melhoramento da infra-estrutura de transportes, comunicação e saneamento; relação direta do consumidor com o produtor; além da oferta dos serviços de hospedagem, alimentação e entretenimento; da venda de produtos *in natura* ou beneficiados; e da valorização das práticas rurais, tanto sociais quanto de trabalho.

Em 1996 o Governo Federal, através do Decreto Presidencial n.º 1.946, criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O PRONAF visa construir um padrão de desenvolvimento sustentável para os agricultores familiares e suas famílias, objetivando

augmentar e diversificar a produção para, assim, melhorar os níveis de emprego e renda, proporcionando bem-estar social e qualidade de vida. (PRONAF, 2005).

A associação entre a agricultura familiar¹⁸ e o turismo rural (ou o agroturismo) tem despertado o interesse, inclusive, do MDA, que criou uma linha especial de crédito - o PRONAF Turismo Rural – voltada ao desenvolvimento de projetos em propriedades rurais familiares.

Outra medida tomada pelo Governo Federal foi a criação da Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar - Rede TRAF¹⁹ - à qual cabe debater questões relevantes para o desenvolvimento do turismo rural na agricultura familiar, promovendo a articulação nacional entre instituições governamentais e não-governamentais, técnicos e agricultores familiares organizados, que atuam no turismo rural com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar e promover o desenvolvimento sustentável. Para a Rede TRAF o turismo rural na agricultura familiar consiste em:

[...] uma atividade turística que ocorre no âmbito dos agricultores familiares que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, dispostas a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem estar aos envolvidos. (Rede TRAF, 2006).

A Rede TRAF também se encarrega de fornecer subsídios para a elaboração do Plano Nacional do Turismo Rural na Agricultura Familiar - Plano Nacional TRAF - cujas diretrizes são: formação e capacitação continuada, infra-estrutura, legislação, mercado e gestão.

Entre as diferentes modalidades de turismo desenvolvidas no meio rural, tivemos na última década o crescimento do agroturismo, que vem se mostrando uma ferramenta importante enquanto alternativa econômica e também para o desenvolvimento sustentável das regiões rurais.

Essa modalidade de turismo é compreendida por Guzzatti (2003) como um conjunto de produtos e serviços oferecidos por agricultores familiares que se dispõem a compartilhar

¹⁸ Para o PRONAF, a agricultura familiar é uma forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho, onde o agricultor familiar é quem dirige o processo produtivo. Esse modelo privilegia a policultura e utiliza basicamente o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado. (PRONAF, 2005).

¹⁹ Os objetivos da Rede TRAF são: 1) subsidiar o poder público na definição de políticas e em sua implementação; 2) subsidiar o planejamento governamental e planejamento integrado das atividades executadas pelas instituições de apoio ao turismo rural na agricultura familiar; 3) propor medidas visando superar desafios enfrentados pelo turismo rural na agricultura familiar; 4) servir como canal de articulação permanente entre os interessados no desenvolvimento do turismo rural na agricultura familiar; 5) promover o intercâmbio de experiências entre os atores envolvidos. (Rede TRAF, 2006).

seus hábitos, costumes e modo de vida com visitantes; pautado na valorização da cultura local e no respeito ao meio ambiente. SANTOS (2004) destaca que alguns princípios essenciais devem direcionar a execução de uma proposta dessa natureza, quais sejam: identidade própria da região, autenticidade, harmonia ambiental, preservação cultural, divulgação dos costumes e um atendimento predominantemente familiar.

Em Santa Catarina o agroturismo está associado, principalmente, ao município de Santa Rosa de Lima (SRL), localizado ao sul do estado. Em 1996, um grupo de agricultores do município aceitou o desafio de um supermercadista, natural do lugar, de produzir hortifrutigranjeiros orgânicos, e a partir disso buscaram organizar-se. No fim do mesmo ano formalizou-se o grupo de agricultores (inicialmente contando com doze famílias) a partir da criação da Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral - AGRECO. (Schmidt, et.al. 2003).

O grupo fundador da associação se organizou em torno da atividade de olericultura sem uso de agrotóxicos e de fertilizantes sintéticos, e a produção semanal era transportada para Florianópolis. Atualmente os produtos são comercializados em mais de vinte lojas de diferentes redes de supermercados, nas principais cidades do litoral catarinense. (Ibid.).

Dois anos mais tarde, em 1998, a AGRECO já contava com cerca de duzentos associados, envolvendo mais de cinquenta famílias de agricultores, e no ano seguinte o número de associados havia aumentado para aproximadamente quinhentos integrantes, envolvendo diretamente mais de duzentas famílias de pequenos agricultores. (Ibid.).

A maior parte deles é de regiões contíguas aos municípios de Santa Rosa de Lima, Rio Fortuna e Anitápolis. Esse crescimento foi proporcionado pelo desenvolvimento do Projeto Intermunicipal de Agroindústrias Modulares em Rede, com financiamento do PRONAF. Tal projeto tem por objetivo alavancar um processo de desenvolvimento solidário na região, pela agregação de valor baseada em agroindústrias rurais de pequeno porte e pela geração de oportunidades de trabalho e renda. (Ibid.).

Essa experiência de produção e comercialização de hortifrutigranjeiros orgânicos repercutiu e começou a atrair, para a região da AGRECO, técnicos e agricultores interessados em conhecer os seus princípios e o seu funcionamento, além de consumidores interessados em se certificar de que o que estavam comprando e comendo era realmente orgânico. Esse fluxo indicou o potencial para atividades ligadas ao turismo.

Dessa forma, agricultores familiares ligados a AGRECO passaram a participar das ações desenvolvidas no âmbito do Projeto de Apoio ao Agroturismo como estratégia para promover o desenvolvimento rural. Esse projeto conta com o apoio da *Accueil Paysan* e do

Ministério do Desenvolvimento Agrário. O processo de implantação do agroturismo permitiu o surgimento da Associação Acolhida na Colônia, responsável pela implantação de um circuito agroturístico envolvendo cerca de trinta famílias, todas elas com produção agroecológica. (Schmidt, et.al. 2003).

O agroturismo desenvolvido pela AGRECO surgiu, portanto, à luz da experiência francesa *Accueil Paysan*, uma associação de agricultores familiares criada em 1987 em Grenoble, na França, com o objetivo de integrar as propriedades rurais e seus associados no intuito de promover um tipo de turismo que favorecesse a solidariedade entre o campo e a cidade. Ao mesmo tempo, o grupo de agricultores não apenas se relaciona para melhor atender os hóspedes, mas, unidos, também lutam por melhores condições de vida e trabalho para si e sua família. (HEUSER, 2002; ULLER, 2005).

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa é qualitativa, com caráter etnográfico aliado ao uso da história oral como método para coleta de entrevistas. Cabe esclarecer que esse trabalho se deu sob um recorte temporal pouco preciso por se ter levado em consideração, principalmente, os relatos de história oral. Esses relatos indicam fatos ocorridos entre os primeiros anos do século XIX (quando alguns entrevistados mencionam a chegada de seus antepassados à região) até os dias atuais.

3.1 A Pesquisa

Pesquisas qualitativas têm como objeto o ser humano e a complexa rede que permeia o tecido social. Portanto, a escolha por um método qualitativo para o desenvolvimento desta pesquisa deve-se à sua condição de “facilitador no processo de interação entre o pesquisador e seu objeto – o ser humano em suas múltiplas relações”.(CAMPOLIN, 2005. p. 13).

De fato, é justamente essa interação que propicia a compreensão da realidade social na qual se insere o pesquisado, além de proporcionar maior confiabilidade à interpretação dos dados coletados. Dessa maneira, “as abordagens qualitativas se configuram alternativas viáveis, por possibilitarem estudos mais descritivos do meio social e cultural, além de permitirem análises contextualizadas da realidade” (Idem, 2005).

De acordo com Mynaio (1994) esse tipo de pesquisa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes; correspondendo a um espaço mais profundo de relações e inter-relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Pretende-se, desse modo, a partir de um enfoque qualitativo, apreender a realidade social local no conjunto de suas relações sociais.

Relações essas que foram profundamente abaladas nas últimas décadas e recrudescidas pelas mudanças decorrentes da globalização e do seu impacto sobre a constituição da identidade, tanto individual quanto coletiva; trazendo consigo o sentimento de perda, esquecimento e desenraizamento social, cultural e histórico. Em decorrência, indivíduos e coletividades empreendem ações que permitam a recomposição da sua identidade. Talvez por isso nunca esteve tão forte a “demanda” pela presença do passado. (PEREIRA; FREIRE, 2002).

O caráter etnográfico da metodologia de pesquisa utilizada nesta dissertação deve-se aos métodos e técnicas de investigação empregados, tais como: observação participante,

diário de campo, registro da história oral e registro fotográfico. A pesquisa etnográfica tem início na antropologia e surge com a proposta de descrever e interpretar para tentar ‘explicar’ o que as pessoas fazem em determinado ambiente, quais os resultados de suas interações e, talvez o mais importante e complexo, como compreendem o que estão fazendo.

Para Rognon (1991, p. 99) “a pretensão da etnografia é grande e o projeto é vasto, basicamente consiste em tudo ver, tudo ouvir, tudo anotar, tudo registrar [...]. É esse trabalho, aplicado a cada cultura particular, que se espera da etnografia”. De acordo com o autor espera-se do etnógrafo que ele conviva o maior tempo possível com o grupo estudado, que ele aprenda as suas formas típicas de comunicação, que registre seus costumes, hábitos e depoimentos através de um diário de campo e, se possível, por meios capazes de registrar fatos, independentemente da interpretação pessoal do pesquisador, como gravadores de som, máquinas fotográficas, filmadoras de vídeo, etc.

Certamente essa é uma tarefa deveras árdua, pois diante da miríade de significados acerca do que as pessoas fazem e dizem, o etnógrafo está sozinho, munido apenas de sua sensibilidade, intuição ou experiência para decidir quando e quais sinais (falas, eventos, nomes, objetos, etc.) deve privilegiar na tentativa de *reconstruir a realidade*.

Contudo, a capacidade desses recursos de capturar com fidelidade imagens e sons não assegura, porém, a expressão do real, pois o pesquisador - ao filmar, fotografar ou gravar - seleciona, entre as inúmeras possibilidades que se apresentam, aquilo que ele deseja ver e ouvir, seja no momento em que os fatos se desenvolvem ou posteriormente ao selecionar quais as partes desses registros serão significativas para a sua interpretação. O mesmo ocorre no momento da seleção dos trechos mais relevantes das entrevistas ou na escolha das fotografias mais representativas daquilo que se pretende apresentar.

Devido à própria natureza complexa, multifacetada e dinâmica da realidade social, não é possível conceber uma representação etnográfica que reproduza integralmente a realidade, ainda que julguemos, prepotentemente, poder abordá-la em termos ou fatos totalizantes. Não obstante, segundo Geertz (2005, p. 29) os etnógrafos, por meio de seus textos etnográficos, “precisam convencer-nos [...] não apenas de que eles mesmos realmente ‘estiveram lá’, mas ainda [...] de que, se houvéssimos estado lá, teríamos visto o que viram, sentido o que sentiram e concluído o que concluíram”.

Com as entrevistas semi-estruturadas procuramos resgatar a história das comunidades envolvidas na pesquisa e de seus moradores. Mas o aspecto histórico ao qual me refiro aqui diz respeito não apenas à ‘história oficial’ - aquela que durante séculos registrou tão somente grandes batalhas e guerras ou importantes acordos internacionais e feitos políticos; mas,

sobretudo, nos referimos à história social ²⁰, que se preocupa também com o cotidiano das pessoas comuns e, de acordo com Barreto (2004, p. 11), inclui “[...] as relações econômicas e sociais, a vida doméstica, as condições de trabalho e lazer, a atitude para com a natureza, a cultura, a religião, a música, a arquitetura, a educação”.

Para tanto, na fase de coleta das entrevistas foi utilizado o método de História Oral²¹ do gênero Tradição Oral. Além dos historiadores, a história oral é geralmente utilizada por antropólogos, cientistas políticos, sociólogos, teóricos da literatura, pedagogos, psicólogos e outros. O que se pretende em estudos que fazem uso de história oral, e nesse em particular, é possibilitar ao entrevistado registrar a sua história de vida, como os fatos foram sentidos, compreendidos e até mesmo reinterpretados por aquele que os viveu. Pretende-se, dessa maneira, não só reviver a experiência cotidiana, mas também analisar como ela é percebida em relação aos acontecimentos econômicos, sociais, políticos, culturais, religiosos, entre outros, em que estiveram e estão inseridos. (CPDOC-FGV, 2007).

Pela riqueza de detalhes presentes nos relatos orais, este método (história oral do gênero tradição oral) revela-se eficaz no sentido de restabelecer identidades (intimamente ligadas à memória), sobretudo com relação à história local da comunidade. A busca da memória e das lembranças faz parte do sentido dado à história presente, onde por meio da narrativa oral se pode resgatar o papel do indivíduo enquanto agente social atuante, de fato participe da construção da história e não seu mero espectador.

A história oral possibilita a construção e a reconstituição da história por meio dos relatos individuais ou coletivos; para Azevedo (2002, p. 142) ela “pode constituir instrumento auxiliar valioso na reconstrução de patrimônio(s) humano(s), especialmente no caso de projetos turísticos ligados a comunidades tradicionais, as quais têm na oralidade, basicamente, sua forma de expressão.”

A pesquisa foi ‘construída’ em três momentos distintos. Um primeiro momento em “gabinete” (expressão bastante utilizada por Clifford Geertz quando o autor se refere ao momento de ‘estar aqui’ – “*being here*”), que consistiu na pesquisa documental e bibliográfica em fontes secundárias. Nesta etapa foram consultados na internet endereços eletrônicos de instituições de pesquisa, órgãos do governo federal, estadual e municipal, assim como sites de busca de imagens e de produção intelectual do meio acadêmico. Além da rede

²⁰ “O conceito de *história social* foi introduzido em 1725 por G. Vico, e propunha transferir o centro de interesse nos estudos históricos de fatos e proezas pessoais, guerras, tratados e alianças para costumes, instituições, formas de organização social, línguas, artes, religiões, ciências e climas de opinião”. (FGV-MEC, 1986. p. 556. In: BARRETO, 2004. p. 11).

²¹ A grafia de História Oral com as iniciais maiúsculas é mera opção didática de nossa parte, os autores consultados escrevem com iniciais minúsculas.

mundial de computadores foi consultado o referencial bibliográfico pertinente ao tema que compõe o arcabouço teórico e sustenta as reflexões desse estudo.

O segundo momento foi desenvolvido em campo – o ‘estando lá’ (“*being there*”, para seguir com as palavras de Geertz). Essa fase contemplou as visitas sistemáticas às comunidades; consistindo na observação participante, na redação de um diário de campo, nos registros fotográficos, na seleção dos possíveis entrevistados e na aplicação das entrevistas semi-estruturadas. As impressões, percepções e *insights* durante os períodos em campo foram registrados em diário de campo, ferramenta que desempenhou um papel fundamental na fase seguinte: analisar os dados obtidos e transcrevê-los para o texto – construindo a textualização.

O terceiro e último momento ocorreu, a exemplo do primeiro, ‘em gabinete’. Essa foi a fase de análise dos dados e das informações obtidos, tanto em fontes secundárias quanto diretamente. Passamos, então, a transcrever as entrevistas gravadas em fitas K7 e a construir o texto interpretativo do legado sociocultural e espacial das comunidades de São Marcos, São Mateus e Canudos, com o apoio do referencial bibliográfico, especialmente do método de análise do Discurso do Sujeito Coletivo.

Talvez o que torne o texto etnográfico singular, quando o comparamos a outros das ciências sociais, seja a articulação que busca entre o trabalho de campo e a construção do texto na tentativa de trazer os fatos observados (vistos e ouvidos) para o campo do discurso. Essa textualização da cultura, ou melhor, de nossas observações sobre ela, é uma tarefa complexa e temerária cujo discurso é fundado em uma atitude bastante particular que poderíamos definir como antropológica ou sociológica. Para Geertz, poder-se-ia entender toda a etnografia não apenas como tecnicamente difícil, uma vez que estamos escrevendo sobre vidas alheias em ‘nossos’ textos, mas, sobretudo, por esse trabalho ser moral, ética e politicamente delicado. (OLIVEIRA, 1998; GEERTZ, 2005).

3.2 Coleta de Dados

Como foi registrado anteriormente, quando apresentamos as características dessa pesquisa, no percurso metodológico adotado foram utilizados diferentes métodos e técnicas sob uma abordagem com caráter etnográfico. Esperamos, dessa maneira, ‘traduzir’ e apresentar ao leitor, com a maior objetividade, verossimilhança e fidedignidade que conseguirmos, o legado sociocultural e espacial das comunidades SMT, SMC e CAN.

Os métodos e as técnicas utilizadas para a coleta dos dados são descritos a seguir e representados no diagrama da figura 1.

3.2.1 Pesquisa documental e bibliográfica

A pesquisa documental e bibliográfica ocorreu em fontes secundárias como documentos referentes à história de Biguaçu e das comunidades de São Mateus, São Marcos e Canudos, além da revisão bibliográfica em textos pertinentes ao tema da pesquisa, os quais representam o arcabouço teórico do qual valemo-nos neste estudo.

3.2.2 Seleção dos entrevistados

A partir das primeiras visitas técnicas com o grupo de pesquisa *Turismo: Espaço e Sociedade* (do programa de Mestrado em Turismo e Hotelaria da UNIVALI) às comunidades passamos a conhecer alguns moradores, e quanto mais as visitas se repetiam, mais os conhecíamos e, se nos permitem tamanha liberdade metafórica: como se observássemos do proscênio, mais compreendíamos o enredo e as nuances da cena social local que se nos apresentava, bem como suas personagens e papéis desempenhados.

Os primeiros momentos em campo foram dedicados, além de ao reconhecimento físico-espacial das comunidades e da realização de registros fotográficos, sobretudo, para aguçar nossa compreensão acerca do sistema social local vigente e de seus moradores - que lhe conferem vida e movimento.

Os entrevistados selecionados atendem às três condições pré-estabelecidas, quais sejam: participação na Associação de Desenvolvimento das Microbacias (ADM) de SMT; ser nativo ou morar na região a mais de dez anos²²; e, obviamente, aceitar participar da pesquisa.

Foram selecionadas para as primeiras entrevistas (primeira fase) trinta pessoas (24 mulheres e 6 homens) de trinta diferentes famílias, sendo quinze de SMT, doze de SMC e três de CAN. Nesta fase (segunda fase) foram entrevistadas quinze pessoas (sete mulheres e oito homens) integrantes de nove famílias diferentes, sendo treze moradores de SMT e dois moradores de CAN.

²² Salvo exceções relativas à participação ativa nas decisões das comunidades, mesmo que o entrevistado resida a menos de 10 anos em uma das três comunidades, ou ainda, que seja nativo mas nos últimos anos resida na sede do município.

Ao todo foram entrevistadas quarenta e cinco pessoas de trinta e nove diferentes famílias, sendo vinte e oito de SMT, doze de SMC e cinco de CAN. A diferença no número de representantes de cada comunidade deve-se à diferença do total de moradores em cada uma delas²³; tentamos, dessa maneira, manter a proporcionalidade na representatividade entre moradores e entrevistados em cada uma das comunidades.

O quadro 1 e o quadro 2 apresentam, respectivamente, o ‘perfil dos entrevistados’ e o ‘modelo familiar e características da divisão de trabalho dos entrevistados’.

3.2.3 Entrevistas semi-estruturadas

“A questão aberta é o procedimento de pesquisa que tem maiores chances de fazer com que o pensamento dos indivíduos se expresse como um discurso”. (Lefevre; Lefevre, 2003. p. 27).

O pensamento de um indivíduo ou de uma coletividade não é, e nem pode ser, representado por alternativas de resposta, mas sim, por suas falas (ou discursos); portanto, quando se pretende fazer uma pesquisa empírica sobre o pensamento coletivo a respeito de um dado tema, deve-se, entre outras coisas, elaborar um conjunto de perguntas abertas sobre o tema para que cada membro de uma coletividade possa sobre ele falar, ou seja, discursar.

As entrevistas semi-estruturadas consistem em coletas individuais de informações através de um elenco de perguntas abertas, que servem de roteiro (apêndice b), contendo questões relevantes com o intuito de ordenar a conversa entre entrevistador e entrevistado, com uma relação de expressões-chave que se remetem e se relacionam aos temas de interesse da pesquisa. Pretende-se, dessa maneira, instigar o informante com relação a um determinado tema, deixando-o discorrer livremente acerca do mesmo para permitir ao entrevistador compreender, por exemplo, como os indivíduos de determinada coletividade experimentam e interpretam acontecimentos, situações e modos de vida de sua comunidade.

²³ A Prefeitura Municipal de Biguaçu não dispõe de dados oficiais sobre o número de moradores nas comunidades SMT, SMC e CAN, contudo, considerar-se-á, nesta dissertação, os dados compilados pelos agentes do Programa da Saúde na Família e disponibilizados, no dia 2 de agosto de 2007, pela enfermeira chefe do Posto de Saúde local. Os agentes de saúde desse programa realizam visitas domiciliares regulares aos moradores e os dados são atualizados mensalmente. Porém, o levantamento não expressa o número de moradores, mas sim de famílias, assim distribuídas: 131 famílias em SMT, 103 em SMC e 61 em CAN.

As entrevistas foram realizadas em duas etapas, a primeira²⁴ ocorreu entre os meses de maio e agosto de 2007. A segunda etapa²⁵ da pesquisa ocorreu entre os meses de novembro de 2007 e janeiro de 2008.

Quase todas as entrevistas foram agendadas com antecedência e ocorreram em horário e local definidos pelos próprios entrevistados (em suas casas ou em seu local de trabalho). Como a maior parte deles é formada por pessoas aposentadas e mulheres que trabalham em casa, as entrevistas não foram marcadas pela manhã para não interferir (ou interferir o mínimo possível) na rotina dos entrevistados, pois é nesse período que as mulheres preparam o almoço da família e realizam tantas outras obrigações domésticas atribuídas a elas.

Todas as entrevistas, devidamente autorizadas, foram gravadas e, posteriormente, transcritas. As pessoas entrevistadas foram esclarecidas acerca dos objetivos da pesquisa e do motivo que nos levou a escolhê-las para compor o elenco de entrevistados; assim como comprometemo-nos a não divulgar seus nomes sem prévia autorização.

Em história oral as entrevistas são tomadas como fontes para a compreensão do passado, ao lado de documentos escritos, fotografias e outros tipos de registro.

3.2.4 História oral

A história oral tem um passado muito remoto, no entanto, foi na Universidade de Colúmbia, em Nova York, que, em 1947, nasceu a moderna história oral a partir da organização sistemática e diferenciada de um arquivo, realizada por Allan Nevins (que oficializou o termo), cujo trabalho transformou-se em indicativo de uma nova postura face às entrevistas.

A história oral ganhou novo impulso a partir da década de 1960, quando surgiram os gravadores cassetes, principalmente nos Estados Unidos, no Canadá, e na Inglaterra. Aliás, “[...] sem os recursos da aparelhagem eletrônica e mecânica de nossos dias, as entrevistas dificilmente teriam alcance em projetos da moderna história oral que, por sua vez, são pensados com a presença obrigatória desses artifícios”.(MEIHY, HOLANDA, 2007. p. 21).

²⁴ Esta etapa foi desenvolvida coletivamente por integrantes do grupo de pesquisa *Turismo: Espaço e Sociedade – TES*, contando com a participação da professora orientadora desta dissertação Yolanda Flores e Silva, deste pesquisador mestrando e da bolsista de iniciação científica (PIBIC/CNPq) Julle C. Abreu.

²⁵ Esta etapa contou com a participação do mestrando Sabino Scipiecz (Mestrado Profissionalizante em Saúde e Gestão do Trabalho - UNIVALI), cuja dissertação pretende “Configurar e Elaborar um Mapa dos Itinerários de Cura e Cuidado Utilizados pelos Moradores da Comunidade de Três Riachos em Biguaçu/SC, Considerando a Possibilidade de Recuperação da Memória Cultural e Educacional Local”.

O caminho da história oral no Brasil começou a ser trilhado nos anos de 1970, quando a Fundação Getúlio Vargas (FGV) criou um programa de história oral com o objetivo de obter depoimentos de líderes políticos que atuaram a partir da década de 1920. Apenas em 1994 foi criada a Associação Brasileira de História Oral, e em 1996 a Associação Internacional de História Oral²⁶.

O grande mérito da história oral é permitir que os fenômenos subjetivos se tornem inteligíveis, reconhecendo-se neles um aspecto tão concreto e capaz de agir sobre a realidade quanto qualquer outro fato. Segundo Alberti (2004), quando um entrevistado nos deixa entrever determinadas representações características de sua geração, de sua formação, de sua comunidade, etc, elas devem ser tomadas como fatos, e não como “construções” alienadas ou desprovidas de relação com a realidade. É claro que a análise desses fatos não é simples e exige que consideremos as intenções do(s) entrevistado(s) e as opiniões de outras fontes.

Em seu processo de escutar e registrar relatos e lembranças dos que vivenciaram e fizeram a história do lugar, a história oral oferece a oportunidade de uma reconstrução do passado mais próxima do real, pois ela permite à história incluir experiências vividas por indivíduos e grupos que foram (e continuam sendo) excluídos ou alijados do processo de ‘construção’ das narrativas históricas oficiais. Segundo Pereira e Freire (2002, p. 124-125):

A história oral presta-se, como nenhuma outra metodologia, a ser usada com propósitos sociais e individuais. Aos menos privilegiados, e muito especialmente aos idosos, pode trazer a dignidade e a auto-estima, e dar um novo sentido a suas vidas, qual seja, o de transmitir às novas gerações informações valiosas sobre o passado que de outra forma se perderiam.

O acontecimento construído pela narrativa, no nosso caso a história oral, constrói-se a partir de uma pluralidade de memórias e perspectivas do passado, dos saberes e fazeres cotidianos, do imaginário e do simbólico, da compreensão dos mitos, ritos, crenças e valores, além do entendimento analítico destes e da interrelação dos mesmos com a teoria existente. É nesse olhar plural, nas vozes dissonantes, que se justifica a realização de projetos que incluam entrevistas. (ALBERTI, 2004; MEIHY, HOLANDA, 2007).

No entanto, Segundo Meihy e Holanda (2007) não é apenas a entrevista que caracteriza a história oral, ainda que entrevistas façam parte da abordagem. Para os autores, a confusão

²⁶ História oral, memória e história. Disponível em: <http://www.dci.ufscar.br/historiaoral/historal.htm>. Acessado em: jun/2007.

entre o mero uso de entrevistas e a utilização consciente da história oral é um dos erros mais comuns em pesquisas. De acordo com estes autores:

Entrevistas são diálogos efetuados para instruir temas ou argumentos nebulosos ou informativos e seu alcance muitas vezes se esgota nisso. História oral é um processo de registro de experiências que se organizam em projetos que visam a formular um entendimento de determinada situação destacada na vivência social. (MEIHY, HOLANDA, p. 64-65)

A história oral pode ser classificada basicamente em três diferentes gêneros: história oral de vida; história oral temática e tradição oral. Vejamos o que, segundo os autores, as distingue:

Uma das práticas decisivas na diferenciação entre história oral de vida e história oral temática é a existência de um questionário. [...] Em história oral de vida [...] deve-se trabalhar com o que se convencionou chamar de “entrevistas livres”; em história oral temática, o que deve presidir são os questionários, [ela] se aproxima em certa medida dos procedimentos comuns às entrevistas tradicionais. A tradição oral [...] por se assentar em bases de observação e se trabalhar com elementos da memória coletiva depende de entendimentos entre os fundamentos míticos, rituais e vida material de grupos. (MEIHY, HOLANDA, 2007. p. 35).

A ‘história oral de vida’ diz respeito a biografias, relatos de vida, notas biográficas e, no caso do narrador contar a sua própria história, autobiografia. A ‘história oral temática’ é comumente utilizada por jornalistas e demais pessoas que se valem de entrevistas como forma dialógica de promover discussões acerca de um determinado assunto definido *a priori*: datas, fatos, nomes, situações etc. Neste gênero os aspectos subjetivos ficam limitados, ainda que não totalmente anulados.

Por fim, o gênero ‘tradição oral’ não se limita às entrevistas e exige que o pesquisador vivencie a realidade cotidiana do grupo estudado a fim de permitir a apreensão e uma minuciosa descrição do universo sociocultural no qual a comunidade organiza sua vida e sua visão de mundo. A tradição oral “[...] remete às questões do passado longínquo que se manifestam pelo que chamamos folclore e pela transmissão geracional, de pais para filhos ou de indivíduos para indivíduos”.(MEIHY, HOLANDA, 2007. p. 33-42, 45). Basicamente, esse gênero da história oral se preocupa e investiga os seguintes aspectos:

Noções de tempo, lógica da estrutura de parentesco, soluções de alimentação e ordenamento social, critérios de tratamento da saúde, visões da vida e da morte, bem como a organização do calendário e dos processos de celebração – rituais e demais

cerimônias – [...] o calendário, as festividades, os rituais de passagens, as cerimônias cíclicas. (MEIHY, HOLANDA, 2007. p. 40-41).

Convém ressaltar, ainda, que uma das principais vantagens relacionadas ao uso da história oral é o fato desta ser uma excelente técnica para realizar um primeiro levantamento de informações, sobretudo em localidades ainda pouco exploradas ou estudadas, onde os dados são escassos ou até mesmo inexistentes, como ocorre com as comunidades *lócus* da presente pesquisa. Representa também um meio eficaz de descobrir documentos iconográficos ou escritos que, provavelmente, de outra maneira não seriam encontrados. (PEREIRA, FREIRE, 2002).

3.2.5 Registro fotográfico

“Será que as imagens podem ter significado diretamente como signos visuais, ou o significado da imagem só se origina pela mediação da linguagem?” (Santaella e Nöth, 1999).

Há na semiótica aqueles que destacam a autonomia da imagem com relação à escrita, e outros que, embasados em trabalhos mais recentes e relacionados à teoria cognitiva, defendem a dependência lingüística que sofre a imagem, Kossoy é um deles. Para o autor (2001) “as informações do signo escrito devem ser continuamente utilizadas na compreensão [...] de imagens que registram aspectos selecionados do real”. Segundo o autor:

O exame das fontes fotográficas jamais atingirá sua finalidade se não for continuamente alimentado de informações [...] escritas de diferentes naturezas [...]. De outra forma, jamais traremos elementos sólidos de apoio e as pistas necessárias para a correta identificação dos assuntos representados. É um engano pensar-se que o estudo da imagem enquanto processo de conhecimento poderá abdicar do signo escrito. (KOSSOY, 2001. p. 78)

A característica de replicabilidade de aspectos da realidade encontrada na fotografia, por si só, não significa que as fotografias deixam de ser partes, componentes de uma realidade totalizada. A fotografia, portanto, não reúne em seu conteúdo o conhecimento definitivo do real, uma vez que o objeto ou tema registrado apresenta apenas um fragmento, um aspecto determinado da realidade. Por isso ela deve ser agregada às informações que provêm de outras fontes.

Ademais, o conteúdo obtido com as fotografias é o resultado final de uma seleção de possibilidades, entre tantas, de ver e optar por certo aspecto da realidade que o fotógrafo

realiza, subjetivamente determinado, isto é: “o testemunho que é o registro fotográfico do dado exterior é elaborado segundo a mediação criativa do fotógrafo e configuram a atuação do fotógrafo enquanto filtro cultural”. (SONTAG, 2004).

Assim como Kossoy e Sontag, Santaella e Nöth (1999) acreditam que como signo plástico a imagem “não representa coisa alguma”, pois ela não tem a obrigatoriedade de se referir diretamente ao real, uma vez que é apreendida pelo observador conforme o significado, sempre subjetivo, dado a qualidades como forma, cor e textura.

Não obstante a mediação subjetiva na escolha do objeto fotografado por parte do observador, as fotografias, quando atuam como signo icônico, representam uma importante fonte de informação e por isso contêm valor documental e iconográfico. Essas fontes fotográficas prestam-se, inclusive, para a recuperação de informações e oferecem a possibilidade de resgate da memória de pessoas, famílias, de comunidades e do seu entorno sociocultural. É a fotografia sendo usada “como fonte de pesquisa, prestando-se à descoberta, análise e interpretação da vida”.(KOSSOY, 2001).

Portanto, sem incorrer em tautologia, as fotografias serão utilizadas aqui com o objetivo de ilustrar, complementar e corroborar as informações obtidas com as entrevistas e com a observação em campo e posteriormente registradas nesta dissertação. Dessa maneira, pretendo ‘construir’ um relato fidedigno, verossímil e que apresente da melhor forma possível ao leitor a ‘realidade’ local com a qual estivemos em contato, direta ou indiretamente, durante o período desta pesquisa. As fotografias encontram-se no cd-rom que acompanha esta dissertação.

O leitor mais atento notará que apesar das fotografias estarem dispostas de maneira a retratar um tema específico ao qual se refere o texto, elas permitem, afora essa sua função primeira, analisar outros aspectos da vida, da gente, da cultura e do meio ambiente ‘natural’ das comunidades estudadas.

Desse modo, uma fotografia que, por exemplo, ilustra como são as suas ruas, também permite perceber as características das construções (residenciais e comerciais), da vegetação que circunda as comunidades, o grau de limpeza e de conservação das ruas, as nuances do relevo, a paisagem, as diferentes culturas encontradas nas plantações, entre outras possibilidades.

3.2.6 Observação participante

A observação participante ganha destaque em pesquisas qualitativas de caráter etnográfico, pois nelas o conhecimento é veiculado em termos totalizantes e não fragmentado em perguntas e respostas. Isso é importante, porque nem sempre é possível para as pessoas organizar seus conhecimentos e suas experiências de forma compartimentada tal como lhes é solicitado nas entrevistas, mesmo que estas sejam semi-estruturadas e guiadas por um roteiro de perguntas, como no caso desta dissertação.

O conhecimento é apresentado em forma de parábolas, em momentos aparentemente inapropriados e inesperados: durante uma refeição, no encontro casual na rua, em conversas informais no bar, no intervalo de um ritual, enquanto depena-se uma galinha que será servida na próxima refeição, enquanto se colhe as verduras na horta ao lado de casa para o almoço ou algumas folhas de ervas para preparar um chá ou unguento curador. Nesses momentos aprende-se observando atentamente, sem questionar ou demonstrar excessiva curiosidade, procurando manter a naturalidade destes momentos.

A observação participante consiste numa convivência íntima e prolongada do pesquisador com os seus “informantes nativos”, visando estabelecer um determinado tipo de relação na qual o observador se coloca como um instrumento de pesquisa. Essa condição propicia ao pesquisador uma perspectiva intersticial - condição básica esperada da etnografia. Os atos de olhar e de ouvir são funções desse gênero de observação, por meio da qual o pesquisador busca interpretar e compreender a sociedade e a cultura do outro “de dentro”. Ao tentar penetrar em formas de vida que são estranhas ao observador, a vivência que delas passa a ter cumpre uma função estratégica no ato da elaboração do texto, uma vez que essa vivência – só assegurada pela observação participante – passa a ser evocada durante toda a interpretação do material etnográfico no processo de textualização. (GEERTZ, 2005; OLIVEIRA, 1998).

A experiência do pesquisador no campo quando exerce a observação participante exige dele, primeiramente, a “domesticação teórica” de seu olhar, pois o objeto sobre o qual ele dirige o seu olhar já foi previamente alterado pelo próprio modo de visualizá-lo. O objeto é observado e apreendido de acordo com o arcabouço teórico e conceitual formador de sua maneira de ver a realidade e que foi assimilado durante sua vivência acadêmica e sua experiência de vida. Para se chegar, entretanto, à estrutura das relações sociais, o observador deve se valer de outro recurso, aparentemente simples e banal, de obtenção dos dados: o ouvir. Evidentemente, tanto o ouvir como o olhar não podem ser tomados independentemente no exercício da investigação. Ambos complementam-se. O ouvir, complementando o olhar, deve estar preparado para eliminar todos os “ruídos” que não lhe pareçam importantes. (Ibid.).

Tal interação na realização de uma etnografia caracteriza aquilo que os antropólogos chamam de ‘observação participante’.

3.2.7 Diário de campo

No diário de campo o pesquisador procura registrar para si e construir para si, aos poucos, suas observações, sua primeira leitura dos sistemas culturais que investiga (soluções de alimentação, processos de cura, rituais, economia, organização social, etc.), além de registrar *insights*, anotar dúvidas e registrar suas impressões. O diário de campo auxilia no processo de exploração do ambiente sociocultural e natural, considerando o espaço construído, as redes sociais, os papéis desempenhados pelas pessoas na comunidade, entre outras possibilidades.

É aconselhável o uso de diário de campo no acompanhamento das entrevistas e no registro da evolução do projeto, registrando as observações tanto do andamento do mesmo como das entrevistas específicas. É nesse diário que devem constar as impressões e deduções feitas a partir dos vínculos com entrevistas anteriores e hipóteses levantadas para enlaçar as futuras. Além disso, no diário de campo são registrados toda e qualquer reflexão teórica decorrente das reflexões sobre aspectos da pesquisa. O diário de campo deve ser íntimo, isto é, o acesso a ele deve ser exclusivo de quem o escreve.(MEIHY e HOLANDA, 2007).

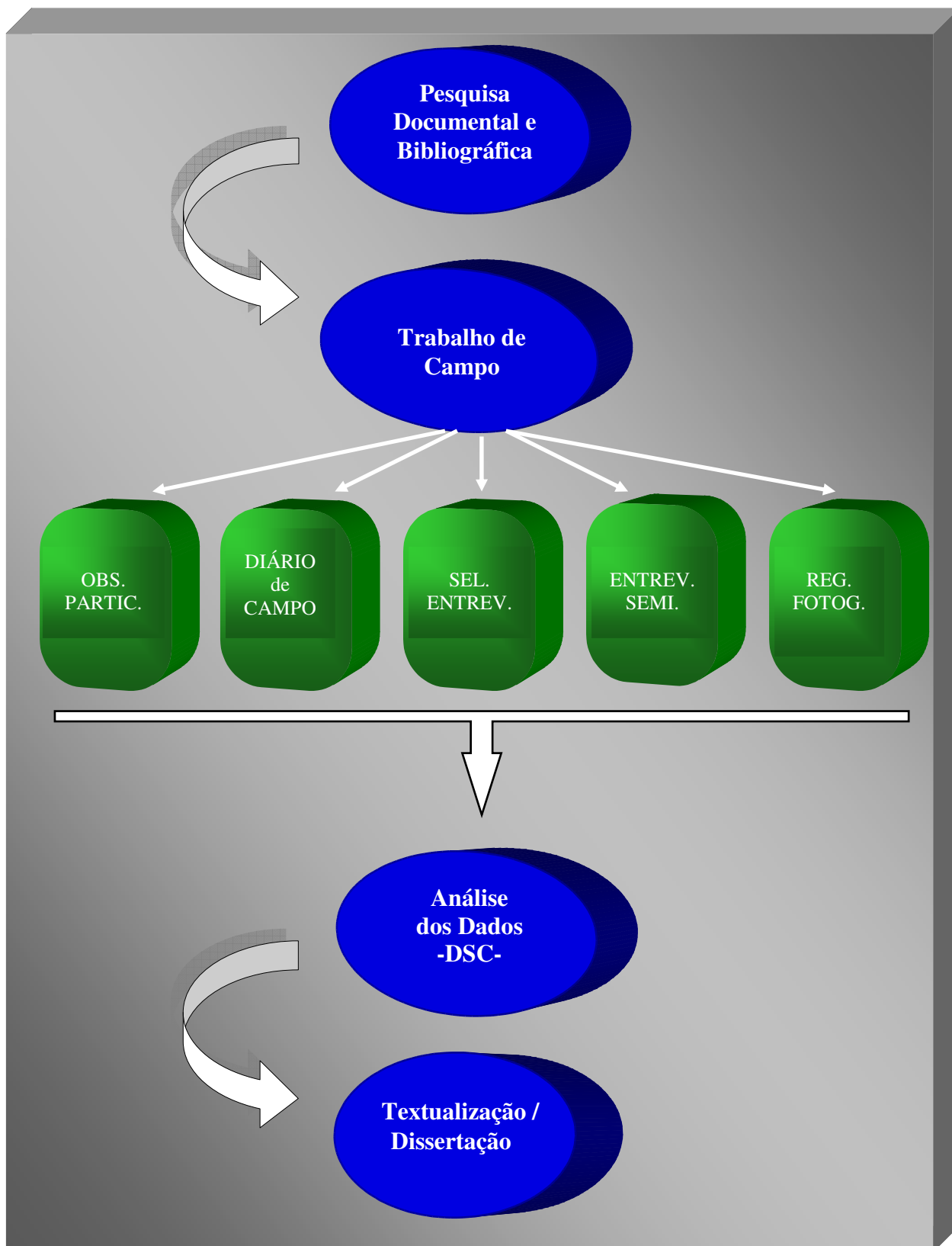


Figura 1: Representação esquemática da metodologia da pesquisa.
Fonte: O autor/dados da pesquisa (2008).

3.3 Procedimento de Análise dos Dados

A análise dos dados obtidos por meio das entrevistas semi-estruturadas seguiu a proposta: 1) transcrição, 2) escolha de invariantes e 3) essência dos discursos (figura 2). Para análise destes dados foi utilizado o modelo de análise do Discurso do Sujeito Coletivo - DSC, proposto por Fernando Lefevre e Ana Maria Cavalcanti Lefevre (2003).

O DSC é um procedimento metodológico que pretende recuperar e reconstruir, na escala coletiva, a natureza discursiva e argumentativa do pensamento. Ele consiste numa forma qualitativa de representar o pensamento de uma coletividade, o que faz agregando, *num só discurso-síntese*, conteúdos discursivos de sentidos semelhantes emitidos por pessoas distintas, como respostas a perguntas abertas das entrevistas. “É preciso fazer perguntas abertas para um conjunto de indivíduos de alguma forma representativos [da] coletividade e deixar que esses indivíduos se expressem mais ou menos livremente, ou seja, que produzam discursos”. Esse discurso reunido é uma forma discursiva e empírica de produzir, a partir dos depoimentos individuais semelhantes, o pensamento coletivo a respeito de um dado tema. (LEFEVRE, F., LEFEVRE, A. 2003).

O DSC preconiza o uso das seguintes figuras metodológicas:

- Expressões-chave (ECH): são pedaços, trechos, pequenas frases ou transcrições literais do discurso, que expressam o conteúdo das falas e revelam a essência do depoimento, ou mais precisamente, do conteúdo discursivo. É com a ‘matéria-prima’ das expressões-chave que se constroem os discursos do sujeito coletivo;
- Idéias centrais (IC): são os domínios organizadores das ‘falas’, revela e descreve da maneira mais sintética, precisa e fidedigna possível, o sentido de cada um dos discursos analisados e de cada conjunto homogêneo de ECH. A IC não é uma interpretação, mas uma descrição do sentido de um depoimento ou de um conjunto de depoimentos. A IC é a síntese das idéias que permeiam as falas;
- Ancoragem (AC): algumas ECH remetem não apenas a uma IC correspondente, mas, também, a uma afirmação denominada Ancoragem, que é a teoria ou o eixo norteador que serve de base para as falas dos entrevistados;

- Discurso do Sujeito Coletivo (DSC): consiste no agrupamento num só discurso-síntese composto pelas ECH que têm a mesma IC ou AC. Com o DSC busca-se reconstruir, com pedaços de discursos individuais, tantos discursos-síntese quantos se julgue necessários para expressar um dado pensar ou representação social sobre um fenômeno.

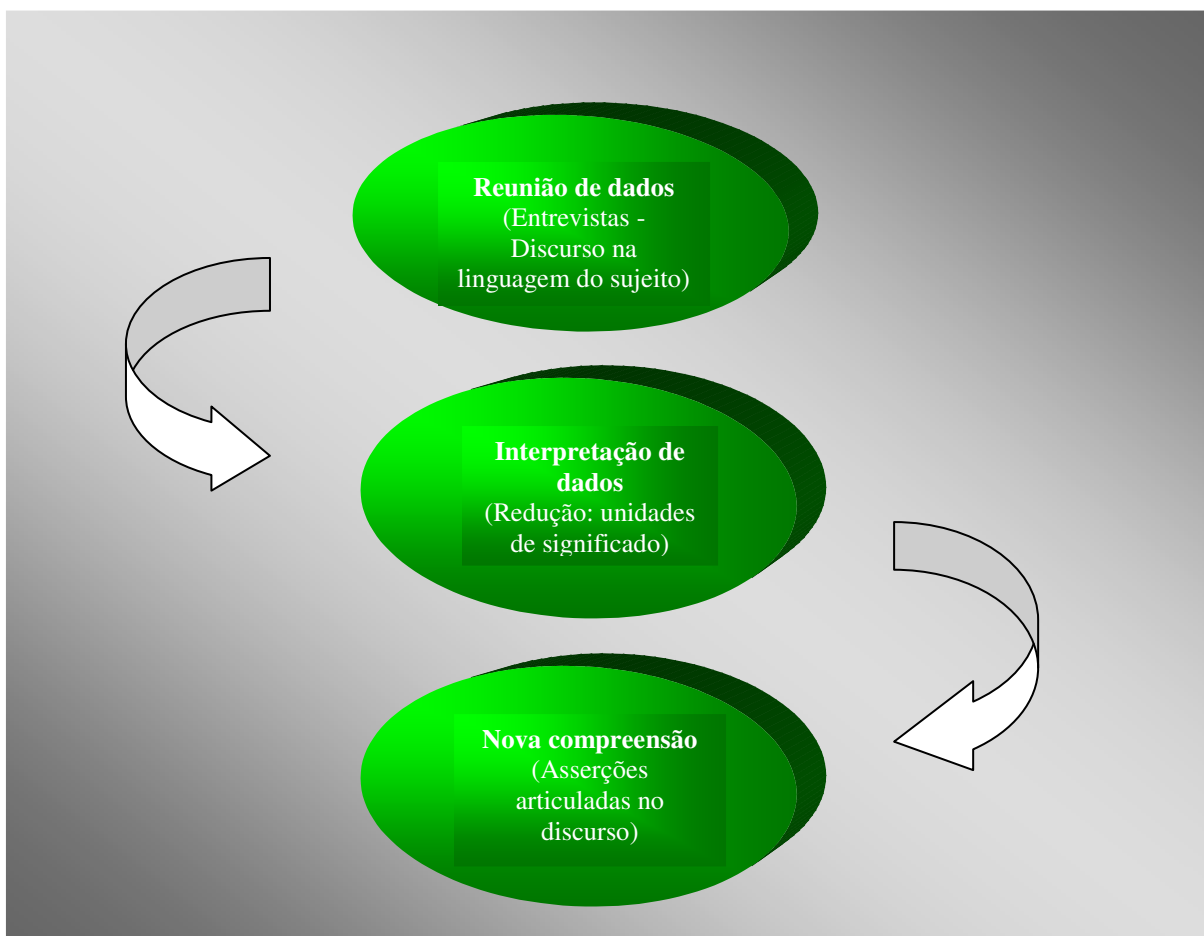


Figura 2 – Modelo de análise das entrevistas semi-estruturadas.
Fonte: Adaptado de PANOSSO NETO, A. (2005).

3.4 Aspectos Éticos da Pesquisa

Atendendo a resolução nº 196/96, adotamos algumas posturas éticas de proteção aos informantes selecionados que aceitaram participar de nosso estudo:

- Apresentação do projeto de pesquisa a todos os informantes;
- Leitura do ‘Termo de Consentimento Livre e Esclarecido’ e explicações sobre as técnicas e etapas de coleta dos dados;
- Encaminhamento do projeto à Comissão de Ética da UNIVALI;
- Uso criterioso e científico das informações coletadas com a preservação dos nomes dos informantes (quando assim o desejaram).

4 INVENTÁRIO SOCIOCULTURAL E ESPACIAL

O breve histórico relatado no item 4.1 (Breve Histórico de Biguaçu) foram coletados em fontes secundárias e se refere ao povoamento de Biguaçu. Optamos em fazer apenas descrições de fatos registrados por historiadores renomados de Santa Catarina. Os autores citados em nossas referências afirmam que o atual município de Biguaçu, localizado a 17 km de Florianópolis, foi um dos marcos originais da colonização açoriana em Santa Catarina, mais especificamente no distrito de São Miguel (outrora São Miguel da Terra Firma), localizado às margens da BR 101, que já havia sofrido um processo de povoamento²⁷ anterior à vinda dos açorianos.

O item 4.2 (Localização e Acessos ao Município) como está indicado no título, apresenta a localização de Biguaçu, seus acessos e distâncias rodoviárias em relação a algumas principais cidades. As informações do item 4.3 (Aspectos Legais e Político-Administrativos do Município), por sua vez, descrevem o que consideramos como sendo um mapeamento das condições econômicas, sociais, educacionais e espaciais do município de Biguaçu. São dados fornecidos pela prefeitura municipal de Biguaçu²⁸ e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com estes dados realizamos um mapeamento, que no turismo também é denominado ‘inventário’, de forma a caracterizar (com algumas oportunas atualizações) o município investigado. O formato de apresentação segue o roteiro adotado pela Organização Mundial do Turismo (OMT) e por Stigliano e César (2005), com algumas adaptações e comentários.

Uma pesquisa etnográfica pretende descrever e interpretar para, finalmente, tentar explicar o que as pessoas fazem, como se relacionam, e qual o sentido que empregam às suas ações. No item 4.4 (SMT, SMC, CAN e Algumas Observações Etnográficas) descrevemos as comunidades SMT, SMC e CAN e sua organização sociocultural.

²⁷ Por povoamento se entende a organização de programas independentes ou espontâneos pelo qual o pequeno agricultor adquire domínio da terra, aumenta a densidade populacional e torna grandes glebas improdutivas ou pouco usadas em sede de comunidades e povoados constituídos. Por colonização, se entende a organização de programas ou projetos de subdivisão de grandes propriedades por organizações públicas e/ou particulares, visando colocar famílias de agricultores nos lotes criados, para que os mesmos possam desenvolver atividades de ajuda, assistência e supervisão para implementação de comunidades de pequenos proprietários rurais. O povoamento pelo aumento da população pode ocorrer por nascimentos e migração e se caracteriza pela ocupação. A colonização, mais que o povoamento, promove a fixação ao solo com aproveitamento econômico da região e preparo técnico dos habitantes das zonas rurais. (PIAZZA, 1982).

²⁸ Site oficial da Prefeitura Municipal de Biguaçu. Disponível em: <http://www.bigua.sc.gov.br/index.php?item=historico>. Acesso em 14/05/2007.

Estas informações foram coligidas, sobretudo, a partir de nossas observações *in loco*; das impressões registradas em diário de campo; da análise dos registros fotográficos²⁹, além do auxílio do roteiro de observação (apêndice c), cujo conteúdo trata de deslindar acerca das pessoas observadas, da organização das construções, dos locais de lazer, dos aspectos paisagísticos (naturais e construídos), das características das ruas, entre outros.

Alguns aspectos analisados contarão, propositalmente, com mais informações (ou impressões) do que outros, cujos temas serão abordados mais detalhadamente no item ‘5.1 Os Atores Sociais e Seus Discursos’. Outros importantes aspectos estarão ausentes aqui apesar de sua relevância para a compreensão do contexto sociocultural das comunidades em questão, todavia, estes serão contemplados no já anteriormente citado item 5.1, assim, complementar-se-ão uns aos outros, é o que pretendemos.

Buscamos, sobretudo, reiterar a prerrogativa de Clifford Geertz (2005) quanto ao desafio dos etnógrafos (apesar de não sermos etnógrafos) ao construir ‘seus’ textos etnográficos: convencer o leitor não apenas de que esteve nas comunidades *lócus* deste estudo e entre seus moradores, mas, tão importante quanto, convencê-lo de que se houvesse ele estado lá teria visto, sentido e, quiçá, concluído o que nós próprios concluímos.

4.1 Histórico do Município de Biguaçu

As rivalidades entre Portugal e Espanha pela disputa das terras do sul do Brasil obrigaram os portugueses a aumentar a população do litoral de Santa Catarina para estrategicamente ‘demarcar’ e tentar assegurar definitivamente o território. Nessa época vários núcleos se estabeleceram na região a partir de famílias oriundas das ilhas Açores e Madeira, do arquipélago de Açores.

No ano de 1748 chegaram à Ilha de Santa Catarina 461 açorianos, sendo que uma parte foi encaminhada, por volta de 1750, a localidade de São Miguel da Terra Firme, o que acabou, mais adiante, dando início ao município de Biguaçu. Isso torna a etnia açoriana a mais antiga do município (após a indígena), embora as minorias étnicas negra, alemã³⁰, libanesa e holandesa tenham marcado presença em eventos, edificações e em fatos

²⁹ Estes registros somam aproximadamente setecentas fotografias, todas tiradas durante os períodos da pesquisa de campo, principalmente durante o ano 2007.

³⁰ Os primeiros alemães a se instalarem na região, no ano de 1829, eram oriundos do núcleo de colonização alemã de São Pedro de Alcântara, o primeiro de Santa Catarina, e fundado pelo Governo Provincial Imperial (JOCHM, 1999).

econômicos e sociais. Em 1752 foi elevada à condição de freguesia, nessa época São Miguel da Terra Firme servia de importante entreposto de abastecimento de água doce para os navios. (Piazza, 1982, 1994).

Quando houve a invasão espanhola em Santa Catarina, durante os anos de 1777 e 1778, foi sede provisória do Governo da Capitania de Santa Catarina. De 1834 a 1902 desfrutou do prestígio de ser uma vila (equivalente a um município atualmente). Contudo, nesse ínterim, ocorreram algumas mudanças nessa condição.

No ano de 1866, a sede do município foi transferida da vila de São Miguel da Terra Firme para a localidade de Biguaçu, situada às margens do rio homônimo, passando o município a denominar-se Biguaçu. No final do século XIX, com o Decreto n.º 41 de 17 de janeiro de 1891, acabou perdendo a condição de sede, tornando-se freguesia de Biguaçu, à época considerada um grande entreposto comercial do então chamado Vale do Rio Biguaçu, em função do aparecimento na região dos núcleos colonizadores ítalo-germânicos. A sede, então, voltou a São Miguel da Terra Firme, onde permaneceu até 1894 por determinação de seu primeiro prefeito: João Nicolau Born. (FARIAS, 1998).

São Miguel da Terra Firme acabou decaindo economicamente devido aos freqüentes surtos de malária da região, mas o seu vigor econômico ficou muito bem caracterizado no cenário colonial que se edificou na vila, cujo ponto de maior destaque é o conjunto arquitetônico luso-açoriano.

Esse conjunto é formado pelas seguintes edificações: 1) Sobrado: essa construção, do século XIX, pertencia ao fazendeiro e senhor de escravos João Ramalho da Silva Pereira e hoje abriga o Museu Etnográfico Casa dos Açores. A propriedade inclui ainda, nos fundos do museu, uma área de 154.704 m² com plantas trazidas pelos primeiros moradores (frutíferas principalmente), poços para captação de água e local onde as escravas lavavam roupas; 2) Igreja: fundada em 23 de janeiro de 1751, seus sinos atuais foram doados pelo Imperador D. Pedro II por ocasião de sua visita a Santa Catarina em 1845; e 3) Aqueduto: até o século passado ainda era usado pelos barcos e navios que aportavam na região para o reabastecimento de água potável.

Existem algumas controvérsias quanto à origem do nome da cidade. Uma das versões afirma que é de origem indígena e que significa 'Biguá Grande'. Biguá é um pássaro aquático negro que ainda hoje é encontrado no rio Biguaçu. Já o Padre Raulino Reitz, em seu livro 'Alto Biguaçu' (1988), contesta essa versão e defende a tese de que o nome deve-se a uma árvore semelhante ao jambolão, espécie outrora muito comum na região.

Para acirrar a controvérsia, outros estudos apontam que a origem do nome Biguaçu vem da palavra ‘Guambýgoassu’, que significa ‘Grande Cerca de Paus’ ou ‘Cerca Grande’, palavra da língua dos índios cariós (ou carijós) que habitavam o litoral catarinense no século XVI³¹. A descoberta desta outra possível origem do significado de ‘Biguaçu’ deve-se a uma pesquisa empreendida por um jornalista da cidade, chamado Ozias Alves Júnior. Ele contou com a ajuda do professor Aryon Dall’Igna Rodrigues, um dos maiores especialistas em Tupi-Guarani do Brasil³².

4.2 Localização e Acessos ao Município

Biguaçu está localizada na região metropolitana da Grande Florianópolis. A distância do município até a capital do estado, Florianópolis, é de apenas 17 km; Curitiba e Porto Alegre distam 280 km e 478 km respectivamente, e São Paulo fica a 680 km de distância. O município tem os seguintes limites geo-espaciais: ao norte: com os municípios de Canelinha e Tijucas; ao sul: com o município de São José; a leste: com o município de Governador Celso Ramos e o Oceano Atlântico; a oeste: com os municípios de Antônio Carlos e São João Batista.

O principal acesso ao município é pela BR 101, que ‘corta’ o município. Do lado direito (de quem vem de Florianópolis, sentido sul-norte) estão os acessos às vias que fazem parte do setor urbano-centro, e do lado esquerdo (de quem vem de Curitiba, sentido norte-sul), próximo à entrada do município de Governador Celso Ramos, ficam os acessos à área rural e aos bairros de Biguaçu. A pouca distância da sede do município, após São Miguel, encontramos placas de sinalização indicando o caminho à Sorocaba e Três Riachos, a partir desse ponto são 20 quilômetros de estrada até as comunidades SMT, SMC e CAN.

³¹ Estes índios foram exterminados pelos bandeirantes paulistas, que os escravizaram para trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar de São Vicente/SP e Pernambuco.

³² Informações cedidas pela Arquidiocese de Florianópolis.



Imagem 1 - Localização do estado de Santa Catarina.
Fonte: Google Imagens (2008).

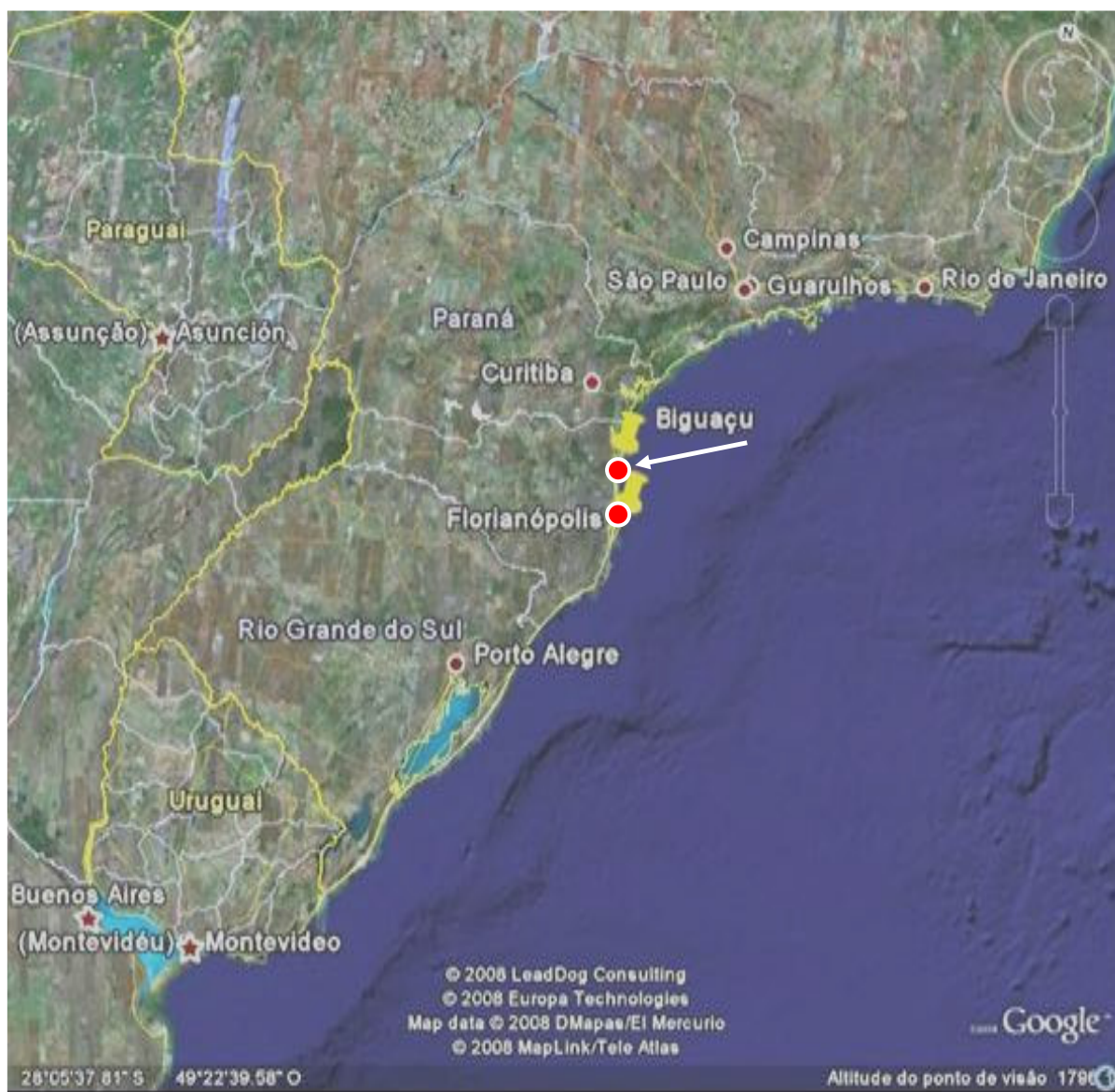


Imagem 2 - Mapa virtual: localização do município de Biguaçu.
Fonte: Google Earth (2008).

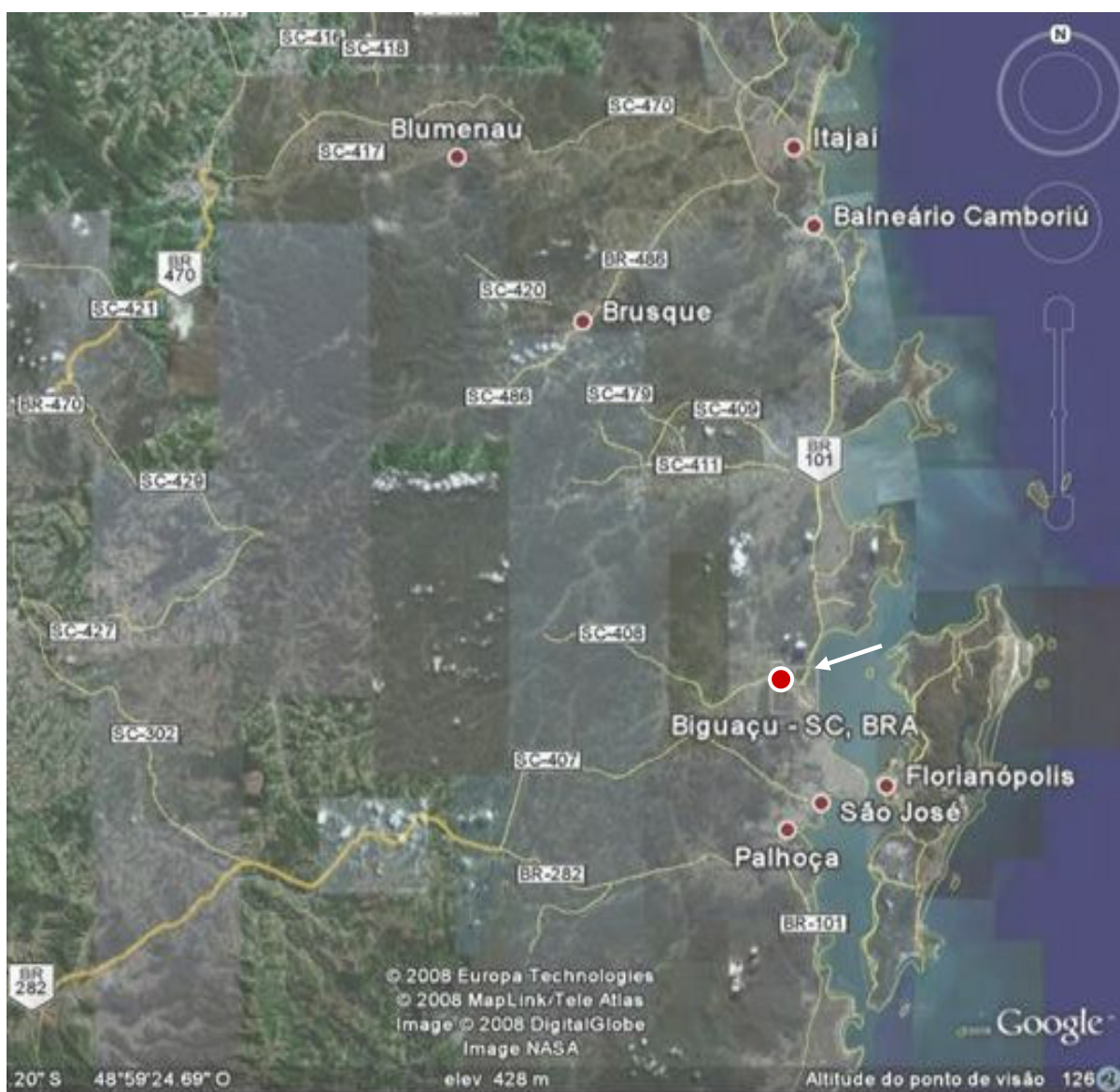


Imagem 3 - Mapa virtual: localização e acesso ao município de Biguaçu a partir da BR 101.

Fonte: Google Earth (2008).



Imagem 4 - Mapa virtual: localização das comunidades SMT, SMC e CAN.
 Fonte: Google Earth (2008).



Imagem 5 - Mapa virtual: comunidades SMC, SMT e CAN.
 Fonte: Google Earth (2008).

4.3 Aspectos Legais e Político-Administrativos do Município

O município de Biguaçu é uma unidade da República Federativa do Brasil e do Estado de Santa Catarina, com personalidade de direito público interno que, no âmbito de seu território e autonomia que lhe é assegurada pela Constituição Federal, objetiva o seu desenvolvimento com a construção de uma comunidade livre, justa e solidária, fundamentada nos princípios que informam o estado democrático, na dignidade da pessoa humana, nos valores sociais do trabalho, na livre iniciativa e no pluralismo político, exercendo o seu poder por decisão dos munícipes, pelos seus representantes eleitos diretamente.

A ação municipal é desenvolvida em todo o seu território, sem privilégios de distritos, bairros ou comunidades rurais e orientada no sentido de reduzir as desigualdades sociais e promover o bem estar de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. São símbolos do município a bandeira, o hino, o brasão e outros estabelecidos em lei. O município, visando integrar a organização, o planejamento, a execução das funções públicas e a defesa de interesses comuns, pode associar-se ao Estado e aos demais municípios, neste caso, sob a forma de associações microrregionais.

Biguaçu organiza-se política e administrativamente nos termos da Lei Orgânica e das leis que adotou. Seu território compreende o espaço geográfico físico que atualmente se encontra sob sua jurisdição. Qualquer alteração territorial só pode ser feita na forma da Lei Complementar Estadual e dependerá sempre de consulta prévia às populações diretamente interessadas, mediante plebiscito. O município compõe-se dos distritos Sede, Guaporanga e Sorocaba do Sul.

A criação, a organização e a supressão de distritos dependem de aprovação da lei, observando-se o que dispuser a legislação estadual. A sede do município lhe dá o nome e tem a categoria de cidade, designando-se o distrito pelo nome da respectiva sede. É vedado ao município: estabelecer cultos religiosos ou igrejas e subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança ressalvada na forma da lei, a colaboração de interesse público; recusar fé aos documentos públicos; criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

São poderes do município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo. Salvo as expresas exceções previstas na lei orgânica municipal, é vedado a qualquer dos poderes delegarem competência. O poder legislativo é exercido pela câmara municipal de vereadores, os representantes do povo eleitos pelo voto secreto, em sistema

proporcional, dentre brasileiros maiores de dezoito anos, atendidas as demais condições da legislação eleitoral.

Cada legislatura terá a duração de quatro anos. A eleição para vereador se fará, simultaneamente, com a do prefeito e vice-prefeito, até noventa dias antes do término do mandato dos que devem suceder. O número de vereadores proporcional à população do município será fixado pela câmara municipal, em cada legislatura para a subsequente, até cento e oitenta dias antes das eleições, obedecido ao limite estabelecido na Constituição Federal e no artigo 111, inciso IV da Constituição do Estado.

Ao poder legislativo é assegurada autonomia administrativa e financeira na forma da Lei Orgânica Municipal. Salvo disposição em contrário desta lei, as deliberações da câmara municipal serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta dos seus vereadores. A câmara municipal será representada judicial e extrajudicialmente pelo seu presidente. Cabe a câmara, com a sanção do prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do município e especialmente:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local, inclusive suplementando a legislação federal e estadual;
- II - legislar sobre tributos municipais, bem como autorizar isenções e anistias fiscais e a remissão de dívidas;
- III - votar o orçamento anual e o plurianual de investimentos, a lei de diretrizes orçamentárias, bem como autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais;
- IV - deliberar sobre obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito, bem como a forma e os meios de pagamento;
- V - autorizar a concessão de auxílios e subvenções;
- VI - autorizar a concessão de serviços públicos;
- VII - autorizar a concessão do direito real de uso de bens municipais;
- VIII - autorizar a concessão administrativa de uso de bens municipais;
- IX - autorizar a alienação de bens imóveis;
- X - autorizar a aquisição de bens imóveis, salvo quando se tratar de doação sem encargo;
- XI - dispor sobre a criação, organização e supressão de distritos, mediante prévia consulta plebiscitária;
- XII - criar, alterar e extinguir cargos públicos e fixar os respectivos vencimentos, inclusive os dos serviços da câmara;
- XIII - aprovar o Plano Diretor;

- XIV - autorizar a constituição de consórcios com outros municípios;
- XV - delimitar o perímetro urbano;
- XVI - autorizar a alteração da denominação de vias e logradouros públicos;
- XVII - exercer, com auxílio do Tribunal de Contas do Estado a fiscalização financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do município;
- XVIII - uso da propriedade e zoneamento urbano;
- XIX - símbolos do município.

O Poder Executivo é exercido pelo prefeito auxiliado pelos secretários municipais. O prefeito é eleito simultaneamente com o vice-prefeito e os vereadores, por eleição direta, em sufrágio universal e secreto, até noventa dias antes do término do mandato de seu antecessor, dentre brasileiros maiores de vinte e um anos e no exercício de seus direitos políticos. O prefeito tomará posse em sessão solene da câmara municipal, no dia primeiro de janeiro do ano subsequente à eleição, prestando o compromisso de manter, defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição Federal e a Estadual, a Lei Orgânica do Município e observar as leis, promover o bem-estar geral e desempenhar o seu cargo de forma honrada e patriótica.

Se, decorridos quinze dias da data fixada para posse, o prefeito ou o vice-prefeito, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago. Enquanto não ocorrer à posse do prefeito, assumirá o vice-prefeito, e, na falta ou impedimento deste, o presidente da câmara municipal de vereadores. No ato da posse e ao término do mandato, o prefeito e o vice-prefeito farão declaração pública de seus bens, as quais serão transcritas em livro próprio. Ambos, quando a lei o exigir, deverão desincompatibilizar-se, no ato da posse. O prefeito não poderá, desde a posse e enquanto durar o mandato, sob pena de perda deste:

- I - firmar ou manter contrato com o município, com autarquia, empresa pública municipal, sociedade de economia mista de que participe o município ou com empresa concessionária de serviço público municipal, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;
- II - aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que seja demissível *ad nutum* nas entidades constantes do inciso anterior, ressalvada a posse em virtude de concurso público;
- III - ser titular de mais de um cargo ou mandato eletivo;
- IV - patrocinar causas em que seja interessada qualquer das entidades já referidas;

V - ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor, concessão ou privilégio, decorrente de contrato com qualquer das entidades a que se refere o inciso I, nem exercer na empresa qualquer função ou atividade remunerada;

VI - constituir-se fornecedor ou credor de qualquer das entidades referidas no inciso I ou em seu devedor a qualquer título. Estende-se a proibição de ser fornecedor ou credor, a seu cônjuge e aos demais parentes consangüíneos ou afins, até o terceiro grau inclusive;

VII - fixar residência fora do município;

VIII - ausentar-se do município ou afastar-se do cargo, por mais de dez dias, sem licença da câmara.

É de quatro anos o mandato do prefeito e do vice-prefeito, a iniciar-se no dia primeiro de janeiro do ano seguinte ao da eleição. São inelegíveis para os mesmos cargos no período subsequente: o prefeito, o vice-prefeito e quem os houver sucedido, ou substituído nos seis meses anteriores à eleição. Para concorrerem a outros cargos eletivos, o prefeito e o vice-prefeito, devem renunciar aos mandatos até seis meses antes do pleito.

A remuneração do prefeito será fixada pela câmara municipal, para cada legislatura e até o seu término, não podendo ser inferior ao maior padrão de vencimento estabelecido para o funcionário do município no momento da fixação, e respeitados os limites estabelecidos na Constituição do Estado, e estando sujeita aos impostos gerais, inclusive o de renda e outros extraordinários, sem distinção de qualquer espécie.

A verba de representação do prefeito será fixada anualmente pela câmara e não poderá ser superior a cinquenta por cento do subsídio. A verba de representação do vice-prefeito não poderá exceder à do prefeito. A extinção ou cassação do mandato do prefeito e do vice-prefeito, bem como a apuração dos crimes de responsabilidade do prefeito ou seu substituto, ocorrerão na forma e nos casos previstos na Lei Orgânica Municipal e na Legislação Federal.

Os secretários municipais devem ser brasileiros maiores de dezoito anos, residentes no município, e no exercício dos direitos políticos. A lei disporá sobre a criação, estruturação e atribuições das secretarias. A competência dos secretários municipais abrangerá todo o território do município, nos assuntos pertinentes às respectivas secretarias. Os secretários serão nomeados em comissão, farão declaração pública de bens no ato da posse e no término do exercício do cargo e terão os mesmos impedimentos dos vereadores e do prefeito, enquanto nele permanecerem.

O Conselho do Município é o órgão superior de consulta do prefeito e dele participam: o prefeito e o vice-prefeito; o ex-prefeito; o presidente da câmara municipal; os líderes das

bancadas dos partidos políticos representados na câmara municipal; quatro cidadãos maiores de trinta e cinco anos de idade, sendo dois nomeados pelo prefeito e dois eleitos pela câmara municipal, todos com mandato de dois anos. Compete ao Conselho do Município pronunciarse, quando convocado pelo prefeito, sobre questões de relevante interesse para o município. A lei regulará a organização e funcionamento do Conselho do Município, vedada qualquer remuneração a seus membros.

O desenvolvimento econômico do município de Biguaçu/SC tem obedecido aos princípios da Constituição Federal fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, segundo documentos locais, procura assegurar a todos uma existência digna, conforme os ditames da justiça social. Para incrementar o desenvolvimento econômico, o Município toma, entre outras, as seguintes providências:

- I - apoio e estímulo ao cooperativismo e outras formas associativas (como a Associação de Desenvolvimento das Microbacias - ADM, que busca melhorar as condições de vida do agricultor);
- II - estímulo à produtividade agrícola e pecuária, mediante a disseminação de técnicas adequadas;
- III - apoio e estímulo ao desenvolvimento industrial, com preferência para as indústrias não poluentes;
- IV - tratamento diferenciado às microempresas, às empresas de pequeno porte e aos produtores rurais que trabalham em regime de economia familiar assim definidas em lei visando a apoiá-los mediante: a) simplificação de suas obrigações administrativas e tributárias; b) criação de programas específicos; c) redução escalonada ou eliminação de tributos, através de lei específica.

A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder municipal, tem por objetivo ordenar o desenvolvimento das funções da cidade e seus bairros, dos aglomerados urbanos e povoados e garantir o bem-estar de seus habitantes. O Plano Diretor aprovado pela câmara municipal, de implantação e observância obrigatória, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e da expansão urbana. A propriedade cumpre sua função social quando atende as exigências fundamentais de ordenação urbana expressas no Plano Diretor. Os imóveis urbanos desapropriados pelo município serão pagos com prévia e justa indenização em dinheiro, salvo casos do inciso III, do parágrafo seguinte. O proprietário do solo urbano incluído no Plano Diretor, com área não edificada ou não utilizada nos termos da lei federal, deverá promover seu adequado aproveitamento sob pena, sucessivamente de:

- I - parcelamento ou edificação compulsórios;
- II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;
- III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública municipal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais iguais e sucessivas, assegurado o valor real da indenização e os juros legais.

O município tem um plano de desenvolvimento rural, o qual será planejado, controlado e avaliado, com a efetiva participação das classes produtoras, trabalhadores rurais e profissionais técnicos do setor, devendo estar em consonância com a capacidade de uso sustentado dos recursos naturais, obedecendo a técnicas adequadas de planejamento regional e estadual, a fim de harmonizar as ações do serviço público. O município co-participará com o Governo da União e do Estado, na manutenção do serviço de assistência, conforme prevêm as Constituições Federal e Estadual, assegurando prioritariamente ao pequeno e médio produtor rural, a orientação sobre a produção, a organização rural, a comercialização, a racionalização do uso e preservação dos recursos naturais, a administração das unidades de produção e a melhoria das condições de vida e bem estar da população rural. O município assistirá os trabalhadores rurais e suas organizações legais, proporcionando-lhes, entre outros benefícios, meios de produção e de trabalho, crédito fácil e preço justo, saúde, educação e bem estar social.

O município deverá estar atento à manutenção de uma estrutura fundiária em seu território, colaborando com os programas de revisão do uso e posse da terra. Para tanto, adotará medidas que desestimulem a concentração de posse da terra, buscando evitar o êxodo de trabalhadores rurais. A prefeitura manterá um cadastro de terras e sua utilização, bem como do contingente de trabalhadores rurais sem terra. Deverá haver uma política municipal definida do meio ambiente em consonância com o planejamento do desenvolvimento rural, com as atividades industriais e a infra-estrutura urbana com apoio e participação com as instituições municipais, de programas de recuperação e conservação dos recursos naturais renováveis.

A ordem social do município fundamenta-se no primado do trabalho e tem como objetivo o bem-estar e a justiça sociais. Nesta perspectiva, nos setores abaixo, o município busca acompanhar e atender as necessidades da população considerando a lei magna do país e as leis municipais. Assim:

SAÚDE – é tida como um direito de todos e dever do município, no âmbito de sua competência, de executar políticas sociais que visem à redução do risco de doenças e o acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação. Cabe ao órgão municipal de saúde, além de outras atribuições: controlar o processo de formulação, gestão e avaliações das políticas municipais de saúde; revisão periódica do plano municipal de saúde, em consonância com o plano estadual de saúde e de acordo com as diretrizes do conselho municipal de saúde, aprovados por lei; estabelecer compromissos orçamentários a nível municipal para o adequado financiamento das ações de saúde, independente das transferências de recursos financeiros da União e do Estado; controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde; executar ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador; participar da formulação da política e da execução das ações municipais de saneamento básico; colaborar na proteção do meio ambiente, e garantir condições adequadas de trabalho; participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos; fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano; implementar mecanismos de informação à população sobre saúde, juntamente com o conselho municipal de saúde; acompanhar, avaliar e divulgar os indicadores municipais de morbi-mortalidade. As ações e serviços municipais de saúde: terão direção única; visarão ao atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas; serão planejados, executados e controlados por equipes multidisciplinares; serão realizadas diretamente pelo poder público e, em caráter complementar, atendidas as diretrizes do sistema municipal de saúde, mediante contrato de direito público ou convênio com instituições privadas, tendo preferência às entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos; serão custeadas com recursos dos orçamentos municipal, estadual e federal de seguridade social ou proveniente de outras fontes; serão organizados de forma descentralizada, por distritos, regiões administrativas ou bairros que comporão os sistemas locais de saúde; serão gratuitos, ainda que realizados por intermédio de terceiros no âmbito do sistema municipal de saúde.

ASSISTÊNCIA SOCIAL – é prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição. São objetivos das ações de serviços municipais de assistência social: a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e aos adolescentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; a

prestação de atenção especial à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria subsistência ou de tê-la provida por sua família; as ações e os serviços municipais de assistência social serão realizados diretamente pelo poder público e com a colaboração de entidades beneficentes e comunitárias.

EDUCAÇÃO – é organizada e inspirada nos ideais de igualdade, liberdade, solidariedade humana, bem-estar social e de democracia, visando pleno exercício da cidadania. O sistema de ensino do município será mantido com a colaboração técnica e financeira da União e do Estado e atuará prioritariamente, no ensino fundamental e pré-escolar. O ensino municipal será mantido com base nos seguintes princípios: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; gratuidade do ensino nos estabelecimentos públicos do município; garantia do padrão de qualidade; promoção da integração escola-comunidade; organização de currículos e calendários adaptados à realidade de cada escola; valorização dos profissionais de ensino, com a adoção de planos de carreira para o magistério público, piso salarial profissional e ingresso, exclusivamente, por concurso público de provas ou provas e títulos. No município a educação é efetivada mediante a garantia de: oferta de creches e pré-escolas para crianças de zero a seis anos; ensino fundamental gratuito para todos, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência física, mental ou sensorial; espaço físico adequado para o funcionamento das escolas; atendimento ao educando através de programas suplementares de alimentação, assistência à saúde, material didático e transporte; membros do magistério em número suficiente para atender a demanda escolar.

CULTURA - apoiada e incentivada segundo a valorização e a difusão das manifestações culturais, prioritariamente, às diretamente ligadas à história do município, às origens do seu povo, à comunidade e aos seus bens. Fica sob a proteção do município o conjunto de bens de valor histórico, paisagístico, artístico ou ecológico tombados pelo poder público municipal. Os bens tombados pela União e pelo Estado merecerão igual tratamento mediante convênio. Será organizado o arquivo oficial do município cuja consulta será livre. O município promoverá o levantamento e a divulgação das manifestações culturais da memória da cidade, através de concursos, exposições, publicações e outros meios ao seu alcance.

DESPORTO – será fomentado considerando as práticas desportivas formais e não formais, observando a prioridade aos alunos de sua rede de ensino e a promoção desportiva dos clubes locais; a destinação de recursos públicos para a promoção do desporto, com prioridade para o educacional; a autonomia das entidades desportivas e associações, quanto a sua organização e funcionamento; a educação física como disciplina obrigatória. Observadas essas diretrizes, o município promove: o incentivo a competições desportivas municipais e regionais; a prática de atividades desportivas pelas comunidades, facilitando o acesso às áreas públicas destinadas à prática do esporte.

O município considera que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado³³, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. A formulação e implementação de políticas públicas, os projetos de desenvolvimento da iniciativa privada e os comportamentos dos cidadãos devem ser orientados pelos princípios da preservação do meio ambiente, da justiça social e do desenvolvimento econômico. Os conflitos entre estes princípios serão equacionados priorizando a preservação ambiental e a justiça social sobre o desenvolvimento econômico.

Para assegurar a efetividade desse direito e desses princípios, cabe ao município e à coletividade: promover a educação ambiental para toda a população, destacando-se os valores éticos, estéticos e econômicos e da natureza; proteger a fauna e a flora, vedadas às práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem extinção de espécies ou submetam animais a tratamento cruel; promover o manejo sustentado do solo incluindo: a preservação das florestas nativas; a proteção e manutenção da diversidade da fauna; o controle biológico de pragas; o combate ao borrachudo; a utilização racional e moderada dos sistemas mecânicos; o controle da utilização dos agrotóxicos; a adoção de práticas para coibir as queimadas.

Todas estas medidas visam preservar e recuperar os recursos hídricos, fonte primeira da reprodução e manutenção da vida, vedadas, na forma da lei, as práticas degradadoras de

³³ Vale ressaltar que embora nos documentos e nos discursos oficiais dos governantes locais exista um investimento verbal em defender o meio ambiente percebemos nas visitas à região que o descaso a esta questão é notório, embora não se diferencie de outras regiões de Santa Catarina e até do Brasil. Biguaçu não possui uma rede de tratamento de esgotos e praticamente todos os rios e o litoral marítimo está poluído. Não há reservas ambientais ou planos de preservação e prevenção à ocupação desordenada do solo. A Mata Atlântica está desaparecendo com as queimadas, as plantações de eucaliptos de forma desordenada (com apoio do governo de estado), com a derrubada de morros e a especulação imobiliária que se instala. De fato, sem ter um plano de ocupação e uso do solo que auxilie na preservação do cinturão verde da região, no futuro próximo, a sede do município, seus distritos e vilas devem encontrar dificuldades para o abastecimento de água (Notas de Trabalho de Campo).

suas propriedades, notadamente o rio Biguaçu; proteger as águas e a zona litorânea enquanto fonte de reprodução da vida, em particular os manguezais; promover a mudança de hábitos da população, com o objetivo de diminuir a produção de resíduos sólidos e implementar a reciclagem; dar destinação e tratamento adequado aos rejeitos, sendo dever das indústrias, hospitais, postos de gasolina e restaurantes, dar destinação específica a seus resíduos; exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudos prévios de impacto ambiental, a que se dará publicidade.

Os empreendimentos que geram desequilíbrio ecológico e comprometem aspectos paisagísticos ou a qualidade de vida do povo, em operação no município, terão o prazo de seis meses para apresentarem os estudos de impacto ambiental, com o início da recuperação dos valores lesados; aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão municipal, na forma da lei; as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

4.4 SMT, SMC, CAN e Algumas Observações Etnográficas

A área rural de Biguaçu é formada por três localidades: Três Riachos, Amâncio e Sorocaba (que, por sua vez, subdivide-se em Sorocaba do Sul e Sorocaba de Fora - imagem 6). Juntas somam pouco mais de cinco mil habitantes, ou seja, cerca de 10% da população total do município, dos quais aproximadamente seiscentos³⁴ (algo em torno de 1% dos munícipes) moram nas comunidades SMT, SMC e CAN, as quais, com outras pequenas comunidades rurais, formam a localidade de Três Riachos.

As comunidades Saudade e Prado são consideradas pelos moradores como integrantes de Três Riachos, mas segundo o Caderno de Investimentos 2007 do programa Orçamento Participativo da prefeitura de Biguaçu, elas fazem parte da Região 5 (R5), mais próxima do

³⁴ Esse dado nos foi repassado pela enfermeira chefe do posto de saúde da localidade, que fica na comunidade Limeira. O cadastro do Programa da Saúde da Família aponta que 131 famílias residem em SMT, 103 em SMC, e 60 famílias em CAN. Vale lembrar que este cadastro é atualizado mensalmente pelos agentes de saúde que visitam e cadastram todas as famílias das comunidades.

que, oficialmente, é reconhecido como ‘meio urbano’ ou ‘fase intermediária’. De acordo com o mesmo documento as comunidades SMC, SMT e CAN integram a Região 2 (R2)³⁵.

As comunidades possuem dois acessos que permitem o tráfego de automóveis (imagem 7 - fotografias 2 e 3). O principal dá-se pela estrada geral que inicia ao lado da rodovia BR 101 a partir de uma estrada marginal, no sentido norte-sul, de onde segue em direção oposta ao mar e ao interior do município. O percurso é de aproximadamente vinte quilômetros, dos quais cerca da metade do trajeto conta com revestimento asfáltico (recentemente colocado, essa obra teve início durante nossa pesquisa), a outra parte é estrada de terra. Porém, está em curso a obra de ampliação do trecho asfaltado, que, quando concluído, chegará à ‘entrada’ das comunidades.

O outro acesso é a partir de Rachadel, comunidade rural pertencente a Antônio Carlos - município limítrofe de Biguaçu. Essa estrada é toda de terra e liga diretamente as comunidades de Rachadel e SMT (ou os dois municípios: Antônio Carlos e Biguaçu), no sentido interior – litoral (leste-oeste).

Uma terceira possibilidade (menos usual) de acesso às comunidades é por trilhas ou antigos caminhos de carros de boi, presentes nos morros que as circundam, sobretudo em SMT e CAN. Muitos desses caminhos e trilhas foram criados pelos primeiros moradores das comunidades para permitir o acesso às residências e também às lavouras localizadas nos morros, além de servir de ligação (algumas vezes a única) com outras comunidades e municípios vizinhos. Com muito menos frequência que outrora, ainda são utilizados para acessar as plantações/malhas de banana, mandioca e eucalipto, bem como, para transportar a produção em carros de boi até suas residências, localizadas na parte plana.

Atualmente, como podemos perceber durante os trabalhos de campo e confirmado pelos moradores locais, esses caminhos e trilhas são muito utilizados pelos motociclistas ‘trilheiros’. Praticamente todos os fins de semana esses caminhos e trilhas se transformam em local de treinamento, ou simplesmente de diversão, para motociclistas adeptos do estilo *off road*. O local, inclusive, é sede de etapas oficiais em circuitos estaduais, nacionais e internacionais deste esporte.

O relacionamento entre os trilheiros e os moradores locais ocorre de maneira pacífica e com respeito mútuo. A partir de uma iniciativa dos próprios trilheiros, placas de orientação aos motoqueiros quanto às boas práticas com relação ao meio ambiente e à passagem por

³⁵ No estatuto do Conselho Municipal do Orçamento Participativo foram definidas 13 regiões. **Caderno de Investimentos 2007**. Orçamento Participativo. Biguaçu: PMB, 2005.

propriedades particulares, estão espalhadas pelas ‘porteiras’ das propriedades por onde passam as trilhas, pelos bares e pelas mercearias das comunidades.

Pelo acesso principal não é preciso tomar estradas secundárias para chegar a SMT, SMC e CAN, basta seguir pela estrada geral. As primeiras comunidades encontradas são Prado e Saudade. Nesse trecho a estrada fica entre o rio Biguaçu, do seu lado esquerdo, e uma sucessão de morros permeados por partes planas, do lado direito. As construções ribeirinhas são edificadas sobre bases elevadas para evitar os problemas causados pelo aumento do nível do rio nos períodos de chuvas mais intensas. Nos morros as residências são simples e a maior parte é construída em alvenaria, mas os aspectos sanitários, estéticos e paisagísticos não são atraentes. Os moradores de Biguaçu identificam, de maneira pejorativa, esse local como sendo a ‘favela’ do município.

Nesse trecho inicial a estrada de acesso a Três Riachos é bastante sinuosa e estreita, as construções ficam bem próximos a ela e, além disso, o passeio público é bastante estreito e insuficiente para o volume de pedestres que circulam pelo local. Essa situação é agravada sobremaneira nos horários de início e término das aulas escolares, quando o volume de transeuntes aumenta consideravelmente por conta da circulação dos estudantes, oferecendo iminente risco de atropelamentos, sobretudo pela alta velocidade que alguns motoristas costumam transitar pelo local, notadamente os dos ônibus do transporte público municipal.

Às margens da estrada, geralmente do lado oposto ao rio, têm lugar os pequenos empreendimentos comerciais que atendem a comunidade local, como posto de combustível, loja de materiais de construção civil, pequenas lojas de roupas, padarias, bares, mercearias, entre outros. Além desses pequenos empreendimentos há uma grande pedreira no local.

As três comunidades (SMT, SMC e CAN) são contíguas umas às outras e, portanto, espacialmente integradas. Vistas de cima, poder-se-ia até mesmo dizer, dado o nível de integração das mesmas, que se trata de uma única comunidade. As comunidades SMT e SMC estão ‘uma de frente para a outra’, a comunidade de CAN, por sua vez, é contígua a SMT e está diretamente unida a esta. As primeiras interligam-se, a leste, pela estrada da Espanha e, a oeste, pela estrada da Grota Funda³⁶ (imagem 8).

Cada uma delas possui, basicamente, uma estrada geral e ao final desta umas poucas e pequenas ruas que se ramificam. Nesse meio ambiente praticamente todos os moradores se conhecem, além de compartilharem do mesmo processo histórico de formação sociocultural.

³⁶ A Espanha e a Grota Funda são apresentadas com maiores detalhes mais adiante, quando será exposta, no item ‘5.1 Os Atores Sociais e Seus Discursos, a análise do Discurso do Sujeito Coletivo referente à origem dos topônimos locais.



Imagem 6 - Localização da área rural do município de Biguaçu/SC
Fonte: Folder turístico da prefeitura de Biguaçu/SC (2007).

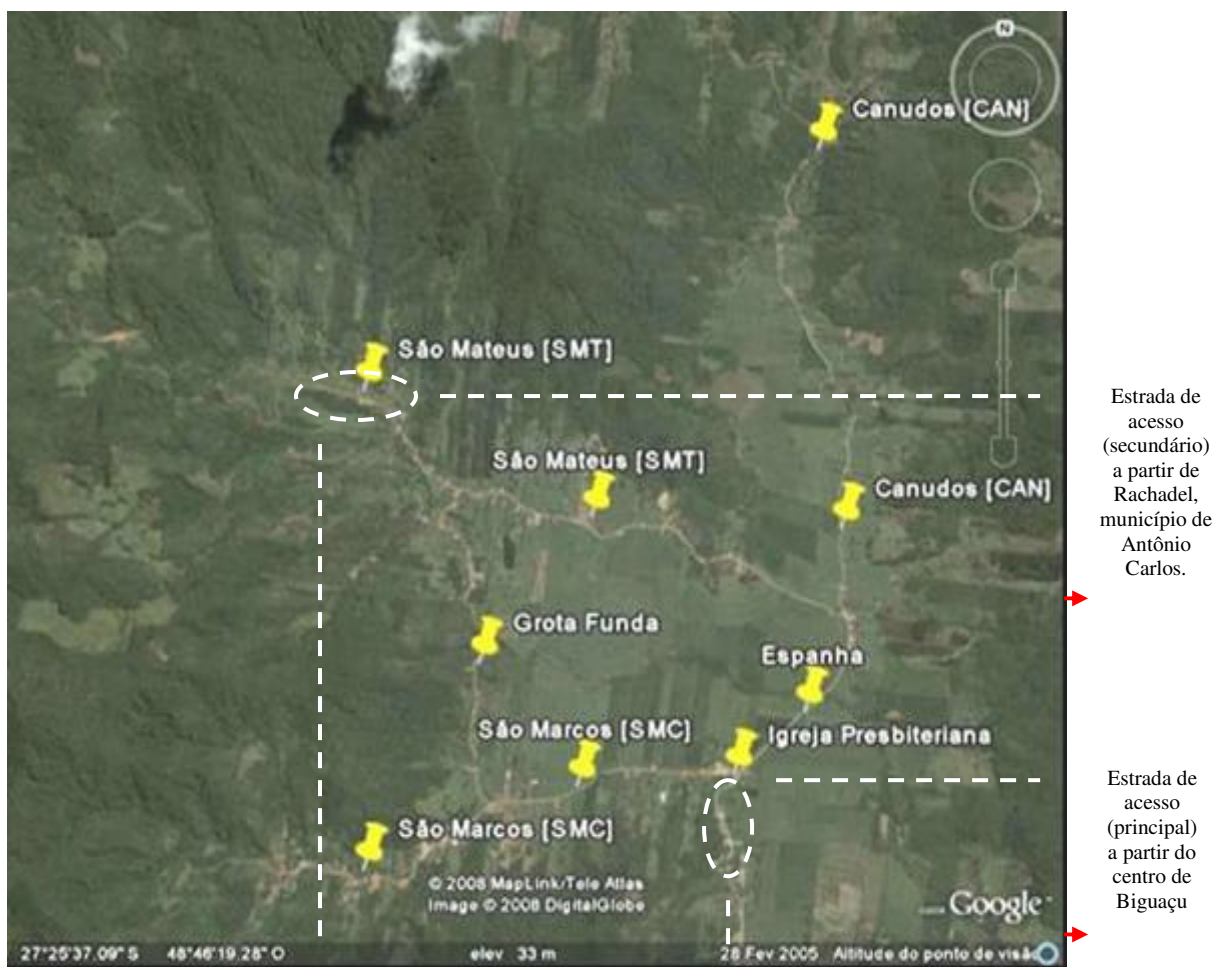


Imagem 7 - Mapa virtual: acessos principal e secundário às comunidades SMC, SMT e CAN.
 Fonte: Google Earth/O autor (2008).



Fotografia 1 – Acesso secundário.
 Fonte: O autor (2007).



Fotografia 2 – Acesso principal.
 Fonte: O autor (2007).



Imagem 8 - Mapa virtual: localização de SMC, SMT, CAN e das localidades Espanha e Grotta Funda.
 Fonte: Google Earth/O autor (2008).

As três comunidades são transpassadas por três pequenos riachos. Nenhum dos moradores com os quais conversei (tanto os mais velhos quanto os mais jovens) soube dizer os nomes destes riachos, isso nos permite inferir que ainda não foram nomeados apesar da gênese do povoamento nas comunidades remontar ao século XIX.

Percorrendo as estradas e as ruas das comunidades a todo instante é possível avistá-los ‘cortando-as’ ou lado acompanhando-as, sugerindo que se dividem em vários: uns mais largos e outros mais estreitos; umas vezes suas águas de encontro às pedras fazem barulho sugerindo força e volume, outras correm silenciosas e serenas; são mais rasos em alguns trechos e mais profundos em outros.

Nas estradas principais encontram-se oito pontes³⁷, todas pequenas, destas apenas uma (recentemente reformada) conta com iluminação própria, seis são de concreto e outras duas

³⁷ Uma em CAN, uma em SMC, três na Espanha, e três em SMT.

são de madeira (ambas em SMT). Assim como ocorre com os três riachos, as pontes também não possuem nomes.

As estradas e as ruas das comunidades são de terra ou barro e sem calçadas ou passeio público e, como ocorre com as pontes e os riachos, também não possuem nomes. Pude observar, nas conversas ocasionais e informais que mantive com alguns dos meus interlocutores locais, que a iminente chegada do asfalto às comunidades tem suscitado diferentes opiniões.

Alguns moradores querem “ver o asfalto passar na frente das suas casas³⁸” e acham que a melhor opção é asfaltar todas as estradas das comunidades³⁹, pois denotaria, assim, que o “desenvolvimento”, finalmente, está chegando às mesmas, uma vez que, no inconsciente coletivo, o asfalto representa um apanágio do que é urbano, moderno e desenvolvido.

Os moradores que compartilham desta opinião alegam, principalmente, duas motivações, uma para cada gênero: as mulheres anseiam ver seus lares e varais de roupa livres da poeira; os homens, por sua vez, esperam poder manter seus automóveis limpos após serem lavados (sobretudo nos fins de semana) ou em dias de chuva. São duas motivações que podem até parecer banais para nós, cidadãos acostumados a esses confortos em nossos cotidianos, contudo, para os moradores do meio rural elas se revestem de grande importância.

Para outros moradores a situação ideal é o asfalto chegar apenas até a “entrada” das comunidades, onde fica a igreja Presbiteriana, pois, assim, além de gozar dos benefícios advindos com o asfaltamento das ruas, as comunidades manteriam suas características peculiares a ruralidade.

No entanto, a princípio, segundo informações cedidas pela prefeitura de Biguaçu e divulgadas em reuniões do programa de orçamento participativo realizadas junto às comunidades, o asfalto se estenderá até a ponte nova (re-inaugurada em 2007 e a única com iluminação), na ‘entrada’ das comunidades - na Espanha – poucos metros adiante em relação à igreja anteriormente citada.

Sem dúvida o avanço do asfalto em direção as comunidades representa um impacto direto e positivo nas mesmas e no cotidiano de seus moradores. Essa obra proporcionará melhores condições de tráfego (sobretudo nos períodos de chuva); minimizará os gastos com a manutenção dos veículos que escoam a produção agrícola local; eliminará a poeira (no trecho asfaltado); tornará mais rápido o deslocamento diário dos moradores locais (geralmente

³⁸ Frase que ouvi de um morador local numa conversa informal durante os trabalhos de campo.

³⁹ Por “todas as estradas” o leitor deve considerar as cinco principais: a estrada geral de SMC (ou Rua Velha), a estrada geral de SMT (ou Espanha Central), a estrada geral de CAN, e as da Grota Funda e da Espanha.

as mulheres) que trabalham no centro de Biguaçu ou em municípios da região metropolitana da grande Florianópolis; bem como facilitará o acesso de visitantes.

Além disso, as boas condições de acesso à área rural proporcionadas por tal obra têm atraído, e atrairão ainda mais, moradores dos municípios próximos e da área urbana de Biguaçu. Essas pessoas passam a considerar a possibilidade de residir no meio rural e permanecer trabalhando nas cidades (nas áreas urbanas) ou, pelo menos, compram terrenos com a finalidade de construir casas ou chácaras para passar os fins de semana e períodos de férias.

Os problemas financeiros enfrentados por alguns agricultores aliados ao aumento da procura por imóveis no meio rural de Biguaçu têm levado muitos nativos a venderem parte de suas terras aos cidadãos; tanto as localizadas na parte baixa das comunidades quanto as localizadas em locais impróprios para a agricultura, tais como os morros, as partes mais altas, os locais íngremes e acidentados ou os terrenos com grandes rochas ou com um grande número delas.

Todavia, esse deslocamento dos cidadãos em busca do ‘campo’ e de suas amenidades não teve início ‘ontem’ ou apenas a partir do início das obras de melhorias no acesso às comunidades. De acordo com alguns moradores locais, tal fenômeno já ocorre há praticamente uma década, mas vem intensificando-se a cada ano. Atualmente é possível encontrar, de maneira relativamente fácil, chácaras, casas e terrenos que foram adquiridos ou construídas mesmo antes das obras de melhoria do acesso às comunidades. A maior parte desses sítios ou chácaras conta com boa infra-estrutura de lazer, como piscina, quadra de esportes, campo de futebol, estábulo, baía, etc.

A renda obtida pelos nativos com a venda das terras é investida, principalmente, na melhoria das residências; no pagamento de dívidas outrora contraídas com a agricultura; ou na compra de imóveis no perímetro urbano de Biguaçu e em municípios próximos para usufruto dos filhos e filhas que se mudaram, ou irão se mudar, a fim de estudar, trabalhar, ou as duas coisas.

Em alguns casos, os novos proprietários de sítios nas comunidades contratam moradores locais - geralmente homens, nativos, ex-agricultores e aposentados - para serem caseiros destes imóveis. Tive a oportunidade de entrevistar um deles que, curiosamente, atualmente é caseiro (junto com seu filho) de um sítio que fora sua residência e de sua família até recentemente.

Trata-se de um senhor septuagenário, nativo, que mora em CAN, é ex-agricultor e está aposentado. Ele nos contou que aceitou a nova ocupação devido à necessidade de incrementar

a renda da família que atualmente é oriunda exclusivamente da parca aposentadoria rural que ele e sua esposa recebem.

As comunidades são cercadas por montanhas, outeiros e colinas, formando um vale cercado por paredões verdes que proporcionam belas paisagens. Na área plana – no centro do vale - ficam as residências⁴⁰, os comércios, os engenhos, as pastagens onde se cria gado e búfalo, além da maior parte das plantações como as de arroz, de cana-de-açúcar e de hortaliças.

Digo ‘a maior parte das plantações’ porque os terrenos acidentados e de difícil acesso dos morros também são utilizados na cultura do eucalipto, da banana e da mandioca. Para plantarem essas malhas⁴¹ os agricultores as desmatam para posteriormente queimá-las, e com a madeira da mata derrubada produzem carvão para vender.

É comum encontrar mais de uma família (extensões da mesma família nuclear) morando no mesmo terreno, sobretudo em SMT. São terrenos com duas, três, quatro ou até mais casas da mesma família compartilhando um único terreno. Talvez isso ocorra porque quando os filhos casam seus pais lhes oferecem uma parte do terreno para que construam suas casas, mesmo quando os terrenos não são grandes, mas, geralmente, eles o são. Devemos destacar o fato de nas comunidades SMC, SMT e CAN não haver pessoas que pagam aluguel das casas onde moram, pelo menos nós não ouvimos falar, não entrevistamos e tampouco conhecemos, durante os trabalhos de campo, algum morador na condição de inquilino.

Apesar de não ter sido apurado e determinado, o número entre as casas de alvenaria e as de madeira parece ser equivalente, sendo estas, talvez, pouco mais numerosas que aquelas; exceto em SMT, onde a quantidade de casas de alvenaria parece ultrapassar as de madeira. Geralmente as residências apresentam um bom estado de conservação, inclusive as de madeira, apesar de, na maior parte das vezes, serem mais antigas (e menores) do que as de alvenaria. Apesar da poeira; das sujidades próprias da criação doméstica de aves e animais (estrebrias e galinheiros, por exemplo) e do ambiente rústico inerente às áreas rurais, determinadas casas, dentre elas algumas bastante singelas, são extremamente asseadas e organizadas em seu interior.

Os jardins de algumas casas são ornamentados com réplicas em gesso de aves, como corujas, garças, flamingos, gansos, entre outros. Embora tanto umas quanto as outras possuam

⁴⁰ As casas ficam na parte plana, mas seus terrenos geralmente avançam morro acima e muitos deles são de grande extensão. Dessa maneira, toda a parte alta das comunidades, isto é, todos os morros, possuem proprietários, apesar de num primeiro momento parecerem terras sem proprietário.

⁴¹ Essas porções cultivadas, ou roças, também são chamadas de *malhas* pelos moradores locais, dessa maneira: uma malha de eucalipto, uma malha de mandioca, e assim por diante.

quintais cuidados com esmero, algumas casas não são pintadas e/ou não possuem o seu entorno tão bem cuidados, contudo, certamente, estas são encontradas significativamente em menor número.

As casas de alvenaria têm arquitetura simples⁴² e apresentam poucas diferenças quanto ao estilo, havendo pouca variação entre umas e outras. Elas costumam ter o telhado com quatro águas, nas mais antigas não há garagem e a parte frontal da casa tem apenas uma parede e duas janelas. Nas casas construídas a menos tempo os moradores passaram a incluir outras duas peças: a garagem e a varanda, além de alguns pequenos detalhes ornamentais nas colunas e paredes. Praticamente todas as casas de alvenaria são pintadas, as que não são é porque foram recentemente construídas ou reformadas. Algumas casas de madeira também não são pintadas, mas, ao contrário das de alvenaria, geralmente são as mais antigas. Assim como as casas de alvenaria, as de madeira não contavam com garagem e nem varanda, contudo, o seu telhado era do tipo com duas águas ao invés de quatro.

Há moradores, sobretudo em SMT, que com o lucro da venda de seus terrenos aos citadinos (como já nos referimos anteriormente) estão realizando melhorias em suas casas, muitas vezes pintando-as com novas cores; incluindo detalhes que ornamentam as colunas e paredes externas; colocando ou substituindo cercas e muros; e, até mesmo, alguns estão construindo novas casas.

Outros moradores estão sendo beneficiados por um programa social de habitação do governo municipal chamado 'Programa Nova Casa', que visa oferecer melhores condições de vida aos moradores rurais. As famílias beneficiadas com o programa recebem o projeto da casa e mais R\$ 9.000,00 (nove mil reais) para a compra do material de construção, sendo que, desse total, R\$ 6.000,00 (seis mil reais) não é necessário pagar, e o saldo é pago em pequenas parcelas mensais.

Há duas dessas casas sendo construídas, as duas em CAN. Ambas tiveram seus projetos ligeiramente modificados por iniciativa das famílias contempladas. Alterações no projeto inicial - como ampliação da área construída - são permitidas, desde que os proprietários assumam os novos custos contraídos com as modificações.

É possível afirmar que praticamente a totalidade das casas em SMT, SMC e em CAN é de um pavimento e raras, talvez menos de uma dúzia, possuem dois andares, sendo que em CAN não há casas desse tipo.

⁴² As duas casas de alvenaria construídas por descendentes de alemães na década de 1940, ambas localizadas em SMC, contam com uma arquitetura rica em detalhes ornamentais e não estão sendo consideradas nesta afirmação.

Chama a atenção dos ‘de fora’ – ou visitantes - um padrão arquitetônico esteticamente representativo que é seguido por cinco casas de madeira construídas, provavelmente, nas décadas de 1950 e 1960⁴³. Com relação às outras casas das comunidades, estas apresentam mais detalhes nas portas, nas janelas e no telhado; e comparando-as entre si se percebe que estas casas possuem praticamente o mesmo tipo e disposição das aberturas (portas e janelas) e dos cômodos. Com exceção de uma destas casas, localizada em SMC, as outras quatro ficam em SMT. Em CAN, curiosamente, não há a presença de casas como estas. Das cinco casas duas estão desabitadas, uma em SMC e outra em SMT.

Assim como é comum em todo o meio rural, também em SMT, SMC e CAN a distância entre uma residência e outra é maior do que as do meio urbano e, geralmente, estão separadas umas das outras por extensos terrenos. De modo que, nestes casos, as residências são contíguas a pastos para o gado e/ou dividem o terreno com estábulos, estrebarias e ranchos que são usados para guardar ferramentas, tobatas, carros-de-boi, carroças, cavalos, gado, etc.

Todavia, em cada uma das três comunidades há pelo menos um local onde as construções, sejam elas residenciais, comerciais, educacionais, religiosas ou de lazer; concentram-se. Nesses casos, algumas residências são contíguas a outras, a bares, a bares/mercearias, a campos de futebol ou a igrejas; formando o que podemos chamar de uma espécie de ‘centrinho’ de cada comunidade. Isso lava-nos à outra característica comum ao meio rural quanto à disposição, organização ou distribuição físico-espacial das construções em geral.

Nas comunidades de SMT e SMC este quadro se nos apresenta com cores bastante similares: ao lado ou próximo à igreja homônima há um campo de futebol (no caso de SMT há um ao lado e outro próximo) que, por sua vez, avizinha-se a um ou mais bar ou bar/mercearia; e entre uns e outros têm lugar algumas residências. Em CAN, o mesmo quadro apresenta outras dimensões e matizes (para continuarmos com a analogia pictórica): aqui a comunidade tem a igreja de São Cristóvão, portanto o nome difere do da comunidade; não há campos de futebol e nem comércio próximo à mesma, mas, a exemplo de SMT e SMC, há ao redor da igreja um número mais significativo de casas do que em outros pontos da comunidade.

⁴³ De acordo com alguns moradores entrevistados, havia um morador local chamado Amaro José da Silva que costumava construir a maioria das casas nas comunidades, a exemplo do que ocorre hoje, quando as comunidades têm no Seu João, ‘marido da D. Hilda’, reconhecidamente o seu principal construtor de casas. Ele costumava repetir o estilo arquitetônico de suas construções em várias residências, das quais as cinco residências aqui destacadas são remanescentes desse período. De acordo com a mesma fonte, esse construtor ainda vive em Biguaçu, atualmente residindo nas proximidades do restaurante Vitória Régia, às margens da rodovia BR 101.

Muitas famílias mantêm em frente ou ao lado de sua residência uma horta ou, ao menos, cultivam alguma variedade de ervas medicinais que são utilizadas em processos alternativos de cura, como em chás, infusões, unguentos e benzeduras.

Na policultura familiar destinada às refeições diárias cultivam, principalmente, ervas condimentares (como a salsa, a cebolinha-verde, o sarapico⁴⁴, entre outras); hortaliças e verduras (principalmente cenoura, alface e repolho); além de mandioca, milho e feijão; bem como algumas espécies frutíferas, entre elas: laranja, tangerina, jabuticaba, pêra e banana. A cana-de-açúcar, destinada à alimentação do gado, também é comumente plantada próximo às residências (como é possível perceber em diversas fotografias).

O comércio em SMT e SMC é pouco diversificado e constituído, basicamente, por bares e mercearias (ou ‘vendas de secos e molhados’, como outrora esses empreendimentos eram chamados pelos nativos), destes uns funcionam apenas como bar e outros como bar e mercearia no mesmo local. Em CAN não há comércio algum e o mais próximo a comunidade é o bar/mercearia do Seo Laércio, localizado na confluência da Espanha com o início da Estrada Geral de SMT.

Caminhando pelas estradas, ruas e caminhos das comunidades (SMT e SMC principalmente) avistamos engenhos de farinha e/ou de açúcar, em sua maioria desativados, num morro, no meio de um pasto, ao lado de uma residência ou no meio de um canavial. Em alguns casos seus proprietários retiram suas peças e as vendem aos cidadãos que as adquirem como *souvenir* ou como peça decorativa para ornamentar seus sítios, chácaras ou residências.

A telefonia residencial é à rádio e não funciona adequadamente nas comunidades SMT e SMC, em CAN ela sequer existe, aliás, nesta comunidade, também não há telefone público. O sinal da telefonia fixa é captado por antenas localizadas nas comunidades de SMC e SMT e transmitido a uma pequena central telefônica instalada no pátio de uma residência, de onde é retransmitida para as demais residências que possuem linha telefônica.

A família que tem a central telefônica em sua residência é responsável por zelar pela estrutura física da central e, no caso de problemas técnicos, deve comunicar a empresa responsável pela manutenção da mesma. Em troca a família fica isenta da taxa de uso do serviço de telefonia cobrada mensalmente dos usuários.

O fato é que são recorrentes os problemas com este modelo de telefonia, sobretudo nos dias de chuva forte ou temporais. Em minha estadia na comunidade, durante os trabalhos de

⁴⁴ O *sarapico* é uma planta utilizada há muito tempo pelas famílias das comunidades de SMT, SMC e CAN. É semelhante ao tomilho (condimento mais conhecido em outras regiões) quanto à aparência. O sarapico é um dos únicos condimentos utilizados para temperar o recheio da tradicional galinha recheada vendida na festa religiosa que homenageia São Mateus, realizada anualmente no mês de setembro na igreja da comunidade.

campo hospedei-me por duas vezes na casa da família que toma conta da central telefônica em SMT. Nesse período presenciei diversas vezes a solicitação de meus anfitriões, à empresa responsável pelo serviço, a presença de um técnico para resolver problemas dessa natureza.

Não há acesso à internet e apenas uma operadora de telefonia celular atua nas três comunidades, além disso, os telefones celulares funcionam somente em alguns locais. Inclusive na mesma residência pode ocorrer do telefone celular funcionar em determinados cômodos e não em outros, ou somente na área externa da casa. Na casa da família onde me hospedei durante minha estadia nas comunidades, por exemplo, o telefone celular funcionava normalmente na cozinha e em alguns pontos do quintal, mas na sala e nos quartos não funcionava.

O caminhão da coleta de lixo passa apenas uma vez por semana (nas segundas-feiras), nesse dia se acumulam nas esquinas as sacolas de lixo depositadas pelos moradores para serem recolhidas pelo caminhão da prefeitura. Apesar da pouca frequência desse serviço público e do aspecto desagradável dado às ruas nesses dias de recolhimento do lixo, elas são limpas e não encontramos cachorros e nem gatos soltos.

Além de limpas, delas se avista belas paisagens bucólicas e cenas pitorescas, tornando muito agradável caminhar ou passear pelas estradas, ruas e caminhos de terra das comunidades. É comum ver pelas suas ruas tratores, tobatas, carroças e, principalmente, carros-de-boi, até mesmo com mais frequência do que os automóveis, isso acaba conferindo uma indefectível e peculiar atmosfera rural ao local.

Algumas plantações, como as de mandioca e de banana, são desenvolvidas nos morros, geralmente em locais difíceis de serem alcançados até mesmo por tratores, caminhões ou outro tipo de maquinário agrícola. Por causa disso o carro-de-boi é imprescindível e ainda muito utilizado pelos moradores na lida da agricultura, principalmente para transportar a produção desde os morros até as residências, de onde é escoada para os centros distribuidores de alimentos em Florianópolis e em outros municípios próximos à Biguaçu.

Como vimos no início deste capítulo, a região é formada por uma cadeia de montanhas e conta com importantes recursos hídricos. Essa conformação do relevo propicia o surgimento de diversas quedas d'água que, por sua vez, irão formar corredeiras, cachoeiras, saltos e piscinas naturais próprias para banho, e quase sempre emoldurados por uma vegetação exuberante. Alguns destes locais possuem nomes, outros não, e alguns são chamados ou conhecidos apenas pelo nome do proprietário do terreno onde se encontra o recurso natural, como, por exemplo, o salto do Tio Dico, em SMC.

Destes, o local mais conhecido é o 'Salto do Amâncio'. Parece que estamos falando de uma propriedade particular, mas 'Amâncio' é uma localidade de Três Riachos situada na divisa de Biguaçu com os municípios de Tijuca - ao norte - e São João Batista e Antônio Carlos - a oeste. Apesar do 'Salto do Amâncio' não se localizar exatamente em SMT, SMC ou em CAN, muitas pessoas utilizam as trilhas e caminhos de carros de boi que partem de SMT ou CAN para chegar ao local. O acesso a alguns destes locais é por ruas transitáveis por automóveis, em outros só é possível chegar por trilhas ou caminhos de carro de boi.

Todos os atrativos naturais que conhecemos estão localizados em propriedades particulares; alguns em propriedades menores e mais próximos às residências, outros em grandes propriedades e mais distantes das residências, das ruas e das estradas. Nós não presenciemos, mas, de acordo com alguns nativos com os quais conversamos informalmente, alguns destes lugares são bastante freqüentados pelos moradores nos meses de verão. Meses, aliás, que costumam ser muito quentes e 'abafados' por conta da geografia local com seu relevo constituído, basicamente, de grandes elevações que se formam abruptamente a poucos quilômetros (cerca de 20 km) do mar, que acaba bloqueando sensivelmente os ventos vindos daquela direção.

Por outro lado, o inverno costuma ser rigoroso, chegando algumas vezes a marcar temperaturas negativas, ou próximo disso, nos dias mais frios. Ainda segundo os moradores locais, em agosto de 2007 foram registradas temperaturas negativas como há sete anos não ocorria. Nos termômetros (daqueles amadores que temos presos na parede de casa) durante a madrugada a temperatura marcava -3°C ou -4°C . Para minha sorte (ou azar!) eu estava nas comunidades desenvolvendo minhas pesquisas de campo nessa data.

Apesar do rigor do frio, a paisagem proporcionada por esse fenômeno nas comunidades é muito bonita: pastos e gramados cobertos pela geada e 'soltando fumaça'; o gado buscando abrigo ou inerte no pasto por causa do frio; galhos de árvores, automóveis e carros de boi cobertos pela geada...

5 LEGADO CULTURAL E IDENTIDADE

No capítulo que apresenta o arcabouço teórico do qual nos valem nesta dissertação foi apresentada a multiplicidade de referências e acepções do termo *cultura*, principalmente o seu conceito antropológico. Vimos que na noção de cultura presente no senso comum predomina uma conotação elitizada do termo, referente a um saber superior e especial pertencente a determinadas classes sociais (as mais altas ou abastadas) e relacionada à educação formal, à literatura e à poesia, ao teatro e às belas artes.

A antropologia reformulou este conceito tratando, essencialmente, de ‘deselitizá-lo’, passando a incorporar ao conceito de cultura outros aspectos, até mesmo triviais, do cotidiano das pessoas (de todas as classes sociais), como o seu modo de vestir, trabalhar, divertir, curar, comer, entre outros.

Assim como ocorreu com o conceito de cultura, o de patrimônio cultural também foi ampliado e, à medida que se revisa aquele, este cada vez mais assume a característica de um conjunto dinâmico de elementos identitários de uma coletividade. Pode-se dizer que até a primeira metade do século XX “patrimônio cultural foi sinônimo de obras monumentais, obras de arte consagradas, propriedades de grande luxo, associadas às classes dominantes, pertencentes à sociedade política ou civil”. (BARRETO, 2000. p. 9).

Em 1924 acontece uma viagem à Ouro Preto e outras cidades de Minas Gerais, da qual participaram, entre outros, Mario e Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral e Paulo Prado (um dos patrocinadores da *Semana de 22*). A preservação e o patrimônio cultural fizeram parte da agenda modernista, que incentivava a criação de um órgão voltado à preservação de cidades e monumentos. Com o Decreto n. 22.928, de 1932, a cidade de Ouro Preto passa a ser considerada Monumento Nacional, caracterizando a primeira medida oficial de reconhecimento do patrimônio cultural e da necessidade de sua preservação. Pouco depois, em 1937, com a participação de alguns intelectuais como Mario de Andrade (que dirigia o Departamento de Cultura de São Paulo), é criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN. (COUTINHO, 1998).

Nesse primeiro momento o interesse recai sobre os bens materiais, como o acervo arquitetônico antigo e representativo do ciclo do açúcar na região nordeste do país, do ciclo do ouro em Minas Gerais e de pontos isolados no litoral como Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Olinda. Somente a partir do final da década de 1970 o SPHAN adota algumas mudanças referentes ao que deve ser preservado. Uma delas é a incorporação do turismo como fator relevante nas justificativas de tombamento de determinados bens culturais, usando

para isso o argumento de *potencial turístico* do bem. O SPHAN passa, dessa maneira, a incorporar ao conceito de patrimônio cultural outros elementos, sobretudo os bens imateriais que representam os saberes e fazeres de origem popular. (COUTINHO, 1998).

Outrossim, é possível inferir que o turismo teve um importante papel no sentido de ampliar o conceito de patrimônio cultural, contribuindo para a compreensão do mesmo como patrimônio que se traduz em todas as formas de manifestações da cultura, ou seja, no conjunto de bens móveis e imóveis, concretos e abstratos, objetivos e subjetivos, desde que tenham um forte componente simbólico e, de algum modo, sejam representativos de uma coletividade. Afinal de contas a cultura não se refere apenas aos produtos, objetos ou artefatos, mas, sobretudo, ao seu uso. (DURHAM, 1984; PELLEGRINI, 1993). Para Margarita Barreto:

Atualmente há consenso de que a noção de patrimônio cultural [...] inclui não apenas os bens tangíveis como também os intangíveis, não só as manifestações artísticas, mas todo o fazer humano, não só aquilo que representa a cultura das classes mais abastadas, mas também o que representa a cultura dos menos favorecidos. (BARRETO, 2000. p. 11).

Considerando o atual entendimento acerca do caráter de intangibilidade inerente aos bens culturais a autora defende que “o conceito *legado cultural* parece mais adequado do que patrimônio”. (BARRETO, 2000. grifo nosso). Nesta dissertação os conceitos de *cultura* e de *patrimônio cultural* são tomados em sua acepção mais ampla, destarte, para nos referir ao conjunto de elementos que representam a cultura das comunidades de SMT, SMC e CAN, o termo *legado cultural* foi escolhido em detrimento ao de *patrimônio cultural*.

Hoje, quase um século após as primeiras iniciativas voltadas à preservação do patrimônio cultural nacional, ninguém (ou quase ninguém!) discorda da necessidade de salvaguardar esse legado. Ao lado dos intelectuais, da sociedade civil organizada e de iniciativas institucionais, a globalização foi um dos principais motivadores deste processo. Os efeitos da globalização, como já vimos, se espriam pelas dimensões política, econômica, financeira, ambiental, social e cultural, e uma de suas consequências mais notáveis talvez seja a colonização cultural (sobretudo estadunidense) que resulta na padronização ou estandardização de hábitos e costumes.

Paradoxalmente, com o advento da globalização, ao mesmo tempo em que se promove essa padronização cultural também se instaura uma corrida em busca do que é autêntico, original, singular, diferente. Segundo Cravidão (2004): “numa sociedade cada vez mais global procura-se a singularidade cultural”. A singularidade cultural a que se refere Cravidão

também pode ser chamada de *identidade*, pois “a cultura revela a feição singular de um povo, ou seja, sua identidade”. (AZEVEDO, 1998). Por sua vez, o conceito de *identidade* implica um “sentimento de pertença a uma comunidade [...], cujos membros não se conhecem, mas partilham importantes referências comuns: uma mesma história, uma mesma tradição”. (BARRETO, 2000).

Em uma realidade como a que vivemos, de culturas ‘padronizantes’ e padronizadas e de identidades fragmentadas, o legado cultural surge como uma alternativa para a identificação do *ethos*⁴⁵ e para a construção da identidade cultural de uma coletividade, e se apresenta, hoje, como um dos poucos caminhos na busca pelo diferente e capaz de oferecer às pequenas comunidades rurais sua verdadeira dimensão sociocultural e sua identidade. Essa condição pode, inclusive, proporcionar aos indivíduos um sentimento de soberania e levá-los a atitudes de autodeterminação. É por isso que identificar, preservar e divulgar a identidade (a “cor local”) e o *legado cultural* surgem, atualmente, como necessidades prementes diante da globalização. (BARRETO, 2000; CRAVIDÃO, 2004; RÚSSIO, 1984).

A apropriação do passado ocorre a partir da perspectiva do presente, esse movimento do presente em direção ao passado em busca da memória coletiva⁴⁶ leva à “contigüidade e a continuidade” de um no outro, além disso, “[permite] traçar uma linha na qual nosso presente se encaixe, [permite] que saibamos mais ou menos quem somos e de onde viemos, ou seja, que tenhamos uma identidade”. (BARRETO, 2000).

Mas o que preservar e/ou resgatar? E para quem? E como?

5.1 Os Atores Sociais e Seus Discursos

As pessoas com quem iniciamos este primeiro momento de entrevistas não são as mais antigas das comunidades e não tiveram acesso, ao longo de suas vidas, à história local transmitida pela memória⁴⁷ e pela oralidade dos mais velhos, capaz de ligá-los por laços

⁴⁵ “Na discussão antropológica recente, os aspectos morais (e estéticos) de uma cultura, os elementos valorativos, foram resumidos sob o termo ‘*ethos*’. O *ethos* de um povo é o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral estético, e sua disposição é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que a vida reflete”. (GEERTZ, 1989. p. 93).

⁴⁶ “O conceito de ‘memória coletiva’, de acordo com Halbwachs (Maurice Halbwachs. *La mémoire collective*. Paris: PUF, 1968), refere-se a uma memória social, exterior ao indivíduo, estendida no tempo, que guarda eventos acontecidos há muito. Essa memória é o invólucro das memórias individuais e conserva, de maneira própria, os fatos acontecidos na sociedade à qual o indivíduo pertence.” (*apud* BARRETO, 2000. p. 45).

⁴⁷ “A memória não aparece apenas como uma instância voltada para o passado. Devemos imaginá-la como uma relação dinâmica entre passado e presente. A memória é um elemento muito enraizado no presente”. (BOLLE, 1984. p. 13).

estreitos à realidade próxima. A fim de obter relatos que forneçam informações que nos aproximem das gerações que deram início às comunidades, diferentemente do que ocorreu na primeira fase, esta segunda privilegiou os moradores com idade entre 50 e 98 anos⁴⁸.

Para preservar a identidade dos entrevistados, sempre que for usada citação direta da fala dos mesmos elas estarão identificadas somente com as iniciais 'F' e 'M', indicando os gêneros feminino e masculino. Tomamos esta medida porque as comunidades são pequenas e com poucos moradores, portanto, quase todos os moradores se conhecem e a inicial de seus nomes seguida da idade tornar-se-ia forte indício do autor das falas transcritas.

A seguir, os quadros 1 e 2 apresentam o perfil dos entrevistados e alguns modelos e características da divisão de trabalho no seu grupo familiar. Este perfil não difere significativamente de outras regiões agrícolas do estado, contudo, há um diferencial referente à identidade assumida enquanto comunidade rural que está muito próxima ao meio urbano, com algumas comunidades de Três Riachos em vias de entrar, de fato, no que o Plano Diretor do município denomina *espaço intermediário*, vivendo a passagem do rural para o urbano.

PERFIL DOS ENTREVISTADOS	
ENTREVISTADOS	PERFIL
31 Mulheres	<ul style="list-style-type: none"> • Afiliadas a ADM; • Donas de casa; • Profissionais autônomas; • Agricultoras aposentadas; • Ex-agricultoras que trabalham na região metropolitana da grande Florianópolis; • Nativas que moram nas comunidades; • Nativas que residem na sede do município; • Descendentes de alemães; • Descendentes de açorianos; • Membros da administração das atividades nas igrejas locais; • Alfabetizadas e não-alfabetizadas.
14 Homens	<ul style="list-style-type: none"> • Afiliados a ADM; • Ex-membros da coordenação executiva da ADM; • Agricultores ativos; • Agricultores aposentados; • Ex-agricultores; • Profissionais autônomos; • Nativos que moram nas comunidades; • Nativos que residem na sede do município; • Não nativos; • Descendentes de alemães; • Descendentes de açorianos; • Membros da administração nas atividades das igrejas locais; • Alfabetizados e não-alfabetizados.

Quadro 1- Perfil dos entrevistados.

Fonte: O autor - entrevistas/observações de campo.

⁴⁸ Nessa fase foram entrevistados os dois moradores (uma mulher e um homem) mais velhos das três comunidades, este ano (2008) completaram 92 e 99 anos, respectivamente.

MODELO FAMILIAR E CARACTERÍSTICAS DA DIVISÃO DE TRABALHO DOS ENTREVISTADOS			
Casal trabalhando em casa	Idosa que cuida dos netos	Mulher que trabalha fora e o marido é agricultor	Mulher que trabalha em casa e o marido trabalha fora
<ul style="list-style-type: none"> • São autônomos e/ou aposentados; • Dividem as tarefas de plantio; colheita; criação, alimentação, ordenha e corte dos animais; • O homem se responsabiliza pela venda dos produtos e pelas demais tarefas externas; • A mulher assume as tarefas domésticas e o preparo das refeições; • A mulher assume a organização financeira da família. 	<ul style="list-style-type: none"> • Possui aposentadoria; • Mora próxima ou ao lado das noras, genros e/ou filhos; • Assume o cuidado com os netos: garante a higiene, a frequência escolar, a alimentação e a saúde; • Assumem, quando necessário, as emergências financeiras dos filhos e netos. 	<ul style="list-style-type: none"> • São responsáveis pela organização financeira da família; • Ajudam financeiramente os filhos; • Assumem as tarefas domésticas e preparam a alimentação do marido diariamente antes de sair de casa (normalmente de madrugada); • Gostam de se reunir com os familiares aos domingos após a missa para fazer as refeições. 	<ul style="list-style-type: none"> • Incrementam a renda familiar com a venda de produtos cosméticos, roupas, com a organização de um negócio em casa ou, ainda, com a venda de produtos alimentícios; • Assumem as tarefas domésticas e cuidam dos filhos pela manhã e fazem suas tarefas externas à tarde; • Marcam consultas médicas e acompanham os filhos nas mesmas.

Quadro 2 - Modelo familiar e características da divisão de trabalho dos entrevistados.

Fonte: O autor - entrevistas/observações de campo.

O quadro apresentado acima demonstra que as mulheres das comunidades estudadas participam ativamente do sustento da família, seja em atividades formais ou informais, além de darem suporte à família oferecendo proteção física, emocional, espiritual e financeira. Elas demonstram, antes de tudo, como são essenciais à vida de um grupo ou de uma comunidade, “tanto do ponto de vista biológico quanto do ponto de vista social”. (LÉVI-STRAUSS, 1976).

A proteção física está representada nos cuidados alimentares e de higiene dispensados às crianças e aos adultos; nas idas ao médico para marcar as consultas e acompanhar familiares ao consultório médico; no preparar remédios caseiros tradicionais; no cuidado das roupas e da casa.

A proteção emocional e espiritual ocorre com a participação nas atividades da igreja: missas, catequese, preparo de refeições nas festas da comunidade, campanhas e mobilizações em prol de pessoas carentes que precisam do apoio da comunidade, entre outras atividades. Essas iniciativas acabam representando exemplos para os filhos e dessa maneira a mãe passa a ser uma sólida referência de devoção, solidariedade e apoio.

Com relação à proteção financeira a mulher é, em alguns casos, a única que possui carteira assinada e direito a aposentadoria pelo INSS. Nesses casos, sendo o único membro da família com rendimento fixo a ser recebido no fim do mês, geralmente é ela quem garante o pagamento das contas fixas como luz, impostos, prestações de eletrodomésticos e eletroeletrônicos, vestuário; além de suprirem as necessidades de compra de alimentos. E, quando necessário, apenas elas podem fazer empréstimos bancários.

Algumas mulheres que não possuem emprego fixo com carteira assinada exercem outras atividades externas como faxina em escolas e em residências no centro de Biguaçu, em São José ou em Florianópolis (principalmente nos bairros da parte continental da capital); fazem e vendem bolos, pães, roscas, cuscuz, tapioca, etc; outras vendem cosméticos ou compram roupas em cidades como Blumenau e Brusque para revendê-las nas comunidades a conhecidos ou a clientes, geralmente habituais, de outras localidades e do centro.

A literatura sobre a economia solidária em regiões agrícolas demonstra o quanto tem sido expressiva a presença feminina em todas as etapas de organização e administração econômica familiar. É esta mulher do pequeno agricultor familiar que muitas vezes garante a recuperação da economia e da história local. (CAZELLA, 2006; ULLER, 2005).

A seguir serão apresentados os quadros que contêm a essência das entrevistas (ou dos discursos) seguindo a proposta de Lefevre & Lefevre (2003) adotada nesta dissertação para a análise do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Esses quadros trazem as figuras metodológicas: expressão-chave (ECH), idéia central (IC) e ancoragem (AC), que permitirão construir o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) referente a alguns dos aspectos socioculturais que constituem a realidade das comunidades.

Dessa maneira, cada quadro pode ser entendido como um capítulo que apresenta, agrupadas em diferentes temas ou aspectos, as principais características socioculturais das comunidades; assim como a representação que os entrevistados fazem das mesmas, cuja ‘discursividade’, aliada a uma análise orgânica e total de todos esses aspectos interconectados, permitirá analisar e interpretar os processos de transformação sociocultural ocorridos em SMT, SMC e em CAN. Como orienta a análise do DSC, os fragmentos de falas dos entrevistados que representam as ECH foram transcritas exatamente como foram faladas.

Os quadros foram identificados com os seguintes títulos: Origens Culturais, Processo de Povoamento e Formação das Comunidades; Origem dos Topônimos Locais; Trabalho e Renda; Soluções de Alimentação; Lazer e Comemorações; Manifestações Tradicionais e Artesanato; Educação; Religião; A Vida nas Comunidades; Opinião Sobre a ADM São Mateus; Novos Moradores; Turismo nas Comunidades.

ORIGENS CULTURAIS, PROCESSO DE POVOAMENTO E FORMAÇÃO DAS COMUNIDADES		
ECH	IC	AC
Saltaram em São Miguel; Vieram por intermédio do rio; A terra era abandonada; A terra era boa para plantar; A terra tinha muita madeira;	A terra era devoluta, boa para a agricultura e oferecia muita madeira.	A terra não tinha dono.
Nóis se criemo lá em cima naquele morro; Tinha muito morador lá, vieram tudo pra cá; Aqui é melhor, porque lá é muito longe; Aqui em Três Riachos mesmo, de parto normal; Nascido e criado aqui; Meu pai, minha mãe, era todo mundo daqui;	IC 1 – Os moradores mais antigos nasceram e se criaram no morro, depois (anos) foram viver na parte plana. IC 2 - As pessoas nasceram com parteiras e viveram sempre ali.	As pessoas viviam isoladas.
Aqui não tinha estrada; Diz que era tudo mato; Isso aqui era uma alagação pura, só vargem; Carro de boi, [...] era só carro de boi; Mais ou menos setenta, setenta e cinco é que eles dragaram o rio; Daí começaram a botá aterro na estrada e tal, daí surgiu essa estrada; Eu ajudei a fazer tudo; Toda semana tinha um que trabalhava; A Rua Velha, lá São Marcos, lá é bem mais antigo;	IC 1 – A parte plana das comunidades era de difícil acesso e intransitável sem animais de tração. IC 2 – O único local transitável das comunidades era a Rua Velha, em SMC, e somente na década de 1970, com a dragagem do rio, é que foi possível construir as estradas.	A região era de difícil acesso.
As casas antigas [1940 e 1941] são das famílias de alemães; Eram as casas dos ricos do lugar; Os engenhos de farinha são do pessoal mais açoriano;	Os alemães eram os mais ricos e tinham as melhores casas, os engenhos pertenciam aos açorianos.	Os alemães eram os ricos.
A única família que tinha de preto aqui [...] se chamava Mateus; Tinha negros também, tudo mulher; O pai do meu pai veio da Alemanha e aí veio morar aqui, bem no alto; Os alemães vinham de [município] Antônio Carlos; Minha avó era alemã; Tinha até umas aí que diziam que eram filhas de índio; Os açorianos e alemães vieram pra cá; Teve, assim, aqueles açorianozinho nato mesmo que nasceram aqui, os pais já eram, os avós já eram, são esses que ainda hoje tem.	IC 1 – Antes de chegarem os primeiros povoadores os índios já habitavam a região. IC 2 – As comunidades foram povoadas principalmente por alemães e açorianos e por um menor grupo de negros.	Açorianos e alemães foram os principais povoadores
Discurso do Sujeito Coletivo - DSC		
A terra era devoluta, boa para a agricultura e oferecia muita madeira. Os moradores mais antigos nasceram e se criaram no morro, depois (anos) foram viver na parte plana. As pessoas nasceram com parteiras e viveram sempre ali. A parte plana das comunidades era de difícil acesso e intransitável sem animais de tração, sendo a Rua Velha, em SMC, o único caminho transitável nas comunidades. Somente na década de 1970, com a dragagem do rio, é que foi possível construir as outras estradas. Os alemães eram os mais ricos e tinham as melhores casas e os engenhos pertenciam aos açorianos. As comunidades foram povoadas principalmente por alemães e açorianos e por um menor grupo de negros.		

Quadro 3- Origens Culturais, Processo de Povoamento e Formação das Comunidades.

Fonte: O autor - entrevistas/observações de campo.

Qualquer estudo que tome como fundamento a categoria de formação socioespacial, segundo Milton Santos (1997a), terá que iniciar tratando de analisar a gênese desta formação e definindo o processo histórico responsável por sua forma atual, ou seja, a *materialidade concreta expressa no espaço*.

As terras da região não tinham proprietários e era propícia à agricultura, além de oferecer madeira em grande quantidade e com ótima qualidade em suas matas. Em conversas informais que mantive com o morador mais antigo de SMT (descendente de alemães e nascido em SMT, em 1909) ele mencionou algumas vezes que, quando era jovem, encontrava muita madeira de lei nas matas das comunidades, como jacarandá, peroba, canela de várias espécies, entre outras.

As ECH do quadro acima apontam alguns indícios quanto à origem dos primeiros moradores das comunidades, que contou com maior participação de grupos açoritas, seguida pelos emigrantes alemães e, em menor número, um pequeno grupo de negros. Quando os entrevistados se referem aos primeiros moradores dizendo que “eles saltaram em São Miguel” e “vieram por intermédio do rio” não especificam a nacionalidade dessas pessoas, um outro entrevistado afirma que “os açorianos e os alemães vieram pra cá” [SMT], mas não sabe precisar quem chegou primeiro. No entanto, é possível inferir que os açorianos foram os primeiros a chegar.

Segundo o histórico fornecido pela Biblioteca Pública de Biguaçu⁴⁹, os primeiros moradores do município vieram da ilha lusitana de Açores, desembarcaram em São Miguel da Terra Firme e seguiram o curso do rio Biguaçu em direção ao interior. De acordo com a mesma fonte, em 1816 chegaram os primeiros moradores a Três Riachos, sendo seus povoadores Manoel Couto e Narciso Pereira, ambos açorianos, que vieram para a região com seus escravos. Alguns entrevistados dizem nunca ter ouvido falar na existência de escravos na região, mas outros afirmam peremptoriamente: “aqui [SMC] existiu escravo, existiu [...]. O meu sogro, ele dizia que ali, virando pra Canudos, ali naquele canto do Ferreira, ali tinha um [homem] antigo que tinha negro escravo”.

Os alemães chegaram logo em seguida, como sugerem algumas passagens nos discursos dos entrevistados e que indicam descendência germânica deles, como esta: “o pai do meu pai era da Alemanha, veio da Alemanha e aí veio morar aqui, aqui bem no alto, que se chama Cabeceira de Três Riachos”. Considerando que os negros que os antecederam foram

⁴⁹ BIBLIOTECA. **Biguaçu/SC:** um histórico do município. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visulaizacao/dtbs/santacatarina/biguacu.pdf>. Acesso em 20 de abril de 2007.

levados à região na condição de escravos pelos açorianos, é possível afirmar que o segundo grupo povoador a chegar foram os alemães.

Os primeiros moradores fixaram-se nos morros que circundam as três comunidades, mais especificamente em SMC e SMT, pois “Cabeceira de Três Riachos” (algumas vezes também mencionada pelos moradores mais antigos como “sítio velho”) é como antigamente era chamada a parte alta no topo dos morros. Do outro lado desses morros, já no município de Antônio Carlos, fica a comunidade Rachadel, colonizada por alemães.

Mas os primeiros alemães a chegarem às comunidades são provenientes da Colônia de São Pedro de Alcântara⁵⁰, o primeiro do estado, e não do município limítrofe de Antônio Carlos como afirmam alguns moradores entrevistados⁵¹. É provável que essa confusão ocorra porque o atual município de Antônio Carlos, até 1930, era um distrito de Biguaçu, denominado Louro, e apenas em 1963 o distrito alcançou sua emancipação política e administrativa de Biguaçu.

Além desses primeiros emigrantes alemães, durante o período da segunda guerra mundial outros que fugiam da guerra refugiaram-se na região. Entre seus descendentes não há nenhum que fale a língua de seus antepassados, nem mesmo os mais velhos - filhos de alemães natos. Não é que eles a sabiam e acabaram olvidando-a, o fato é que nunca aprenderam porque não lhes foi ensinado.

A obliteração da língua ocorreu, talvez e principalmente, porque durante o período da segunda grande guerra foram obrigados a ocultar sua identidade germânica para evitar perseguições e represálias por parte do governo nacional advindas com a intensificação do conflito mundial.

Nesse período, segundo meus interlocutores nativos, as famílias germânicas foram forçadas a tomar algumas iniciativas ardilosas: evitavam falar na língua mãe em locais públicos, substituíam seus sobrenomes por outros comuns às famílias brasileiras, alteravam hábitos alimentares que ainda conseguiam preservar, entre outras iniciativas mimetizadoras que corroborassem sua pretensa ‘naturalidade brasileira’.

Essas famílias foram alheadas de suas raízes e identidades ao serem forçadas a se *desterritorializar* (no sentido de *desculturização*), pois, de acordo com Milton Santos (1993), cultura e territorialidade podem ser entendidos como sinônimos. Mas o mesmo processo que

⁵⁰ Os primeiros alemães a se instalarem na região, no ano de 1829, eram oriundos do núcleo de colonização alemã de São Pedro de Alcântara, o primeiro de Santa Catarina, e fundado pelo Governo Provincial Imperial (JOCHM, 1999).

⁵¹ Embora muitos casamentos entre homens de Três Riachos e mulheres de Antônio Carlos tenham ocorrido realmente, estes fatos são das últimas décadas do século passado e não do século XIX como encontramos na literatura local e no informativo da Biblioteca Pública do município.

desterritorializou essas pessoas levou-as a apropriação do espaço, concreta e abstratamente, promovendo uma *re-territorialização* das mesmas.

Quanto aos negros, curiosamente não há referências à presença de homens negros não-escravos, menciona-se somente a presença de mulheres, e a maneira como o fazem denota que eram muitas, mas outros são bastante taxativos ao afirmarem que havia apenas uma família de negros: a família Mateus.

Essa família era constituída por apenas duas senhoras e seus vários filhos, que vieram quase todos a falecer. A origem da família Mateus era desconhecida, segundo um dos entrevistados: “a descendência delas eu não sei como é que apareceu. Eram duas senhoras, tinha a Dona Maria e a Dona Eva, eram duas negras velhas que nunca se casaram, nunca soube que elas tivessem marido”. Onde estavam esses homens? Morreram? Foram embora? Nunca chegaram? Eram escravos?

Atualmente há uma presença maior de negros nas comunidades, tanto mulheres, como homens e crianças. Também há mestiços miscigenados com o encontro de homens brancos nativos com mulheres negras de comunidades e municípios próximos.

Os entrevistados mais jovens (com menos de cinquenta anos) não têm lembranças da presença de índios nas comunidades, já alguns moradores mais velhos nos levam a pensar que havia índios na região após a chegada dos primeiros moradores não-índios: “tinha umas aí que diziam que eram filhas de índio, mas também nunca vi a família, só disseram que aquela mulher era”. Sabe-se que a região onde hoje estão localizadas as comunidades SMT, SMC e CAN era habitada pelos Índios Guaranis M’byas, ainda presentes na região. Em nenhum momento durante as pesquisas de campo eu ouvi relatos referentes a enfrentamentos violentos entre índios e não-índios ou qualquer relação hostil entre estes dois grupos humanos.

Além dos açorianos, negros e alemães dentre os primeiros povoadores, também é feita referência a um único espanhol, ele morava no local onde hoje é chamado de Espanha. De acordo com os entrevistados, esse homem chegou sozinho, sem família, e ninguém sabia muito a seu respeito.

Ele morou alguns anos na comunidade, nunca se casou (pelo menos não na comunidade), teve uma olaria ali e depois partiu. Portanto, a presença espanhola nas comunidades limitou-se a esse único indivíduo que acabou partindo sem deixar descendentes, mas, no entanto, acabou dando origem ao nome da localidade onde morou - Espanha. Ninguém sabe dizer para onde se mudou ou qual o motivo de sua partida.

Os açorianos foram os responsáveis pela implantação dos engenhos, alguns em funcionamento ainda hoje, mas em número significativamente menor. Os relatos indicam que

as famílias alemãs eram as que gozavam de melhor condição financeira, uma vez que as suas casas, ao contrário das dos açorianos, eram de alvenaria e construídas com esmero e requintes nos detalhes, “eram as casas dos ricos do lugar”. Em SMC há dois exemplares dessas casas, ambas possuem o mesmo estilo arquitetônico e foram construídas na década de 1940, conforme indicado no frontispício das mesmas.

Uma das casas, a mais nova – construída em 1944 (fotografias 3 e 4) - se encontra na parte plana (ou baixa) da comunidade, atualmente ela pertence a um morador da região metropolitana da grande Florianópolis, que a mantém como segunda residência, utilizando-a nos fins de semana e nos períodos de férias. Essa propriedade está em ótimo estado de conservação, recebeu pintura nova recentemente, possui amplo jardim com lago artificial e área de lazer com churrasqueira ao lado de um pequeno riacho.

A outra casa, a mais antiga – construída em 1941 (fotografias 5 e 6) - fica num local de difícil acesso na parte alta (nos morros) de SMC e desde 2007 ela está desabitada. Seus ex-moradores decidiram morar na parte plana, onde possuem outro imóvel (na Estrada Geral de SMC) que construíram recentemente. À construção original foi adicionado um novo cômodo construído em madeira para abrir uma segunda e ampla cozinha. Ao contrário da outra casa, esta demanda melhorias em sua estrutura original danificada pela ação do tempo e pela falta de manutenção, como nova pintura, consertos de marcenaria nos beirais e aberturas, melhorias no jardim, entre outros.

A rua que leva à casa é de terra e bastante íngreme, ela é usada apenas pelos agricultores com seus carros-de-boi e cavalos na lida cotidiana da sua atividade, ou por motoqueiros trilheiros que todos os fins-de-semana procuram a região para praticar esse esporte. A rua termina na casa (aliás, a única construção da rua), tem a mata e as plantações de mandioca e milho de um lado e, do outro, barrancos escarpados durante quase todo o percurso.

Essas duas casas possuem forte representatividade étnica e histórica, grande apelo estético, além da linda paisagem bucólica encontrada na casa mais antiga, essas características representam um importante potencial para servir a fins turísticos. No caso da comunidade decidir pelo desenvolvimento de atividades turísticas a casa (de 1941) poderá servir como meio de hospedagem, como museu, como restaurante e local para servir o tradicional café colonial, ou, até mesmo, ela possa vir a desempenhar todas essas funções simultaneamente. A família proprietária já demonstrou interesse pela possibilidade de uso do imóvel para fins turísticos.

No início as pessoas moravam nos morros, onde nasceram (com parteiras) e se criaram, porque a parte plana era alagada e com terreno pantanoso, tornando-a intransitável sem o auxílio de animais de tração. Além disso, havia uma única rua, ela era chamada de Rua Velha, atualmente é a Estrada Geral de SMC (alguns moradores ainda a chamam de Rua Velha).

Deslocar-se quase sempre exigia o uso de carros de boi ou de cavalos, pois nem com carroça era possível vencer as dificuldades impostas pelo terreno em alguns pontos, como, por exemplo, onde atualmente é a comunidade de CAN que outrora foi o local onde oferecia maiores dificuldades de acesso.

Mas a partir da década de 1970, com as obras da prefeitura municipal que drenaram as águas dos rios, o terreno secou e passou a permitir sua ocupação. Com isso os moradores construíram suas casas na parte plana e para lá se mudaram, porque morar nos morros era muito difícil e distante (a exemplo do que ocorreu atualmente com a família que residia na casa que apresentamos anteriormente).



Fotografia 3 – Casa construída em 1941 / SMC.

Fonte: Grupo de pesquisa Turismo: Espaço e Sociedade - TES (2007).



Fotografia 4 – Detalhe: frontispício da casa construída em 1941 / SMC.

Fonte: Grupo de pesquisa Turismo: Espaço e Sociedade - TES (2007).



Fotografia 5 – Casa construída em 1941 / SMC.

Fonte: Grupo de pesquisa Turismo: Espaço e Sociedade - TES (2007).



Fotografia 6 – Fachada da casa construída em 1941 / SMC.

Fonte: Grupo de pesquisa 'Turismo: Espaço e Sociedade – TES' (2007).

ORIGEM DOS TOPÔNIMOS LOCAIS		
ECH	IC	AC
Tem três rios e no final se encontra tudo; Tem três riozinhos pequenos, que chama riacho;	Três riachos passam pelas comunidades antes de se juntarem para formar um único rio.	Senso comum e histórico de vida dos entrevistados.
Aqui [SMT] tinha o nome de Espanha Central; Passou a ser chamado de São Mateus a partir da construção da igreja; Quando foi inaugurada, era no mês de setembro, dia vinte e um, é dia de São Mateus; São Marcos é por causa do santo; Não era chamado de São Marcos, era só Rua Velha; O povo conhecia como Morro das Laranjeiras; Daqui até Biguaçu era, durante muito mais que cinquenta anos, uma região que só produzia laranja; Aqui era o grande produtor de laranjas;	IC 1 – As comunidades SMC e SMT receberam esses nomes após a inauguração de suas igrejas. IC 2 – Durante muitas décadas a região foi uma grande produtora de laranjas, por isso era chamada de Morro das Laranjeiras.	
É uma rua muito estreita e comprida, igual um canudo;	CAN é porque a estrada geral da comunidade é estreita e comprida como um canudo.	
Espanha porque a primeira pessoa que foi morando é um da Espanha; Se instalou ali se dizendo ser da Espanha, [...] daí ficou o nome de Espanha;	Espanha porque o primeiro morador do local foi um espanhol.	
Era meio um buraco, então as pessoa chamava Grota Funda; É porque tinha uma grota muito funda ali; Em muitas circunstâncias nem carro de boi passava;	Um acidente geográfico (uma grota) que tornava o local praticamente intransitável deu origem ao nome Grota Funda.	
Discurso do Sujeito Coletivo - DSC		
Três riachos passam pelas comunidades antes de se juntarem para formar um único rio. As comunidades SMC e SMT receberam esses nomes após a inauguração de suas igrejas que levam o nome de seus santos padroeiros. CAN se chama assim porque a estrada geral da comunidade é estreita e comprida como um canudo e Espanha porque o primeiro morador do local foi um espanhol. Um acidente geográfico (uma grota) que tornava o local praticamente intransitável deu origem ao nome Grota Funda. Durante muitas décadas a região foi uma grande produtora de laranjas, por isso era chamada de Morro das Laranjeiras.		

Quadro 4 – Origem dos Topônimos Locais.

Fonte: O autor - entrevistas/trabalho de campo.

Três Riachos tem esse nome por causa de três pequenos riachos que cruzam as comunidades e em determinado ponto (não nas comunidades) se conectam para formar um único rio. As comunidades SMC e SMT receberam estes nomes após a inauguração de suas igrejas, no dia dos santos católicos homônimos.

Mas em SMT houve polêmica quando decidiram chamá-la assim porque, como vimos anteriormente, tinha uma família de negros com sobrenome Mateus que morava na comunidade, por isso alguns moradores não queriam que a comunidade tivesse o mesmo nome dessa família porque eram negros, segundo um entrevistado: “houve uma polemicasinha, tinha alguém que não queria aceitar São Mateus não, [...] segundo as más línguas, como se diz né, tinha uns pretos aqui que tinha o sobrenome de Mateus”.

Apesar de a comunidade SMC ser a mais antiga dentre as três, a sua igreja foi inaugurada apenas em 1974, dezesseis anos após SMT inaugurar a sua em 1958. A construção da igreja de SMT contou com a ajuda, em forma de mutirão, dos moradores de SMC e de CAN (que também ainda não tinha igreja nessa época). Até a inauguração da igreja de SMT, a mais próxima e que os moradores freqüentavam era a da comunidade da Limeira. Alguns moradores de SMT atribuem o fato de sua igreja ter sido inaugurada antes do que a de SMC à maior concentração de moradores naquela comunidade, outros alegam que se deve ao fato da comunidade ser mais unida e socialmente organizada do que as de SMC e CAN.

Antes de se chamar SMC a comunidade recebia o nome de ‘rua velha’, porque foi a primeira e, até meados da década de 1970, era a única rua das comunidades. A parte plana das comunidades, como vimos anteriormente, era alagada até essa data, quando houve a dragagem do rio, permitindo a construção das outras estradas e das casas. Mas SMC também era conhecida por ‘Morro das Laranjeiras’ (inclusive o nome da escola da comunidade é Escola Isolada Morro da Laranjeira, no singular) porque, segundo um morador entrevistado, a comunidade “era o grande produtor de laranjas”.

Havia uma provocação jocosa entre os moradores das comunidades SMT e SMC. Os moradores de SMT chamavam os de SMC de “os torrão de açúcar”, porque nela havia muitos engenhos que produziam açúcar, mais do que em SMT e CAN juntas. Por sua vez, os moradores de SMC chamavam os de SMT de os da “rua do fogo”, porque lá moravam os irmãos da família Barbosa (que tinham uma venda de secos e molhados - mercearia) e que “não levavam desaforo pra casa”, os da família Barbosa ‘eram fogo’.

Quanto a CAN, ela recebeu esse nome porque a estrada geral da comunidade “é uma rua muito estreita e comprida, igual um canudo”. Mas CAN deveria, a princípio, chamar-se São Lucas, pois o que se pretendia inicialmente era que as três comunidades, mais a da Encruzilhada, recebessem os nomes dos quatro evangelistas: São Mateus, São Marcos, São João para a comunidade Encruzilhada e São Lucas para CAN.

Além de CAN, alguns moradores atualmente a chamam também de São Cristóvão - o santo padroeiro dos caminhoneiros. Motivo: um morador da comunidade é caminhoneiro e fez uma promessa comprometendo-se doar uma imagem de São Cristóvão para a capela quando ela fosse inaugurada, e assim procedeu. A antiga capela de madeira foi substituída pela atual igreja, mas a imagem de São Cristóvão permanece lá.

A localidade Espanha recebeu esse nome após a chegada de um espanhol às comunidades. Ele morava onde hoje é a estrada que liga as comunidades SMC e SMT, além

de ser o início da Estrada Geral de CAN. O nome Espanha se estendeu até SMT, que antes da inauguração da igreja foi chamada de Espanha Central ⁵², ou simplesmente Espanha.

Quando perguntados sobre a origem do topônimo Espanha Central os moradores locais inquiridos reagiam como se nunca houvessem pensado a respeito limitando-se a responder “não sei”; poucos se arriscavam, após longa lucubração, esboçando uma resposta mais esclarecedora; um ou outro arriscou com mais determinação: “é porque fica no centro entre a Grota Funda e a Espanha”. Podemos inferir, portanto, que a comunidade de SMT era chamada de Espanha Central por que está a meio caminho, ou ‘no centro’, entre a Espanha e a Grota Funda.

A localidade Grota Funda fica na estrada que liga SMT a SMC, num ponto equidistante entre uma e outra. Esse ponto da estrada, antes de sua construção quando o local ainda era alagado, tinha realmente uma ‘grota funda’ (grande depressão abrupta no terreno) que tornava o caminho quase intransponível, vamos *ouvir* um morador local entrevistado a respeito disso: “onde é a grota funda, olha, pra ti passar a pé tinha que te agarrar nas árvores, porque se fosse pelo meio não passava, tinha ‘até aqui’ (indica a altura da cintura de um homem adulto) de pantano⁵³. Não dá pra acreditar o que isso aí já foi”. A Grota Funda é apenas esse ponto da estrada e serve como referência para indicar localização: “Grota Funda, no caso, é só aquilo mesmo, só onde tem a grota mesmo, [...] da grota funda pra cá é Espanha [SMT], e da grota funda pra lá é São Marcos”.

Falando dessa maneira pode parecer que a Grota Funda é um local com poucos predicados e até mesmo hostil; mas não nos deixemos enganar por essa primeira impressão precipitada. Atualmente, dentre as cinco estradas principais da comunidade (SMC, SMT, CAN, Grota Funda, Espanha) ela é a mais agradável de percorrer e a que oferece as melhores paisagens ao longo do seu percurso. Ela é elevada em relação o nível das outras quatro, proporcionando belas paisagens panorâmicas de quase toda o território das comunidades.

⁵²Alguns moradores, principalmente os mais velhos, ainda chamam a comunidade SMT de Espanha Central.

⁵³É *pantano*, assim mesmo, sem acento e com a penúltima sílaba forte, e não *pântano*, corretamente acentuado, mas têm o mesmo significado.

TRABALHO E RENDA		
ECH	IC	AC
<p>A gente sempre viveu para o trabalho; Nosso trabalho era de segunda a sábado, não havia muito como ser diferente; O trabalho era mais importante; Ficô maiorzinha já era pra cuidar dos irmãos e ia pra roça toda vida; Comecei a ir para a roça desde os sete anos;</p>	<p>O trabalho era o aspecto mais importante e desde criança trabalhava-se na roça.</p>	<p>O trabalho era o mais importante</p>
<p>Plantava banana; Plantava cana, plantava milho, plantava feijão, mandioca; Tinha muitos cafezeiros; Eu torrava muito café pra vender, [...] lá pra São Miguel; Daqui até Biguaçu durante muito mais que cinqüenta anos, uma região que só produzia laranja; Já plantava pensando em sobrar um saco ou dois pra fazer um dinheiro; O meu filho fabricô muita lingüiça pra vendê, até pouco tempo ele fazia; Matava porco, matava boi, vendia assim pro pessoal; Farinha a gente fazia todo inverno e vendia em Biguaçu; Vendia polvilho pra comprá as coisinha da casa; Aqui era muito forte os engenhos; Eu ia lá pra Brusque buscar roupa pra vender; Ia pra Blumenau comprar roupa [para revender]; Naquela época o colono passava o ano todo praticamente sem dinheiro nenhum no bolso, o colono fraco, porque quando fazia uma farinhazinha, um pouquinho de açúcar, vinha trazer na venda pra vender pro comerciante já tava devendo na venda; Vinha de Biguaçu, Florianópolis, tinha um pessoal aqui, os mais folgado, que tinha comércio forte, daí toda semana eles iam uma vez por semana no centro, no mercado [público]; Era uma vida bem puxada aqui;</p>	<p>IC 1 – A agricultura e os engenhos eram os principais meios de subsistência.</p> <p>IC 2 – Para complementar a renda criava-se gado e porco para vender a carne e revendia-se roupa comprada em Brusque e Blumenau.</p> <p>IC 3 – Os moradores que gozavam de uma condição financeira melhor tinham comércio.</p> <p>IC 4 – A maior parte dos agricultores não usava dinheiro e praticava o escambo.</p>	<p>A agricultura era a principal atividade.</p>
<p>Na lavoura de primeiro tinha preço, hoje [...] não vale nada; Agricultura não dá; Tem que ir daqui pra fora; Não tá bom não; Falta de trabalho; Dos filhos do meu pai, sete, só eu que fiquei aqui. A juventude sai tudo; O emprego está na cidade; Arrumar emprego não dá; Hoje a mulherada vão lá pro centro fazer faxina; Faz uma faxina, fazem em Biguaçu [...] fazem em Barreiros;</p>	<p>IC 1 – Hoje em dia não é possível viver só da agricultura e a comunidade não oferece outras opções de emprego.</p> <p>IC 2 – As mulheres têm que trabalhar de faxineiras no centro e os jovens vão embora para outras cidades para trabalhar.</p>	<p>Não é possível viver só da agricultura e a comunidade não oferece outras opções de emprego.</p>
Discurso do Sujeito Coletivo - DSC		
<p>O trabalho era o aspecto mais importante e desde criança trabalhava-se na roça. A agricultura e os engenhos eram os principais meios de subsistência. Para complementar a renda criava-se gado e porco para vender a carne e para o consumo da família, as mulheres revendiam roupa. Os moradores que gozavam de uma condição financeira melhor tinham comércio. A maior parte dos agricultores não usava dinheiro e praticava o escambo. Hoje em dia não é possível viver da agricultura e a comunidade não oferece outras opções de emprego, por isso as mulheres têm que trabalhar de faxineiras no centro e os jovens vão embora para outras cidades para trabalhar.</p>		

Quadro 5 – Trabalho e Renda.

Fonte: O autor - entrevistas/trabalho de campo.

A cultura, ou mais concretamente, os bens culturais que caracterizam cada grupo humano, tem muito a ver com as formas com que esse grupo enfrenta o seu entorno natural, modificado segundo a maneira como os indivíduos intervêm nele. Essa dinâmica é uma constante na história humana. Em outras palavras, podemos dizer que a necessidade (ou o trabalho) também gera cultura. Destarte, devem ser levadas em conta as relações que os indivíduos estabelecem com o seu meio, onde cultura, natureza e trabalho formam um trinômio inexoravelmente imbricado.

O trabalho na agricultura ocupava a maior parte do tempo dos moradores e exigia a participação de todos da família, inclusive das crianças, sobrando pouco tempo para o lazer. Assim como a agricultura, os engenhos também exigem grande dedicação e era a atividade marcante das comunidades.

Há algumas décadas os engenhos eram numerosos nas três comunidades e via-os por todos os lados, pois praticamente todas as famílias tinham o seu próprio engenho, sobretudo em SMT e SMC. Em SMC os engenhos de açúcar sobrepujavam, quantitativamente, os de SMT, cujos moradores passaram a chamar os da outra comunidade pelo apodo de “os torrão de açúcar”, em virtude do volume da produção e do grande número dos seus engenhos.

Atualmente não existem mais engenhos de serra e nem de açúcar funcionando nas comunidades, entretanto, alguns engenhos de farinha ainda estão em atividade⁵⁴, embora com uma produção menos expressiva que as de outrora. Esses engenhos normalmente produzem somente uma vez por semana ou, no máximo, duas vezes por mês, mas recentemente vêm enfrentando algumas dificuldades legais e sanitárias para vender sua produção, pois, segundo alguns órgãos oficiais competentes, estes engenhos não estariam atendendo às normas impostas referentes à qualidade do processo de produção.

Com a diminuição da demanda e o conseqüente enfraquecimento econômico dessa atividade, o que acabou levando-a a decadência e quase ao seu total solapamento, atualmente restam poucos engenhos ainda produtivos que não feneceram (até quando resistirão?), sobretudo em SMT, os quais todos produzem somente farinha. A imagem 9 mostra a localização dos engenhos nas comunidades, tantos os que permanecem em atividade como os que atualmente estão desativados, porém ainda montados.

É importante ressaltar que em conversas informais durante os trabalhos de campo para realizar esta pesquisa, foi possível identificar pelo menos dois moradores nativos e

⁵⁴ Por exemplo: engenho do Seo Dê (Geraldino) em SMT (movido a eletricidade), do Seo Atilano em SMT (movido a eletricidade) e do Seo Maurino também em SMT (movido a eletricidade), e um em SMC (movido a eletricidade e a água).

proprietários de engenho que não estão produzindo há muito tempo, mas que demonstraram grande interesse em reativá-los, inclusive com fins turísticos.

Um destes engenhos (de farinha) fica em CAN. O proprietário é o Sr. Pedro Paulo, o outro fica logo no início, ou na ‘entrada’ das três comunidades, em frente à igreja presbiteriana, esse pertence ao Sr. Miguel Andrade e sua família. Este último era um dos engenhos mais produtivos da região, produzia farinha, açúcar e também era engenho de serra e, assim como o primeiro, também era movido à roda d’água.

Outras famílias eram proprietárias de vendas, mercearias ou armazéns de secos e molhados que vendiam de tudo: produtos alimentícios como carne e peixe secos, lingüiça, açúcar ‘grosso’ (ou mascavo), querosene (para iluminação), ferramentas, ração para animais, entre outros, além de funcionarem também como bar. As famílias locais vendiam sua produção para esses comerciantes, mas era comum não receberem dinheiro em troca de seus produtos por que já deviam a compra dos outros itens que necessitavam para subsistir.

O escambo era comum nas comunidades, segundo um dos entrevistados, cuja família era proprietária de uma dessas *vendas*: “naquela época o colono passava o ano todo praticamente sem dinheiro nenhum no bolso, o colono fraco, porque quando fazia uma farinhazinha, um pouquinho de açúcar, vinha trazer na venda pra vender pro comerciante, mas já tava devendo na venda”.

Os proprietários desses empreendimentos, que eram as famílias “mais fortes” financeiramente exerciam, concomitantemente, os papéis de compradores e fornecedores, trocando no mercado público de Florianópolis os produtos comprados dos agricultores por outros que as comunidades necessitavam e não produziam.

Para complementar a renda familiar algumas famílias criavam galinhas, porcos e gado (para vender e para o consumo próprio), vendiam pó de café torrado nas comunidades e no centro de Biguaçu, algumas mulheres também revendiam roupas compradas nas fábricas ou em grandes lojas das cidades de Blumenau e Brusque.

Atualmente o comércio local em SMT e SMC é constituído, sobretudo, por bares e mercearias (ou ‘vendas de secos e molhados’, como outrora eram chamados pelos nativos). Em CAN não há comércio algum e o mais próximo a comunidade é um bar/mercearia localizado na confluência da Espanha com o início da Estrada Geral de SMT.

Os bares/mercearias de hoje são ainda mais diversificados e continuam vendendo uma miríade de itens: alimentos enlatados prontos para o consumo, doces, bolachas, biscoitos, pão, bebidas, feijão, arroz, charque, embutidos, produtos de limpeza, produtos de higiene pessoal,

material escolar, ferramentas, material hidráulico, calçados, brinquedos, ração para animais, gaiolas, *tripa seca de boi* para fazer lingüiça, ente outros produtos.

Invariavelmente, são os membros da própria família os que administram e trabalham nestes estabelecimentos, cuja finalidade (bar ou bar/mercearia) acaba definindo qual(s) o(s) membro(s) da família que neles irão trabalhar. Quando são apenas bar costumam ficar sob a responsabilidade dos homens (maridos e pais de família); nesse caso as esposas são responsáveis pelos afazeres domésticos e pelos cuidados dispensados aos filhos.

No caso dos bares/mercearias há também, além da presença masculina/patriarcal, a participação ativa (às vezes principal) das esposas e dos filhos (meninos ou meninas); nestas famílias os homens (maridos/pais de família) costumam trabalhar na lavoura (em terras próprias) a maior parte do tempo e dedicam-se ao comércio familiar esporadicamente.

Atualmente funcionam também como locais de recebimento de correspondências. Funcionários da agência dos Correios da Limeira (uma comunidade próxima das de SMT, SMC e CAN) as entregam nesses comércios⁵⁵ para que seus proprietários façam a distribuição aos destinatários. Para isso o proprietário do estabelecimento comunica a um conhecido, parente ou vizinho do interessado que há correspondência endereçada a ele, ou lhe entrega pessoalmente quando o destinatário aparecer.

Estes estabelecimentos comerciais costumam ser contíguos à residência do proprietário ou ocupar o mesmo terreno da sua casa. Em alguns casos ambos chegam mesmo a confundir-se devido à tamanha união das construções e à conectividade entre um e outro, essa conexão geralmente ocorre pela cozinha. Alguns desses comércios estão instalados na casa onde a família morou outrora, nos primeiros anos de formação das comunidades; outros foram construídos há muitas décadas especificamente para esse fim.

A venda no sistema ‘fiado’ (quando o valor das compras é anotado em ‘cadernetas’ e incluído ‘na conta’ do cliente, que realiza o pagamento do débito, geralmente, uma vez por mês) é usualmente praticado, apesar de haver alguma inadimplência. Como nesses casos não é possível ao comerciante denunciar ou incluir seu cliente devedor em uma agência oficial de proteção ao crédito, outras maneiras são utilizadas para puni-lo.

No bar do Seo Laércio, por exemplo, as dívidas (ou ‘contas’) mais antigas e consideradas pelo proprietário como ‘perdidas’ são afixadas e expostas em cima do balcão de atendimento com o nome do devedor, a data e o valor da compra, além de expressões

⁵⁵ Em SMC no bar/mercearia do Caíca e, em SMT, no bar/mercearia do Alvino.

pitorescas que adjetivam o(a) titular da conta, tais como: Muito cara de pau! Desapareceu! Velhaco! Algumas vezes uma caricatura do(a) inadimplente é anexada.

Além dos bares e mercearias, em SMC há uma pequena oficina (do Seo Moisés) de consertos em geral em bicicletas, carroças, máquinas, tratores, etc; e, em duas residências, ambas em SMT, há uma pequena produção caseira de pães, biscoitos, roscas, entre outros⁵⁶.

A proprietária de uma delas produz num local atrás de sua casa (devidamente autorizada pelos órgãos competentes) com a ajuda de uma auxiliar nas segundas, terças e quartas-feiras, e nas quintas-feiras ela vende sua produção. Alguns ingredientes, como bata-doce, mandioca e milho verde, são plantados pelo seu marido na propriedade da família. Seus clientes são as mercearias das comunidades, entretanto, no mesmo local onde produz, ela também vende seus produtos aos vizinhos. A outra senhora que produz esses itens (igualmente em sua residência) destina toda sua produção às feiras de produtos coloniais em Florianópolis e região.

A agricultura familiar, característica marcante dessas comunidades, já não representa mais a principal fonte de renda dos moradores locais. De acordo com um entrevistado: “na lavoura de primeiro tinha preço, hoje [...] não vale nada”. Apesar da agricultura não ser mais rentável para muitos, as comunidades não oferecem outras opções de emprego.

Atualmente, às mulheres e aos jovens principalmente, não resta alternativa se não trabalhar nas cidades vizinhas ou no centro. A fala de uma mãe a respeito de seu filho que foi trabalhar e morar na cidade representa bem essa condição: “ele ia ficá aqui plantando na terra dos outros pra ficá igual ao pai [...], só ganha pra comê, [...] então ele tem que saí pra fazê o lado dele”.

As mulheres trabalham ou no bar/mercearia de propriedade da família ou, o que atualmente está se tornando muito comum, como faxineiras nas casas do perímetro urbano de Biguaçu e em municípios vizinhos, como São José, Palhoça e Florianópolis. Os homens adultos passaram a exercer atividades tipicamente urbanas, como a de motorista e cobradores de ônibus, operários da construção civil, açougueiros, atendentes em supermercados ou outros empreendimentos privados no meio urbano.

Esses adultos, homens e mulheres, apesar de trabalharem na área urbana, praticamente todos permanecem residindo nas comunidades, o mesmo não ocorre com os jovens, que acabam morando definitivamente na área urbana e retornando às comunidades para visitar a

⁵⁶ Os itens produzidos são: bolachas de amendoim, de côco, de fubá e de nata; casadinho; olhinho; orelha de gato; cuca de farofa; rosquinha santa fé; pão de milho, de milho verde, de milho com côco, de polvilho, de aipim, pão de trança (doce); rocambole; docinho do céu e nega maluca.

família apenas nos finais de semana ou em datas especiais, como feriados prolongados, casamentos, festas locais, entre outras.

No entanto, apesar das condições desfavoráveis que enfrentam, algumas famílias de SMT, SMC e CAN permanecem trabalhando na agricultura. Esses agricultores geralmente vendem sua produção ao centro de distribuição de frutas e hortaliças na capital (CEASA) ou em feiras de produtos hortifrutigranjeiros no centro e em cidades próximas, sendo comum o cultivo de banana, batata doce⁵⁷, pepino, beterraba e cenoura.

Algumas famílias criam vacas leiteiras. O leite é basicamente para o consumo da família, mas quando há algum excedente vende-se aos vizinhos. Em SMT há uma criação de búfalos, porém o seu proprietário não reside nas comunidades. Há famílias que mantêm o hábito de criar gado para o próprio consumo apesar de ser uma atividade considerada ilegal, já que não passa por inspeção ou vigilância do órgão oficialmente responsável. Algumas criam o animal sozinhas e após o abate vendem uma parte da carne aos moradores locais; outras, arcam com a responsabilidade de criar o animal, mas dividem os custos com medicamentos e alimentação com outras famílias, as quais dividem o resultado da produção.

De acordo com os dados do IBGE referente à produção agrícola municipal em 2006, o município de Biguaçu conta com 107 estabelecimentos que mantêm lavoura permanente e cultivam principalmente banana (1.350 ton.), laranja (280 ton.), maracujá (225 ton.) e tangerina (55 ton.). Na lavoura temporária há 411 estabelecimentos envolvidos em todo o município, eles produzem abacaxi (24.000 frutos), arroz (7.000 ton.), batata doce (3.000 ton.), cana-de-açúcar (13.500 ton.), feijão em grão (11 ton.), mandioca (7.200 ton.), melancia (600 ton.), milho (720 ton.) e tomate (2225 ton.).

O total de pessoas ocupadas na agricultura e com laços de parentesco com o produtor é igual a 1.481 pessoas; e sem laços de parentesco com o produtor são 333 pessoas. É de fundamental importância o emprego de mão-de-obra familiar e local, pois contribui sobremaneira para amenizar o êxodo rural, sobretudo entre os mais jovens.

Os produtores utilizam largamente fertilizantes e defensivos agrícolas químicos. Além dos produtos que são destinados ao CEASA, nas comunidades também se planta mandioca para fazer farinha, feijão para o consumo próprio da família, milho e cana-de-açúcar para alimentar o gado e as aves. As culturas de banana e mandioca são desenvolvidas em terrenos acidentados e geralmente de difícil acesso, como nas encostas dos morros. Além dos produtos

⁵⁷ A batata doce também é chamada pelos moradores locais de 'batata de barço'. O 'barço' a que se referem os agricultores são as ramas ou folhas que ficam na superfície da terra, essas ramas se transformam em um subproduto importante utilizado para alimentar o gado e as aves de corte, como galinhas e perus.

supracitados, na comunidade de CAN há uma granja, uma produção de palmitos e uma propriedade que produz morangos orgânicos.

No caso rizicultura, bastante presente nas comunidades, a produção é vendida principalmente a duas grandes empresas locais. Esses produtores arrendam as terras de outros moradores para plantar, utilizam máquinas e tratores de terceiros e armazenam a produção em armazéns que também pertencem a terceiros. O pagamento dos envolvidos nessa cadeia de produção ocorre com parte da própria colheita, que posteriormente é vendida. Com exceção do plantio do arroz, todo o trabalho agrícola é realizado manualmente com o auxílio de tobatas, mas, sobretudo, com carros de boi.

A produção de carvão ocorre na comunidade desde a chegada dos primeiros moradores à região, atualmente ele é feito com os eucaliptos que não servem para as madeiras. Mas o carvão é produzido, principalmente, com a lenha da mata derrubada nas encostas dos morros para abrir as clareiras a fim de preparar o terreno para as roças (ou malhas, como são chamadas pelos moradores) de aipim, banana e eucalipto.

Atraídos pelos altos lucros que proporciona, alguns agricultores passaram a plantar eucalipto para vender a madeiras locais, inclusive a de propriedade de um morador da comunidade. Pela alta rentabilidade que proporciona, mas também por consequência dos pífios lucros auferidos com a agricultura tradicional, o plantio do eucalipto tornou-se altamente atrativo para muitos pequenos agricultores familiares.

O eucalipto, além de impactar violentamente o meio ambiente prejudicando fauna e flora, danifica também a paisagem por ser uma espécie exótica (em quase todo o planeta, exceção feita à Austrália): “trata-se de um elemento estranho à paisagem e que não é do gosto da fauna local e, como tal, deve ser combatido” (LIMA, 1996).

Para Gonçalves (1987 *apud* LIMA, 1996. p 20):

“O eucalipto é contra os seres vivos, é contra a terra, é contra a água, é contra tudo e todos. É difícil compreender como este povo do campo aceita sossegado e tranqüilo que lhe conspurquem as melhores terras aráveis com o infernal glóbulo que ameaça tornar-nos num deserto”.

No caso das comunidades aqui estudadas não são “as melhores terras aráveis” que estão sendo utilizadas pelos agricultores para plantar o eucalipto, mas, ao contrário, freqüentemente são utilizadas as terras dos morros. Ainda que não justifique plenamente, é possível compreender que enfrentando dificuldades financeiras sérias com a agricultura tradicional esses pequenos agricultores cedam à tentação do lucro alto e fácil com a cultura

dessa espécie. Contudo, ainda assim, ela deve ser definitivamente evitada nas comunidades de SMT, SMC e CAN.

Embora a agricultura não seja mais a principal fonte de renda das famílias de SMT, SMC e de CAN, praticamente todas as residências têm, ao lado ou em frente das casas, pelo menos uma pequena horta com produtos para o consumo diário nas refeições, como cenoura, alface, repolho, beterraba, batata doce, ervas condimentares, entre outros. Outras famílias, essas em menor número, mantêm também uma pequena criação de aves para o consumo próprio, seja da carne ou apenas dos ovos, como galinhas, patos, gansos e perus.



Imagem 9 – Mapa virtual: localização dos engenhos de farinha nas comunidades SMT, SMC e CAN.
Fonte: Google Earth/O autor.

SOLUÇÕES DE ALIMENTAÇÃO		
ECH	IC	AC
<p>Criava porco, criava galinha; Em ocasião de festa matava um boi; Chegava o domingo, sempre era uma galinha ensopada, ou Natal um peru; A carne era só final de semana; Durante a semana era só carne seca e feijão; Minha mãe botava aqueles pedaços grande de carne no feijão, [...] desfiava, botava com ovo pra render mais; O pessoal só comia comida salgada, carne fresca era duas vezes por ano, [...] era na Páscoa e no Espírito Santo; Não tinha geladeira, [...] era feita carnicinha de sol; A mãe plantava sempre [arroz], tem que socar no pilão; Só final de semana que nós comprava um pouquinho de arroz; Muitas vezes não tinha arroz, fazia um pirão de água mesmo; Fazia a maioria do pão, rosca de polvilho, fazia bejú; Rosca de massa de farinha entalada; Vinha carro de peixe aqui, toda semana vinha; Quem podia um pouquinho mais fazia uma galinhazinha ensopada lá que tinha no terreiro; Carne no feijão pro dia de semana, e os domingo é galinha ensopada com feijão, [...] é o que acontecia; A gente vendia no armazém cação seco, corvina seca, peixe seco, fígado seco, charque de três, quatro qualidade; Alguns faziam lá na roça, lá fazia o fogo, lá assava, lá comiam;</p>	<p>IC 1 – Só se comia carne fresca duas vezes por ano, ou em ocasião de festa.</p> <p>IC 2 – Só alguns tinham condições de comer arroz e galinha no fim de semana [domingo].</p> <p>IC 3 – Durante a semana só comia carne seca, peixe, feijão e ovo.</p> <p>IC 4 – A carne e o peixe eram salgados porque não havia geladeira para preservá-los.</p> <p>IC 5 – Pão, rosca e bejú se faziam em casa.</p> <p>IC 6 – Quando estavam trabalhando na roça alimentavam-se lá mesmo.</p>	<p>A base da alimentação era carne seca, peixe seco, feijão e ovo.</p>
<p>No dia de Natal que se comia uma coisinha diferente; Fazia um bolinho na véspera no natal, tudo pro dia de natal; Eu gosto de prepará sempre uma lasanha; Uma galinha assada; Sempre no aniversário de alguém ou no natal, essas coisa mais especial; Na festa da comunidade é o frango assado. O churrasco e o frango assado; A galinha recheada da festa da igreja é bem antiga [...], já é tradição mesmo; Legumes, verduras, temperos, é tudo do meu quintal; Verdura era bastante; Sempre tem que ter uma verdurinha, [...] na nossa mesa sempre tem.</p>	<p>IC 1 – Em ocasiões especiais, como aniversário de alguém e Natal, se faz uma comida diferente.</p> <p>IC 2 – A galinha recheada servida na festa da igreja em SMT já é tradicional.</p> <p>IC 3 – Assim como antigamente, hoje também se consome verdura plantada em casa.</p>	
Discurso do Sujeito Coletivo - DSC		
<p>Só se comia carne fresca duas vezes por ano ou em ocasião de festa. Durante a semana só se comia carne seca (charque), peixe seco, feijão e ovo. Só alguns tinham condições de comer arroz, galinha e carne no fim de semana [domingo]. A carne e o peixe eram salgados porque não havia geladeira para preservá-los. Pão, rosca e bejú se faziam em casa. Quando estavam trabalhando na roça alimentavam-se lá mesmo. Em ocasiões especiais como aniversário de alguém e Natal se faz uma comida diferente. A galinha recheada servida na festa da igreja [SMT] já é tradicional. Assim como antigamente, hoje se consome verdura plantada em casa.</p>		

Quadro 6 – Soluções de Alimentação.

Fonte: O autor - entrevistas/trabalho de campo.

No tempo dos primeiros moradores o cardápio era bastante restrito. Só se comia carne fresca duas vezes por ano, no Natal e na Páscoa, ou em ocasiões especiais como casamentos. Algumas poucas famílias que gozavam de uma melhor situação financeira podiam comer carne também em alguns fins de semana. Esses poucos privilegiados eram os donos dos engenhos maiores e os proprietários dos armazéns de secos e molhados.

Os demais, durante a semana se alimentavam a base de carne seca, fígado seco, peixe seco, feijão e ovos. Mas ainda havia os mais pobres, aqueles que não podiam sequer comprar a carne seca, mas apenas o fígado ou o peixe seco que eram mais baratos. Até mesmo o arroz era limitado, alguns plantavam e outros tinham que comprar, mas nem sempre tinham condições de fazê-lo, então a solução era substituí-lo pelo pirão de água que é uma comida típica dos descendentes de açorianos do litoral catarinense.

As carnes eram desidratadas e mantidas salgadas porque não havia geladeira, pois naquele tempo não tinham acesso à energia elétrica nas comunidades. As mulheres faziam pães, rosca e bejú em casa. A galinha era mais fácil de obter, pois quase todos as criavam em casa, principalmente por causa dos ovos que eram consumidos diariamente. Mas chegar a comê-las, isso só em ocasiões especiais ou em alguns fins de semana. Nesses casos o prato do dia era galinha ensopada com feijão. O feijão, por sua vez, representava a base da alimentação de todas as famílias e era consumido diariamente. Todos tinham acesso a verduras e legumes, pois eram plantadas no quintal de casa.

Quando alguém matava um ‘boi na grama’, como era chamado o boi criado no pasto de casa, repartia-se com os que podiam comprar. Geralmente comprava-se $\frac{1}{4}$ do boi e os que gozavam de boa condição financeira “compravam uma metadinha” (palavras de um morador). Esse sistema ainda está ativo, claro que não com a importância de outrora, mas entre familiares ou vizinhos ainda funciona muito bem. Como podemos testemunhar em CAN durante as primeiras visitas do grupo de pesquisa TES às comunidades. Esta é uma prática proibida, por isso, quando ocorre, é às escondidas e feito da maneira mais rápida possível.

O prato mais tradicional das comunidades é a galinha recheada e assada no forno, presente nas festas de igreja desde há muito tempo e perdura até hoje. Os moradores mais antigos não tinham o hábito de consumir doces, encontrava-se nas mercearias, às vezes, alguma cocada por exemplo, esses doces eram feitos pelas esposas dos proprietários do próprio armazém. Quanto às bebidas, consumia-se principalmente a cachaça que era fabricada nos alambiques das comunidades, os mais antigos também mencionaram o consumo de cuba.

Quando estavam trabalhando na roça os colonos levavam seu farnel e assim não precisavam retornar para casa antes do dia do trabalho chegar ao fim. Esse farnel consistia em

“uma bola de pirão branco, bem dura, passava uma farinha por fora e botava dentro de um saco e ali no meio fazia um buraco e botava carne assada dentro, ou cação assado”. O café também era consumido e feito de uma maneira bastante peculiar, o café feito desta forma era chamado de ‘café de puta’: “coloca água e bota o pó junto, depois quando ferve aquele pó vem tudo pra cima, aí tu tira o pó e tá pronto, não precisa do coador. Aí eles faziam esse café na roça [...]. Aí com esse café quente, com essa bola de pirão e aquele cação eles passavam o dia na roça”.

Hoje em dia é diferente, o cardápio é mais variado e o acesso a comida mais democrático. Come-se carne quase todos os dias, o consumo de galinha também é comum (não apenas galinha caipira, mas também as de produção industrial vendidas congeladas nas mercearias locais), o arroz come-se à vontade e não falta mais na mesa das famílias mais pobres, permanece o hábito do consumo de feijão, e as mulheres costumam fazer doces caseiros como cucas, bolos e biscoitos, principalmente nos fins de semana. Em quase todas as casas há uma pequena horta com uma variedade de verduras e legumes, sendo comum o seu consumo diário.

Em ocasiões especiais como aniversários ou nos fins de semana quando os filhos, vindos da cidade onde passaram a semana inteira trabalhando e estudando, retornam para a casa dos pais, eles são recebidos com seus pratos prediletos: lasanha, galinha ensopada, empadão, rocambole de carne, além de bolos, cucas e outros doces. A comida é simples e substanciosa. Ao contrário de antigamente, quando todas as famílias faziam uma refeição à noite, hoje apenas algumas mantêm esse hábito. Muitas substituíram o jantar com uma refeição por um café com leite, pão, roscas, etc.

A alimentação faz parte do cotidiano das pessoas e está presente em diversos momentos: na reunião familiar para fazer as refeições; nas refeições solitárias e rápidas; no encontro com amigos; nas festas e ocasiões comemorativas e em tantos outros momentos. A gastronomia é elemento significativo na representação da identidade de uma comunidade. Assim, a cultura de uma sociedade também pode ser representada por seus hábitos alimentares, pelas variáveis na determinação da escolha de produtos culinários e pela relação existente entre a comida e a identidade cultural da sociedade na qual está inserida.

Desde as sociedades mais remotas a alimentação é parte integrante do ser social. O acesso a determinados alimentos e as quantidades alimentares ingeridas estão relacionados ao poder e à divisão de classes sociais. Os ingredientes e modos de preparo fazem parte de cada cultura, diferenciando os povos em relação aos seus hábitos alimentares, rituais, costumes e

etiquetas. O modo de preparo dos alimentos é também revelador dos gostos de classe, portanto, comer é também um modo de marcar sua vinculação a uma classe social particular.

Ao longo da história é possível observar que o desenvolvimento da humanidade está intimamente ligado à alimentação, deste modo o ato de cozinhar merece seu lugar como uma das grandes novidades revolucionárias da história não apenas pela maneira como transforma a comida - há muitas outras maneiras de fazê-lo - mas sim pelo modo como transformou a sociedade. Não é apenas uma forma de preparar o alimento, mas, também, uma maneira de organizar a sociedade em torno de refeições em conjunto.

A ligação entre alimentação e costumes sociais vem desde a Grécia e Roma antigas. Para os gregos, a gastronomia estava relacionada à religião. Já no “império romano surgem os primeiros cozinheiros especializados, os gastrônomos e os chefes de cozinha, os ‘coqus’. A Cozinha Romana era operada por homens, sendo proibida a entrada de mulheres” (KRAUSE, 1995). Desde a Idade Média os europeus já conheciam algumas técnicas de processar os alimentos sem o uso do fogo, por exemplo, colocava-se um pouco de sal sobre um pedaço de carne e o corte era “colocado sob a sela do cavaleiro para ser amaciado no suor do animal com o ritmo da cavalgada. (FERNANDEZ-ARMESTO, 2004, p. 127).

Este costume influenciou hábitos alimentares até os dias atuais, como o uso do charque ou carne de sol. As refeições também podem representar, ao longo da história, as relações de poder entre as diferentes classes sociais. Segundo Fernandez-Armesto (2004) na Idade Média as relações de poder mediam-se pelo tamanho da cinta, quanto maior mais poder a pessoa tinha, pois significava que tinha também acesso aos alimentos e, portanto, recursos financeiros.

É possível identificar as características dos grupos sociais pela forma com que se alimentam, pois "a alimentação [...] além de uma necessidade biológica, é um complexo sistema simbólico de significados sociais, sexuais, políticos, religiosos, éticos, estéticos, etc." (CARNEIRO, 2003). Na sociedade a gastronomia torna-se um exemplo de referência social. Os hábitos alimentares constituem um enraizamento, uma identidade cultural, que pode ser analisada como tantos outros fatores na formação social e cultural de uma sociedade.

Os modos de preparo dos alimentos, a escolha de determinados ingredientes, temperos e pratos, constituem o patrimônio cultural dos povos. Devido ao aspecto cultural, a alimentação passa a representar o modo de ser e viver de grupos sociais que se identificam pelo estilo de alimentação adotado, ou seja, o que comem, quanto comem, em quais situações e rituais usam determinados alimentos e de que maneira os preparam, etc.

A relação entre turismo e gastronomia evidencia-se, segundo Flandrin e Montanari (1998), a partir de 1920, quando ocorre um movimento contrário à cozinha urbana das grandes cidades. Com o auxílio do turismo alavancado pelo desenvolvimento da indústria automotiva, desde essa época tenta-se resgatar e valorizar as culinárias regionais. Desde então teve início uma busca pelas cozinhas regionais, que se tornaram as próprias motivações das viagens.

Surgiram daí os clubes de viagem para amantes da boa comida, que gostavam de percorrer as estradas em busca de restaurantes nas províncias que tinham conseguido conservar as boas tradições da cozinha. Atualmente as tradições da cozinha regional são valorizadas, sobretudo, com o intuito de salvaguardar a cultura dos povos. O interesse do turismo pela gastronomia pode contribuir para resgatar e dar continuidade a antigas tradições, pois “a alimentação é um fator de diferenciação cultural que permite a todos os integrantes de uma cultura manifestar a sua identidade”. (SCHLUTER, 2003).

O interesse do turismo pela gastronomia pode se manifestar no turismo gastronômico e no cultural, onde o primeiro geralmente é realizado por especialistas no assunto ou apaixonados pelo tema e pela alta gastronomia internacional. Já o turismo cultural tem na gastronomia apenas um entre os inúmeros aspectos que representam a cultura do ‘outro’.

Este tipo de turismo não deve estar relacionado somente aos aspectos materiais de uma sociedade, pois o turismo cultural não é apenas a apreciação de belos conjuntos arquitetônicos ou acervos de museus, mas também se relaciona aos aspectos imateriais da cultura dos anfitriões. Neste sentido Margarita Barreto considera que:

Fora do patrimônio arquitetônico, existem outras peças de origem histórica, pertencentes ao cotidiano das populações, que geralmente se encontram nos museus. Há também uma enorme variedade de manifestações da cultura imaterial, chamada simbólica pela antropologia, entre as quais podem ser citadas as danças, a culinária, o vestuário, a música, a literatura popular e a medicina caseira, que despertam o interesse de turistas não institucionalizados. (Barreto, 2002. p. 29).

O uso da alimentação para agregar valor às atividades turísticas deve partir de um estudo profundo das raízes gastronômicas, de suas influências na sociedade e do modo com que os costumes foram a ela se fixando. A importância de resgatar os hábitos e costumes dos antepassados está ligada à busca das raízes - hábitos e costumes herdados. O turismo, nesse sentido, pode ajudar a estimular o interesse dos moradores pela própria cultura, uma vez que os elementos culturais valorizados pelos turistas e pela comunidade local podem ser recuperados e preservados.

LAZER E COMEMORAÇÕES		
ECH	IC	AC
<p>Nóis não tinha nada, nóis vivia atrás do morro; Eu não sei o que é infância de brincá, eu nunca tive; Ficô maiorzinha já era pra cuidar dos irmãos e ia pra roça toda vida; Cortava um pedacinho de pau, botava dois preguinho, e fazia uma juntinha de boi pra brincar; Bonequinho de pano; Tinha uma vendinha todo mundo ia pra lá vê as novela; Só tinha domingueira; Domingo então era a igreja, de manhã a igreja, e de tarde dançar, passear, namorar, essas coisas assim; Tinha os casamentos, os batizados, as festas dos santos, nas antiga era como hoizi⁵⁸, tudo iguale; Natal e dia de São João, mês de junho; Tinha o campo de futebol; Era Natal e primeiro do ano; Antes de ter a igrejinha o que mais reunia o pessoal era ocasiões de Natal, novena nas casas; Na Semana Santa sempre é encontrado mais gente; Hoje em dia os que se reúnem aqui é sempre mais em casa Uma festa de Sexta-Feira Santa, aniversário, casamento; Até pouco tempo a gente se reunia aqui na igreja, agora de uns dois ou três anos é que não, [no reveillon]; Primeiro porque teve um tempo que dava umas briga, tinha um pessoal que tomava muito, Por isso não é mais feito na igreja; Aqui não tem nada; Vão ali em cima no campo, vem pra casa e pronto, de final de semana é isso; Natal vem passar com os pais, quando chega final de ano eles querem ir pra praia; Tem o futebol todos os sábados;</p>	<p>IC 1 – No início não tinha opções de lazer.</p> <p>IC 2 – As crianças faziam seus brinquedos, mas tinham pouco tempo para brincar, pois tinham que cuidar dos irmãos e trabalhar na roça.</p> <p>IC 3 – O lazer limitava-se às domingueiras, às comemorações da igreja, casamentos e batizados, Natal, reveillon e aos jogos de futebol.</p> <p>IC 4 – Hoje em dia as opções de lazer são as mesmas de antigamente, exceto as domingueiras.</p>	<p>Faltam opções de lazer.</p>
<p>Aqui as mulheres se divertem reunindo a mãe, as irmãs e as cunhadas para conversar aos domingos e preparar o almoço da família; Os homens vão ao bar, ao futebol ou saem para a cidade.</p>	<p>As mulheres se divertem reunidas em casa enquanto preparam o almoço de domingo da família e os homens se encontram com os amigos no bar, no futebol ou no centro.</p>	<p>As mulheres se divertem em casa e os homens na rua.</p>
Discurso do Sujeito Coletivo - DSC		
<p>No início não tinha opções de lazer. As crianças fabricavam os seus brinquedos, mas tinham pouco tempo para brincar, pois tinham que cuidar dos irmãos e trabalhar na roça. O lazer limitava-se às domingueiras⁵⁹, às comemorações da igreja, casamentos e batizados, Natal, Réveillon e ao futebol. Com exceção das ‘domingueiras’ hoje em dia as opções de lazer são as mesmas de antigamente. As mulheres se divertem em casa reunidas enquanto preparam o almoço de domingo da família e os homens se encontram com os amigos no bar, no futebol ou no centro da cidade.</p>		

Quadro 7 – Lazer e Comemorações.

Fonte: O autor - entrevistas/trabalho de campo.

⁵⁸ “Antigamente era como hoje, tudo igual”.

⁵⁹ Bailes vespertinos que aconteciam aos domingos.

Antigamente, quando as pessoas ainda moravam nos morros, não havia opções de lazer para os adultos, e os únicos brinquedos das crianças eram fabricados em casa: “cortava um pedacinho de pau, botava dois preguinho, fazia juntinha de boi pra brincar, [fazia] bonequinha de pano”, esses eram os brinquedos. As crianças pouco brincavam, pois tinham responsabilidades de adultos, como trabalhar na roça, cuidar dos irmãos mais novos e da casa enquanto os pais trabalhavam.

Naquela época era comum unir os momentos de lazer com o trabalho, ou melhor, transformar ocasiões de trabalho em momentos também de lazer:

“se for contar hoje, os adolescente de hoje até acham graça, mas naquele tempo era legal [...]. Tinha os serão de noite, nas casas das pessoas, raspava mandioca, batia arroz, aí se reunia os amigos. Uma hipótese, aqui, o meu vizinho da frente ali escolhia o arroz aí de noite eu ia lá. Ficava conversando, tocando os boi em cima da eira do arroz, e namorando também, né, tinha as menina. Ia com segundas intenções, era legal”. (M)

Com o passar do tempo, principalmente após a década de 1970, quando houve a dragagem dos rios e a drenagem da parte baixa e alagada das comunidades (obra que permitiu a construção de estradas e casas), os moradores passaram a transferir suas residências dos morros para a parte plana. Nessa época também foram construídos os campos de futebol, geralmente ao lado de um ‘salão de baile’, e todo domingo tinha baile vespertino em vários locais das comunidades. Campo de futebol e salão de baile para as ‘domingueiras’ todas as comunidades tinham os seus. Mas as ocasiões que reuniam toda a comunidade eram mesmo as festas religiosas nas igrejas.

Hoje em dia a situação não é muito diferente daquele tempo, o que mudou, principalmente, é que as crianças têm acesso a brinquedos e as domingueiras frequentadas pelos adultos não existem mais. Mas os jogos de futebol continuam sendo o principal divertimento comunitário nos fins de semana, inclusive para os jovens. São até realizados campeonatos oficiais entre os times (que levam nome de times grandes e famosos, como palmeiras e corinthians) das comunidades da área rural do município. Quase todos os bares têm ao lado um campo de futebol que são frequentemente utilizados aos sábados e domingos. São dois campos de grama em SMT, um de areia em SMC e outro na Espanha (segundo o proprietário, este não é utilizado há muitos anos).

Quanto aos jovens, durante a semana alguns deles estudam ou trabalham (ou as duas coisas) no centro de Biguaçu ou em cidades próximas como São José e Florianópolis, deslocando-se diariamente. Outros moram durante a semana nesses lugares e retornam para a

casa dos pais apenas na sexta-feira à noite, onde passam o fim de semana. Encontramo-nos com mais facilidade aos sábados, no campo de futebol, onde se reúnem para praticar o esporte e se confraternizar comendo churrasco, bebendo cerveja e ouvindo música com os amigos(as) e namorados(as).

Praticamente todos os automóveis desses jovens⁶⁰ são equipados com potentes e modernos sistemas de som, e não apenas os carros pequenos ou de passeio, mas, inclusive, os caminhões. Nos sábados à noite é comum os jovens se reunirem no campo de futebol, não para jogar, mas para ouvir música, beber cerveja, conversar e namorar.

Os homens mais velhos se encontram nos bares para jogar dominó, beber e conversar. Nesses bares, durante a semana, os homens adultos costumam se encontrar no fim da tarde, após o trabalho, para beber e conversar, ou apenas conversar. São poucos os que bebem cerveja nessas ocasiões e a bebida mais consumida é a cachaça, pura ou misturada com batidas de frutas que vêm prontas em garrafas do fabricante. Os jovens e as mulheres não participam dessa socialização.

É importante lembrar que essa situação é característica de SMT (principalmente) e SMC, o mesmo não ocorre em CAN, uma vez que essa comunidade não conta com comércio de nenhum tipo e nem campo de futebol.

Antigamente, como em outras comunidades tradicionais predominantemente católicas, agrícolas e de organização social patriarcal, a diversão fora de casa era permitida somente aos homens, cabendo às mulheres os limites da casa para socializar-se e divertir-se.

Nessa época as relações eram claramente determinadas de acordo com os gêneros – esse conceito socialmente criado que atribui aos homens e as mulheres papéis sociais e identidades diferentes. Hoje em dia essa relação entre os gêneros está um pouco diferente, sendo possível vê-las nos campos de futebol aos sábados e aos domingos assistindo seus maridos, namorados e filhos jogarem.

Quando não estão realizando suas tarefas domésticas ou trabalhando ‘fora’ em seus empregos no centro ou em cidades vizinhas, as mulheres estão em casa assistindo televisão e descansando ou realizando trabalhos manuais com agulha e linha costurando, tricotando ou bordando. Normalmente confeccionam tapetes de chão, fazem bordados em toalhas de banho e de mesa e em panos de prato, fazem até mesmo enxovais completos para filhos ou netos.

Em 2006, a partir de um projeto de extensão coordenado pela professora Terezinha Maria Cardoso, do curso de Pedagogia do Mestrado em Educação da UFSC, com apoio da

⁶⁰ Invariavelmente os proprietários são homens, não conheci nenhuma mulher que tenha seu próprio automóvel.

Associação de Desenvolvimento da Microbacia Canudos - São Marcos - São Mateus (ADM São Mateus - EPAGRI), e da Prefeitura Municipal de Biguaçu, cerca de vinte e quatro mulheres das comunidades, entre senhoras viúvas, casadas, adultas solteiras e adolescentes, criaram um grupo de mulheres e passaram a se encontrar, todas as segundas-feiras no período vespertino, na Escola E. F. Basílico João de Andrade, em SMT.

O objetivo do grupo é preservar essa tradição, promover o encontro das mulheres e proporcionar renda extra. Mas esses encontros significam muito mais para suas frequentadoras. É um raro momento de pura descontração e confraternização onde elas podem dedicar todo o tempo apenas a elas mesmas, sem precisar se preocupar com maridos, filhos, netos ou afazeres domésticos. Nos encontros também são realizadas palestras sobre temas relacionados a assuntos femininos, além de passeios e encontros com grupos de outros municípios catarinenses.

As festas (que fazem parte do patrimônio imaterial das culturas) em homenagem aos santos padroeiros das igrejas continuam sendo as mais importantes e concorridas, nessas ocasiões toda a comunidade se reúne. Homens, mulheres, jovens, velhos, crianças, casados, namorados e solteiros, todos estão presentes nestas ocasiões. Estas festividades costumam reunir não apenas os moradores locais, mas também os nativos que atualmente moram nas cidades vizinhas e aproveitam estas datas para rever os amigos e parentes, assim como ocorre na sexta-feira santa, o feriado que reúne o maior número de pessoas nas comunidades.

A comunidade unida se envolve em todas as fases do processo das festas nas igrejas. Dessa maneira as festas tradicionais envolvem uma participação ativa, afetiva e efetiva por parte principalmente das mulheres. Esta é uma maneira de valorizar o patrimônio imaterial local, pois proporciona confiança em seus valores tradicionais e o fortalecimento da autoestima dos nativos. Esse processo contribui para preservar a cultura, dado que está alicerçado na história local e faz parte do imaginário coletivo. Nessas ocasiões os moradores saem com mais frequência de suas casas, seja para planejar, organizar e realizar as festas, ou para observar o movimento incrementado pelo afluxo de visitantes, parentes que moram em outras cidades e antigos moradores do local.

No Natal os familiares se reúnem em casa, sendo comum os filhos que não moram mais nas comunidades retornarem durante esse período para estar com os pais e os familiares. No *reveillon* os jovens preferem estar nas praias e a data já não reúne o mesmo número de pessoas como há alguns anos. Além disso, não há mais a comemoração do *réveillon* na igreja em SMT por causa das brigas que começaram a ocorrer recentemente.

MANIFESTAÇÕES TRADICIONAIS E ARTESANATO		
ECH	IC	AC
<p>Ele brincava com cacumbi, aquela turma com pandeiro, tudo enfeitado, com chapéu enfeitado; Era só um preto que fazia [cacumbi], todo domingo ele tava brincando; Pandeiro, gaitinha de boca; Tocava violão e cavaquinho; Música inventada da roça; Falava da roça; Cantar terno [de Reis] nas casas; Tinha o terno, que as pessoas cantavam e tinha os outros que ia acompanhá e aí ia sempre alguém que se vestia de mascarado; Eles dançavam, entravam nas casas e pediam ovo; Chamava os donos da casa de dindinho e dindinha; O boi-de-mamão isso aí todo ano tinha, Eles dançavam a chula; Fazia ratoeira; Brincava de pau-de-fita; Tinha umas quadrinha bonita, que as menina mandavam pro's rapaze. Aí isso é o pão-por-Deus; Faz pouco tempo que isso acabou; Hoje em dia ninguém mais faz isso; Às vezes ainda tem, é o de São Marcos, às vezes o pessoal de lá canta terno; A televisão acabou com tudo, não ligam mais pra essas coisa aí; Tinha aquela pessoa que dançava, foi morrendo, se mudaram , né, aí essa tradição acabou;</p>	<p>IC 1 – Antigamente tinha Cacumbi, Terno de Reis, Chula, Ratoeira, Pau-de-Fita, Pão por Deus e Boi de Mamão.</p> <p>IC 2 – A música falava das coisas da roça.</p> <p>IC 3 – Hoje em dia ninguém mais faz isso.</p> <p>IC 4 – A chegada da televisão na comunidade, a morte e a saída dos que faziam essas 'brincadeiras' fez com que essa tradição acabasse.</p>	<p>O artesanato e as manifestações tradicionais não foram preservados.</p>
<p>Eu aprendi a fazê crivo com sete anos, [minha mãe] acho que aprendeu com a mãe dela; Eu bordava e fazia crivo; Tinha umas lá em Barreiros sempre que nós fazia Quanto crivo eu fazia, levava lá pra Barreiros; Eu fazia isso tudo a noite, de madrugada, [...] de dia não tinha tempo porque tava no engenho; Hoje não faz mais; Muitos faziam renda [de bilro]; Essa gente mais antiga fazia, nós não; Do meu tempo não tem ninguém que faz; [Balaio] de manbú [bambu], taquara do mato, cipó;</p>	<p>IC 1 – Antigamente fazia-se renda de bilro.</p> <p>IC 2 – As mulheres faziam crivo e crochê de noite e de madrugada porque durante o dia estavam trabalhando.</p> <p>IC 3 – Fazia-se crivo para vender.</p> <p>IC 4 – Fazia-se balaio de bambu, taquara do mato e de cipó.</p>	
Discurso do Sujeito Coletivo - DSC		
<p>Antigamente tinha cacumbi (catumbi), terno de reis, chula, ratoeira, pau-de-fita, pão-por-Deus e boi de mamão. A música nessas manifestações falava das coisas da roça. Hoje em dia ninguém mais faz isso. A chegada da televisão na comunidade e a morte ou a saída dos que faziam essas 'brincadeiras' fez com que essa tradição acabasse. Antigamente fazia-se renda de bilro. As mulheres faziam crivo e crochê de noite e de madrugada porque durante o dia estavam trabalhando. Fazia-se crivo para vender. Fazia-se balaio de bambu, de taquara do mato e de cipó.</p>		

Quadro 8 – Manifestações Tradicionais e Artesanato.

Fonte: O autor - entrevistas/trabalho de campo.

Nessas comunidades eram comuns as manifestações típicas de base açoriana, como terno de reis, boi de mamão, pau de fita, cacumbi, pão-por-Deus e ratoeira. As músicas que acompanhavam algumas dessas manifestações tinham como temas motivos rurais ou “da roça”. Mas como não foram transmitidas às novas gerações elas foram extintas, exceto o terno de reis que ainda é apresentado por um grupo de SMC que visita os moradores das três comunidades. Os motivos que os entrevistados atribuem essa perda são: a morte dos mais velhos que as apresentavam, a saída de algumas dessas pessoas das comunidades e a chegada da televisão às comunidades.

Manifestação tipicamente açoriana outrora comum na região e que também não ocorre mais é a renda de bilro, antigamente praticada pelas mulheres mais velhas, cujas filhas hoje têm acima de cinquenta anos. Perguntadas sobre os motivos que levaram à extinção desse tipo de artesanato nas comunidades as senhoras dizem não saber ao certo e afirmam apenas que faltou interesse, tanto da parte das mães que não ensinaram suas filhas quanto das filhas que não buscaram aprender com suas mães.

Além da renda de bilro essas senhoras também faziam trabalhos manuais com agulha e linha, como o crivo e o crochê, que não necessariamente eram vendidos (mas algumas vendiam). O objetivo era a preparação dos enxovais de casamento das filhas, de batizados da família ou para oferecer como presentes às amigas. Dois dentre os relatos fornecidos por nossos informantes foram selecionados e transcritos abaixo por representarem bem essa condição:

“Desde mocinha me organizei com minha mãe no preparo do meu enxoval. Nós tínhamos um baú em casa e lá fomos colocando as toalhas bordadas, as colchas de cama, as fronhas com enfeites de crivo e crochê, as roupas íntimas, tudo muito bonito, tudo para eu levar pra minha casa quando casasse”. (F).

“A gente nunca pensou em vender estas coisas, não tem quem pague o trabalho, por isso sempre foi para o enxoval. Às vezes a gente oferece um mimo para a filha de uma grande amiga, as sobrinhas, as noras, as irmãs”. (F).

Mas em alguns casos se fazia também para vender no centro da cidade e adjacências. Faziam durante a noite e a madrugada porque durante o dia estavam trabalhando. Algumas senhoras ainda fazem crivo, tricô e crochê, mas muitas deixaram de fazer e suas filhas também não aprenderam. As mães costumam confeccionar conjuntos de crochê para o piso da cozinha e do banheiro das filhas que moram fora.

Alguns moradores mais velhos (com mais sessenta anos) sabem fazer artefatos utilitários com casca de bambu, taquara ou cipó, com os quais confeccionam cestos, balaios e tipitis⁶¹, cordas de cipó, peneiras, que são, ou eram, peças usadas no trabalho conforme a necessidade imposta pela vida no campo. A criação desse tipo de artesanato sempre tem a ver com a nossa cultura, com nosso meio. É imperativo dar forma a matérias-primas disponíveis, de acordo com as necessidades, em objetos que nos sejam úteis. Sempre tendo como matéria-prima o recurso mais à mão em cada localidade.

O objetivo inicial desse tipo de artesanato é a sua serventia: ser útil. Além da beleza e utilidade, há outro item inerente a esse tipo de artesanato: ele não é como uma peça de museu que parou no passado, ele se transforma com o tempo. Nada mais natural, pois a sociedade muda, e seus valores e necessidades também. No entanto, a peça artesanal pode até vir a perder sua função prática utilitária, mas ela não precisa desaparecer por causa disso, já que pode desempenhar outra função (estética/ornamental/sentimental) dentro do grupo que a produziu.

Uma vez que o artesanato traz significados do lugar onde é feito, é compreensível que ele tenha se tornado um *souvenir* e muitas vezes complementam um produto turístico; mudando de função, porém mantendo a forma, e se tornando uma fonte de renda, além de contribuir para manter a identidade de uma comunidade. O desafio que as comunidades produtoras de artesanato têm é o de comercializar sua produção, é fazer com que os artesãos sejam remunerados de maneira justa, sem jamais perder seus traços originais e as formas tradicionais de produção.

Em um mundo globalizado buscamos nossas referências e símbolos que representem nossa origem, nossa terra, tudo para encontrarmos uma posição em um mundo tão cheio de informação. Em suma, aquilo representado pela velha e boa frase do escritor russo Tolstói: “Se queres ser universal, canta tua aldeia”. Para atender esse mercado globalizado, o artesanato passou a ser uma importante fonte de renda em muitas comunidades, movimentando a economia local e oferecendo uma opção para aqueles que não querem engrossar as estatísticas sobre o êxodo rural no Brasil. Ao mesmo tempo dá-se continuidade a uma história que vem de longe, construída fio a fio, ponto a ponto, pedacinho a pedacinho.

⁶¹ O tipiti é uma espécie de cesto, utilizado nos engenhos de farinha, é confeccionado com casca de bambu para levar a mandioca ralada à prensa para secar ou escorrer o excesso de líquido antes de iniciar o processo de secagem no fogo até virar farinha.

EDUCAÇÃO		
ECH	IC	AC
<p>Não tinha escola; Era muito longe pra estudar; Ninguém estudou; Temos muito aqui que não sabem lê nada; Nós estudava nas casas; As professoras vinham e as pessoas cediam a sala da casa; Tinha só até o terceiro ano, No segundo ano saia, porque os pais tiravam pra ir trabalhar na roça; A professora arrumava hospedagem na casa de alguém; As professora sempre vinha de fora, vinha de Biguaçu sempre; Algumas vinha morá aqui; Uma era lá da outra banda, da Rua Velha; As nossas professoras era daqui. A D.Eli era da Limeira, a D.Nilza era da Limeira;</p>	<p>IC 1 – Antigamente não tinha escola, as pessoas cediam a sala de suas casas para as professoras ensinarem.</p> <p>IC 2 – Tinha até a terceira série, mas no segundo ano os pais tiravam os filhos da escola para trabalhar na roça.</p> <p>IC 3 – Os moradores mais antigos são analfabetos.</p> <p>IC 4 – Os moradores hospedavam as professoras que não eram da comunidade.</p>	<p>Antigamente não tinha escola.</p>
<p>Depois construíram aquele grupo ali, isso já foi quando meus filhos começaram; Todos sabem lê; Os meus três [filhos], todos os três fizeram o segundo grau; Fizeram a quinta-série aqui, depois foram estudar em Biguaçu; Eles iam e voltavam todos os dias; Essa aí (SMT) já tá nuns quarenta [anos];</p>	<p>IC 1 – Faz mais ou menos quarenta anos que construíram a escola de SMT.</p> <p>IC 2 – A escola tem somente até a quinta série, mas os alunos continuam os estudos nas escolas do centro.</p>	<p>Hoje em dia todos vão à escola.</p>
<p>Essa escola [SMT] já foi escola modelo; Era por causa da organização, bem organizada, tudo bem organizado, inclusive a horta; A comunidade que ajudava a fazer, com a ajuda dos alunos; A merenda já era feita com a própria hortaliça, verdura, da própria escola; Eles tão querendo fazê, renovar, levantar novamente a horta; Acho que tão a fim de fazer uma quadrinha de esporte, já foi pedido pro prefeito, o prefeito já cedeu a rede, a areia também, pra fazer uma quadra assim de esporte, tamo com esse projeto todo pra esse ano;</p>	<p>IC 1 – A escola de SMT já foi considerada escola modelo.</p> <p>IC 2 – Os moradores estão tentando revitalizar a escola.</p>	
Discurso do Sujeito Coletivo - DSC		
<p>Antigamente não tinha escola, as pessoas cediam a sala de suas casas para as professoras ensinarem. Tinha até a terceira série, mas no segundo ano os pais tiravam os filhos da escola para trabalhar na roça, por isso muitos moradores mais antigos são analfabetos. Os moradores hospedavam as professoras que não eram da comunidade. Faz mais ou menos quarenta anos que construíram a escola de SMT, ela tem somente até a quinta série, mas os alunos continuam os estudos nas escolas do centro. Essa escola já foi considerada escola modelo, agora os moradores estão tentando revitalizá-la.</p>		

Quadro 9 – Educação.

Fonte: O autor - entrevistas/trabalho de campo.

No tempo dos primeiros moradores as comunidades não tinham escolas, alguns moradores cediam as salas de suas casas⁶² para as professoras ensinarem as crianças. Algumas professoras eram da própria comunidade⁶³, mas na maior parte das vezes elas vinham de outros lugares, como do centro de Biguaçu, da comunidade da Limeira ou do bairro Barreiros, nesse caso hospedavam-se nas casas dos moradores locais. Nesse tempo havia somente até a terceira série, mas geralmente no segundo ano os pais tiravam os filhos da escola para irem trabalhar na roça, talvez isso explique o fato do grande número de moradores mais velhos analfabetos.

Atualmente há uma escola em SMT e outra em SMC, CAN não tem escola. A escola de SMT, segundo os moradores, na década de 1980 foi considerada escola modelo por causa da organização e da horta orgânica e comunitária que mantinha. A horta foi feita em conjunto, com a participação das professoras, dos alunos e dos pais dos alunos. Elas oferecem até a quarta série, para continuar os estudos os jovens são obrigados a estudar no centro ou em outras comunidades. Hoje todas as crianças estudam e os pais não tiram seus filhos da escola para trabalhar. Os pais que passaram por isso declaram orgulhosos que seus filhos estão estudando ou que já fizeram o segundo grau completo.

Os pais dos alunos da escola da comunidade de SMT estão se organizando para revitalizá-la com o auxílio da prefeitura. Estão fazendo novamente a horta e a prefeitura já garantiu os meios para a construção de uma quadra multiuso de esportes. Com o apoio da EPAGRI e através da ADM a escola realizou, no ano passado, um evento na comunidade cujo tema era a educação ambiental.

No entanto, a comunidade não tem o hábito de realizar ações em conjunto. Prova disso ocorreu no ano passado, quando foi dado o recado na igreja solicitando que os pais comparecem na escola determinado dia para realizar a limpeza do pátio da escola. Dos cerca de trinta casais de pais apenas três compareceram. Essa situação reflete a dificuldade percebida na comunidade para desenvolver ações conjuntamente, como já foi percebido pela diretoria da ADM São Mateus em outras ações que exigiam a participação dos moradores.

⁶² O nome dos proprietários de algumas dessas casas foram citadas nas entrevistas, são eles: D. Lourdes, D. Maria Luciana e Seu Paulo.

⁶³ Alguns nomes dessas primeiras professoras foram citadas nas entrevistas, são elas: D. Otília, D. Alvina, D. Rita, D. Erides, D. Eli e D. Nilza. Essas duas últimas moravam na Limeira.

RELIGIÃO		
ECH	IC	AC
Eu fiquei durante treze anos consecutivos, eu e mais dois senhores; Nós tinha um padre aqui que sempre dizia: “no caso a diretoria é pra organizar, e o povo é que trabalha”; Aí entrou novos padres, com idéias novas, aí a gente foi revezando a cada três anos; Cada três anos a gente elegia quatro casais. É assim desde aquele tempo até hoje,	A comunidade elege representantes para administrar as atividades da igreja.	Hoje há mais participação da comunidade nas atividades da igreja.
Duas por mês [...] tem missa, com o padre; O segundo e o quarto é culto, com o ministro da palavra; Quando é missa da mais gente; Mas já ta melhor, há anos atrás o culto pra eles valia muito pouco; Existe mais participação hoje do que há dez, vinte anos atrás; Ta mais fácil de conseguir as catequistas;	IC 1 – Na comunidade não há padre, mas sim ministro da palavra. IC 2 – Os domingos são alternados entre missas com padre e cultos com ministro da palavra. IC 3 – Hoje a comunidade freqüenta mais a igreja.	
Nós tínhamos aqui uns três rapazes que já dirigiam o culto [...] depois casaram, foram embora; Já tô a quase trinta anos e não tem um sucessor; Mulher pode ser ministra da palavra também.	Não há sucessor para a função de ministro da palavra na igreja.	
Quando é uma festa assim, aí tu recebes um bilhete: ‘fulano’, te convido pra trabalhar na barraca da bebida das três às cinco horas; Geralmente todo recado é dado depois da missa ou depois do culto no domingo na igreja, que é onde se reúne mais pessoas.	Recados de interesse comunitário são transmitidos nas missas e nos cultos	
Discurso do Sujeito Coletivo - DSC		
A comunidade elege representantes para administrar as atividades da igreja. Na comunidade não há padre, mas sim ministro da palavra e os domingos são alternados entre missas com padre e cultos com ministro da palavra. Hoje a comunidade freqüenta mais a igreja. Não há sucessor para a função de ministro da palavra na igreja. Recados de interesse comunitário são transmitidos nas missas e nos cultos.		

Quadro 10 – Religião.

Fonte: O autor - entrevistas/trabalho de campo.

As comunidades estudadas são predominantemente católicas. A igreja de SMT é a mais antiga, ela foi inaugurada em 1958 (antes já havia uma capela de madeira). A sua construção contou com a participação em mutirão dos moradores das outras duas comunidades, tanto com as doações financeiras como no envolvimento direto na construção. Apesar de SMC ser mais antiga do que SMT e CAN, sua igreja só foi construída em 1974. A de CAN é ainda mais recente.

Como ocorre em outras comunidades rurais e também em pequenos municípios, a igreja é parte fundamental das relações sociais destas comunidades. A religião e a igreja ligam humanos e divindade, organiza espaço e tempo, notadamente em pequenas comunidades

rurais. A religião e a igreja organizam o espaço dando-lhe qualidades culturais diversas das naturais e materiais, pois essas pequenas comunidades organizam-se ao seu redor e definem o uso dos espaços próximos. A religião não transmuta apenas o espaço, mas também qualifica o tempo dando-lhe a marca do sagrado, como ocorre com as principais datas comemorativas locais nas comunidades aqui estudadas.

Da igreja decorrem os principais motivos de encontro dos moradores e os momentos mais importantes dessas pessoas passam pela igreja, até mesmo o nome do local onde moram vem da igreja. Os principais eventos das comunidades ocorrem nelas, e as festas dos santos padroeiros são as principais, sua organização mobiliza os moradores em torno delas, os casamentos também, desde a organização e preparação da festa até a realização do casamento. Como os moradores costumam freqüentar as missas e cultos, os recados de interesse da comunidade são passados após a celebração dos mesmos.

Não há padre nas comunidades e quando tem missa ele tem que vir de outras paróquias. Os domingos são alternados entre missa e culto. A diferença básica entre as duas celebrações é que a missa é ministrada por um padre e o culto por um ministro da palavra, que pode ser homem ou mulher. O ritual é praticamente o mesmo em ambos, com leituras de textos e distribuição da consagração.

Há quase trinta anos é o mesmo ministro da palavra na igreja de SMT, não por imposição deste, mas por falta de pretendentes. Apesar disso, segundo o próprio ministro, hoje há maior envolvimento da comunidade nas questões relacionadas à igreja, seja freqüentando os cultos e as missas (antigamente os cultos quase não era freqüentado pelos moradores, estes davam preferência às missas com o padre) ou disponibilizando-se para ministrar a catequese ou a crisma.

Em datas especiais como Páscoa e Natal, as catequistas da igreja de SMT organizam com os catequizandos e crismandos encenações teatrais. Quando se referem ao evangelho, são apresentados na igreja e quando o tema é outro se apresentam no salão paroquial, esse evento ocorre há alguns anos e atrai os moradores.

A igreja conta com uma comissão que organiza as suas atividades, essa comissão é composta de quatro casais eleitos para exercer a função durante três anos. O dízimo é recolhido diretamente nas casas dos moradores. Nas comunidades predominam as igrejas católicas (são três, uma em cada comunidade), mas entre os moradores há evangélicos e presbiterianos também. As igrejas evangélicas estão localizadas nas comunidades Limeira e Guiomar, e a presbiteriana fica na entrada das comunidades SMT e SMC.

A VIDA NAS COMUNIDADES		
ECH	IC	AC
Aqui é um lugar bom de viver; Isso aqui é um cantinho do céu; Nosso lugar é tranquilo; As pessoas têm acesso à água boa; Aqui todo mundo conhece todo mundo;	É um lugar bom para viver.	É um lugar bom para viver.
Muitos saíram, os jovens; Foi diminuindo assim as pessoas; Os filho agora não mora aqui. Domingo vem tudo pra cá. Sempre vêm; Quase todo fim de semana eles vêm; A comunidade vai se encher de velhos; A solução é trazer o pessoal de volta; Os meninos têm vergonha do lugar; Moramos no mato; Hoje ninguém mais lembra como tudo começou; Temos que nos valorizar, contar o que sabemos antes que a gente esqueça tudo;	IC 1 – Os jovens saíram e retornam só nos fins de semana, ficaram só os adultos e velhos. IC 2 – Para não se tornar uma comunidade só de velhos é preciso atrair os jovens. IC 3 – Os jovens têm vergonha do lugar e não conhecem sua história. IC 4 – É preciso registrar e divulgar a história das comunidades para elevar a auto-estima dos moradores, principalmente os jovens.	Os jovens estão indo embora das comunidades.
Discurso do Sujeito Coletivo - DSC		
É um lugar bom para viver. Os jovens saíram e retornam só nos fins de semana, ficaram só os adultos e velhos. Para não se tornar uma comunidade só de velhos é preciso atrair os jovens. Os jovens têm vergonha do lugar e não conhecem sua história. É preciso registrar e divulgar a história das comunidades para elevar a auto-estima dos moradores, principalmente os jovens.		

Quadro 11 – A Vida nas Comunidades.

Fonte: O autor - entrevistas/trabalho de campo.

Em geral, as comunidades são consideradas por seus moradores um excelente lugar para viver, porque são tranqüilas, seguras, com belas paisagens e seus moradores são pessoas idôneas. Entretanto, problemas sérios que as afligem ameaçam sua continuidade, entre outros mais fáceis de ser resolvidos, como o problema dos poucos horários do transporte público coletivo.

Os moradores das comunidades estão cientes destes problemas e percebem que está em curso um iminente processo de insolvência social local gerado pelo desenraizamento sociocultural e a conseqüente perda da identidade. Problemas como a falta de perspectivas de estudo, as poucas opções de emprego (quase inexistentes), as reduzidas alternativas de lazer e recreação disponíveis, não deixam outra opção aos mais jovens se não a busca de maneiras para satisfazer essas carências nos centros urbanos próximos.

Essa situação está levando ao ‘desaparecimento’ dos jovens das comunidades, que acabam se estabelecendo definitivamente e constituindo família nos municípios próximos,

principalmente nos da região metropolitana da grande Florianópolis. Alguns acabam retornando às comunidades nos fins de semana para visitar os pais e/ou para descansar, mas não fazem mais parte da dinâmica sociocultural e econômica local.

Embora o desejo de mudança e a expressão de como realizar coletivamente esta mudança ainda seja tímida, os moradores arriscam algumas sugestões de ações que poderiam reverter esse quadro, como registrar e difundir a memória das comunidades como forma de recuperar sua identidade e valorizar o lugar e seu modo de viver. Nesse sentido Chauí (1999, p. 125) assevera:

[...] a memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana para reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total. A lembrança conserva aquilo que se foi e não retornará jamais. É nossa primeira e mais fundamental experiência do tempo [...], a memória é a garantia de nossa identidade, o podermos dizer 'eu' reunindo tudo o que fomos e fizemos a tudo que somos e fazemos.

O processo de recuperação da memória das comunidades deve inevitavelmente envolver os moradores mais antigos. Montenegro (2007), por exemplo, destaca a importância dos velhos num processo de resgate da memória através da história oral. Para Le Goff (1990, *apud* BARRETO, p. 43) a memória “é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje”.

OPINIÃO SOBRE A ADM São Mateus		
ECH	IC	AC
Ela é importante porque ela organiza os moradores; Reivindica do estado; O papel da associação já ta mais em fazer essa ponte com o governo, tanto municipal, estadual como federal; Toda organização popular ela é extremamente importante;	A ADM organiza os moradores, representa-os e intervém por eles.	A ADM organiza e representa a coletividade.
Às vezes sim, às vezes falta [participantes nas atividades promovidas pela ADM]; Muitos são convidados, mas muito pouco que aparecem, muito pouco; O pessoal não tem esse espírito comunitário, assim, de ajuda; Tudo aqui as coisas são individuais; Aqui as pessoas não acreditam em nada; Nada da certo pra eles; As coisas estão crescendo, sendo amadurecidas;	IC 1 – Há pouca participação da comunidade nas ações promovidas pela ADM. IC 2 – Os moradores são pessimistas e individualistas. IC 3 – A comunidade está amadurecendo o senso coletivo.	A comunidade não age coletivamente.

<p>Eu acho que é bom; Ajuda, ajuda muito; Quando a ADM começou eu tive esperança de mudar algo; Pra começar eles colocaram muitas fossa aí, que era tudo esgoto; Isso aí vai ajudando, essa microbacia, essa água que ta vindo lá do Zeca é uma água especial; Isso ajuda até na saúde; Crivo, crochê, nós temo no cursinho; Já tivemos curso de pão, de conserva salgada, conserva de doce e peixe; A gente aqui não tinha nada disso e agora tem, então é bom; Depois, quem sabe, mais tarde a gente até monta uma empresa pra mulherada trabalhar; Agora nós vamo fazê um passeio; Tudo por intermédio desse curso que a gente ta fazendo.</p>	<p>IC 1 – O trabalho da ADM é bom, ajuda muito.</p> <p>IC 2 – A ADM Melhorou o saneamento básico e a qualidade da água promovendo, dessa maneira, a saúde.</p> <p>IC 3 – A ADM Oferece cursos e passeios.</p> <p>IC 4 – A ADM trouxe esperança de mudanças.</p>	<p>A ADM ajuda muito.</p>
Discurso do Sujeito Coletivo - DSC		
<p>A ADM trouxe esperança de mudanças, ela organiza os moradores, representa-os e intervém por eles, contudo há pouca participação da comunidade nas ações promovidas pela ADM, cujo trabalho melhorou o saneamento básico e a qualidade da água promovendo, dessa maneira, a saúde, além disso, ela oferece cursos e passeios.</p>		

Quadro 12 – Opinião Sobre a ADM São Mateus.

Fonte: O autor - entrevistas/trabalho de campo.

A ADM São Mateus trouxe esperanças e novas perspectivas à comunidade, e apesar do reconhecimento de ações importantes como a melhoria do saneamento básico e da qualidade da água, aos poucos diminuiu a credibilidade na mesma como representante dos anseios da comunidade.

Os entrevistados que moram nas comunidades reconhecem o baixo nível de engajamento e participação dos moradores nos movimentos ou nas ações coletivas que buscam melhorias, mas ao mesmo tempo, enfatizam que esta é a primeira vez que conseguem efetivamente se reunir e discutir alternativas de mudanças, lutas políticas e ideais comuns.

Percebendo o tímido envolvimento dos moradores nas ações da ADM São Mateus a EPAGRI está desenvolvendo uma pesquisa com os agricultores para identificar os motivos da falta de engajamento comunitário. Mas aqueles que participam dos cursos oferecidos, como de compotas, de pães, de crivo e tricô, dos passeios de integração a fim de conhecer experiências positivas em comunidades com problemas parecidos, elogiam as iniciativas e se envolvem.

Essas pessoas também criam expectativas como a possibilidade de criar uma agroindústria, demonstrando que vislumbram a possibilidade de trabalhar em conjunto. Esses são indícios positivos numa comunidade com histórico de individualismo e que pretende desenvolver a atividade turística.

NOVOS MORADORES		
ECH	IC	AC
Ta vindo muita gente de fora pra aqui; Já veio uma porção de gente comprar uma moradinha, comprar um pedacinho; De Barreiros, de Biguaçu; Vendi um pedaço de terra no morro; O pessoal da cidade quer fazer sítio; Eles compram, eles faz a casa e às vezes bota um morador tomá conta e aí vem todos os fins-de- semana; Eles vem passar o final de semana por causa da cachoeira; Lá em baixo ta muito ruim, ta muito agitado, aí vem pra cá; Diz que é pra descansá; Diz que gosta porque é tranqüilo;	IC 1 – Os moradores da cidade estão comprando terrenos para construir sítios. IC 2 – Os moradores da cidade são atraídos pelos atrativos naturais e pela tranqüilidade.	O meio rural atrai os cidadãos.
Sempre pessoal daqui, agora que ta vindo gente de fora; Às vezes passa gente que [a gente] não sabe, não conhece; Às vezes, a gente tem medo até, por causa dessas coisas que acontecem tanto;	Alguns nativos preocupam-se com a segurança pela chegada de tantas pessoas de fora.	
Discurso do Sujeito Coletivo - DSC		
Os moradores da cidade, atraídos pelos atrativos naturais e pela tranqüilidade, estão comprando terrenos nas comunidades para construir sítios. Alguns nativos preocupam-se com a segurança pela chegada de tantas pessoas de fora.		

Quadro 13 – Novos Moradores.

Fonte: O autor - entrevistas/trabalho de campo.

Os cidadãos mergulhados em sua neurose urbana cotidiana buscam amainar suas tensões visitando e conhecendo lugares com características peculiares, tranqüilos, seguros e com belas paisagens. A tudo isso se soma a contribuição das mídias de massa, a facilidade de obter informações com o desenvolvimento das tecnologias de informação e a atual facilidade de deslocamento com o caminho até as comunidades praticamente todo asfaltado. Essas vicissitudes levaram a uma valorização estética e utilitária do espaço rural detentor de um acervo e de um legado natural e cultural representativos.

Muitos moradores das cidades próximas, principalmente da região da grande Florianópolis, atraídos pela tranqüilidade do lugar e por seus atrativos naturais estão adquirindo propriedades nas comunidades para construir segundas residências e sítios. Os nativos, por sua vez, com suas grandes glebas de terra e envolvidos com as dificuldades financeiras que os acometem, recentemente viram suas terras valorizarem-se e passaram a vendê-las. É muito comum “de uns tempos pra cá”, nos finais de semana, um desfile de carrões pelas estradas de terra e empoeiradas, provavelmente são os sitiantes.

Com o lucro investem em imóveis no centro do município de Biguaçu ou nas cidades vizinhas onde seus filhos moram atualmente, realizando o caminho inverso dos cidadãos. Também investem em melhorias nas suas residências, trocam ou adquirem automóveis ou, ainda, pagam dívidas contraídas com a agricultura.

A chegada destes novos moradores é vista com bons olhos, mas, ao mesmo tempo, com um pouco de receio em relação aos problemas que poderão vir junto com os novos moradores, como a violência, o roubo de casas e o consumo de drogas.

Em uma conversa informal num bar de SMT ouvi de um nativo que muitos dos novos moradores, praticamente todos, com exceção dos professores (universitários), “não se misturam muito”. Segundo meu interlocutor, esses novos moradores não frequentam os comércios locais, nem a igreja, nem o campo de futebol. Os moradores não os conhecem e eles não conhecem os moradores locais.

TURISMO NAS COMUNIDADES		
ECH	IC	AC
Pode ser bom; Eu acho que era bom, porque o lugar vai aumentando, o nosso lugar é muito paradão, então é bom; Era bom que viesse [o turismo]; A comunidade cresce mais, se destaca mais; Se tivesse turismo ou algo parecido; Se tivesse um meio de atraí pessoas pra vim, investir ajuda né; Até tem aqui em cima uns salto de água, umas coisa assim; Já pensei em oferecer comida para o pessoal que vem de fora;	O turismo será bom para as comunidades.	O turismo desenvolverá as comunidades.
Discurso Do Sujeito Coletivo - DSC		
O turismo será bom para as comunidades.		

Quadro 14 – Turismo na Comunidade.

Fonte: O autor - Entrevistas/Trabalho de Campo.

O advento do turismo nas comunidades é visto de forma positiva pelos moradores, embora eles não tenham certeza quanto às potencialidades ou atrações capazes de captar visitantes e turistas para o meio rural onde vivem.

De acordo com os entrevistados, o turismo imprimiria maior dinamismo social ao cotidiano das comunidades, e isso é algo visto com simpatia pelos moradores. Além disso, de acordo com eles, o advento da atividade turística também incrementaria a alquebrada e frágil

economia local, pois hoje a agricultura não oferece mais os lucros de outrora e atualmente é muito difícil para as famílias obterem seu sustento exclusivamente dos rendimentos da mesma, assim, o turismo seria uma maneira de diversificar as fontes de renda das famílias e poderia minimizar os problemas sócio-econômicos que vêm enfrentando. Para Swarbrooke (2000) o turismo realmente

“[...] pode ter um papel positivo na diversificação e no desenvolvimento da economia das áreas rurais em que as atividades tradicionais como a agricultura estão em declínio, os salários são baixos e a população está diminuindo a passos largos.” (SWARBROOKE, 2000. p. 22).

São dois os tipos os alicerces nos quais a atividade turística deverá estar apoiada nas comunidades: recursos naturais e patrimônio/legado cultural. Para Azevedo (2002) “o fenômeno turístico [...] há de ser visto na totalidade de sua matriz (cultura/natureza), [...] juntamente com as variáveis cultura e patrimônio.” A valorização do patrimônio possibilita aos moradores de uma comunidade, por exemplo, o entendimento de que a história local - da qual ela é sujeito ativo - se reveste de maior importância e transcende os limites do imaginário da população, potencializando sobremaneira o sentimento de cidadania e renovando o orgulho em seus moradores.

Os recursos naturais são os rios e riachos, as corredeiras, as cachoeiras, os saltos, as piscinas naturais, os morros, os acidentes geográficos significativos, o clima, a paisagem. Por patrimônio/legado cultural entende-se as práticas sociais (o trabalho e o lazer, por exemplo) e o legado cultural das comunidades, representado tanto pelo patrimônio material (construído, tangível), quanto pelo imaterial, cujo resgate dar-se-á, inclusive, por meio da obtenção e registro do maior número possível de entrevistas ou testemunhos orais.

Barreto (2000) destaca a importância do registro da oralidade no processo de desenvolvimento de atrativos turísticos quando afirma que:

Também devem ser consultadas histórias de vida registradas ou realizadas entrevistas com pessoas que possam dar informações, depoimentos, de forma a criar um acervo de história oral que ajude a recriar a época ou os fatos que estão sendo focalizados. (BARRETO, 2000. p. 79).

Estes testemunhos carregam a memória social histórica que dá vida às comunidades, que não só deve ser particular pelas características naturais e sociais que apresenta, mas, sobretudo, pela sua identidade. Uma identidade local forte pode transmitir uma imagem de singularidade.

Para que países, estados, municípios e comunidades tornem-se culturalmente diferenciados e turisticamente competitivos num mundo globalizado, em acelerado processo de desterritorialização e cada vez mais estandarizado como o que vivemos, é preciso resgatar, preservar e divulgar seu legado cultural e sua identidade.

A globalização, paradoxalmente, cria um intenso processo de fortalecimento das comunidades e das localidades. A valorização das coisas locais, em contraposição à globalização da economia e da comunicação, reveste de importância a manutenção de identidades específicas, que garantem às pessoas a referência do seu lugar. (SIMÃO, 2001).

O correto aproveitamento desses recursos é condição essencial para o desenvolvimento sustentável do turismo, mas, por si só não o garante, pois geralmente os autóctones são alijados do processo de planejamento do turismo em sua própria terra.

Estratégias de empoderamento da comunidade supõem, entre outras iniciativas, a garantia de participação comunitária em todo o processo de desenvolvimento. Em primeiro lugar é preciso consultar os segmentos da comunidade diretamente afetados, durante a concepção, elaboração, implementação e avaliação de programas e projetos específicos relacionados com o desenvolvimento local, como meio para assegurar sua eficiência e sustentabilidade.

Ora, os problemas são locais, e são conhecidos pelas pessoas do lugar, essas relações sociais acontecem no local, através dos valores locais. Portanto, a autonomia da comunidade terá o tamanho e a força correspondente à organização e à participação dela em torno de um projeto coletivo que articula o global com o local.

A participação e a articulação proporcionam aos atores coletivos autônomos a capacidade de resolver seus próprios problemas e conflitos internos, levando-os a empreender ações conjuntas que resultem em benefício da coletividade. Também reforçam as bases da competitividade sistêmica das comunidades e da região.

Deste modo, emergirá um turismo de base local, o qual poderá dinamizar social e economicamente as pequenas comunidades rurais, promovendo a permanência de seus moradores no campo e ajudando a preservar a agricultura familiar, além da melhoria da qualidade de vida de seus moradores. Claro que esse processo não ocorre sem alguns desentendimentos ou traumas, afinal de contas “unidade sem contradição não é unidade, é uniformidade”.⁶⁴

⁶⁴ PEREIRA, O. **O que é teoria?** 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 24.

Mas apesar dos benefícios promovidos pelo turismo é preciso evitar peremptoriamente a falácia da monocultura turística e fomentar sempre uma estrutura econômica mista. Para Krippendorf (1999) a economia local enfrenta problemas quando:

[...] a rápida expansão do turismo provoca o declínio da agricultura e carrega todas as outras atividades econômicas, resultando em uma monocultura turística bastante frágil, que depende inteiramente da situação econômica e política das regiões de origem dos turistas. O que acontece se os turistas não aparecerem mais? (KRIPPENDORF, 1999. p. 98).

O desenvolvimento do turismo sem o devido planejamento pode levar ao solapamento da capacidade de autocontrole da população local sobre a sua própria vida. Os turistas, financeiramente e educacionalmente fortalecidos em relação aos autóctones, se sentem superiores e se apropriam do espaço rural com fins comerciais e recreativos. Nesse sentido, a paisagem e os moradores locais se tornam bens de consumo. Quando os cidadãos tiverem consumido o que desejavam, visto tudo o que queriam, quando o lugar não mais lhes agrada ou quando o destino estiver 'fora de moda' eles vão para outra parte. Por isso uma economia que se apóia apenas no setor turístico é muito mais frágil do que uma economia multissetorial. (KRIPPENDORF, 1989).

Considerando a perversidade do modelo desenvolvimentista vigente e as características das comunidades SMT, SMC e CAN, a modalidade turística desenvolvida nas mesmas que melhor adaptar-se-á e atenderá as necessidades locais deverá assumir uma proposta de desenvolvimento alternativo (aos modelos desenvolvimentistas) que assuma os preceitos propostos pelo *etnodesenvolvimento* voltado para auscultar a população rural.

O etnodesenvolvimento foi proposto como política recomendada pela 'Reunião de Expertos sobre Etnodesenvolvimento y Etnocídio em América Latina' realizada em San José da Costa Rica em 1981, sob os auspícios da UNESCO. Segundo Stavenhagen (1984), o etnodesenvolvimento seria o desenvolvimento que mantém o diferencial sociocultural de uma sociedade.

O conceito de etnodesenvolvimento formulado de maneira bastante consistente por Rodolfo Stavenhagen, propõe um desenvolvimento de natureza alternativa, que respeita os interesses dos povos ou das populações tradicionais. Stavenhagen apresenta seis premissas para justificar a adoção do conceito como instrumento capaz de atender à especificidade dos povos latino-americanos com relação ao progresso e a modernização:

1. que as estratégias de desenvolvimento sejam destinadas prioritariamente ao atendimento das necessidades básicas da população e para a melhoria de seu padrão de vida, e não à reprodução dos padrões de consumo das nações industrializadas, propugnados, exclusivamente, pelo crescimento econômico;
2. que a visão seja endógena, orientada assim para as necessidades do país [comunidade] mais do que para o sistema internacional;
3. que não se rejeite *a priori* as tradições culturais, mas que se procure aproveitá-las;
4. que se respeite o ponto de vista ecológico;
5. que seja auto-sustentável, respeitando, sempre que possível, os recursos locais, sejam eles naturais, técnicos ou humanos;
6. que seja um desenvolvimento participante, jamais tecnocrático, abrindo-se à participação das populações em todas as etapas de planejamento, execução e avaliação.

Acreditamos que o agroturismo desenvolvido de forma ética, inclusiva e solidária seja a melhor modalidade turística para alavancar o desenvolvimento sustentável em SMT, SMC e CAN. Esse modelo de turismo deverá oferecer os seguintes serviços e produtos aos visitantes e turistas:

I - Comercialização de produtos alimentícios orgânicos *in natura* de origem local e de plantas ornamentais: produtos agroindustriais artesanais, hortaliças orgânicas, flores e plantas em geral ornamentais;

II - Comercialização de produtos transformados: os produtos de origem animal (queijo, leite, embutidos, etc) e produtos de origem vegetal (doces, conservas, pães, etc) são oferecidos aos visitantes, enfatizando o processo de produção;

III - Comercialização de artesanato e trabalhos manuais: peças do artesanato utilitário (cestos, balaios, redes, etc) e de trabalhos manuais confeccionados com agulha e linha acompanhadas de informações sobre sua utilização pelos moradores e enfatizando seu processo de produção. Também podem ser oferecidos cursos aos visitantes para produzir esse artesanato.

IV - Produção rural: onde as atividades produtivas da propriedade são utilizadas como atrativos, por meio de demonstrações sobre as técnicas de produção, onde o turista também pode interagir fazendo parte do processo, como por exemplo em atividades de campo em

pomares, leiterias, apiários, pesque-pagues, criações de animais em geral, áreas de agricultura orgânica, entre outras;

V - Educação ambiental: atividades executadas em propriedades especializadas em receber grupos (normalmente de crianças, adolescentes e jovens), que buscam por atividades educativas ligadas ao meio ambiente e/ou atividades agrícolas, ambas de cunho educativo;

VI - Serviços de lazer: atividades que proporcionam entretenimento aos visitantes, comumente relacionadas a práticas físicas e passeios a locais de interesse natural ou cultural. Ex: cavalgadas ou caminhadas a engenhos, cachoeiras, grutas, bosques, caminhos históricos, pesca em tanques e rios, etc. Durante o passeio, para que os visitantes possam desfrutar de um patrimônio cultural 'vivo', para que possam observar como se desenrolou a vida dos moradores dessas comunidades, um guia local (nativo) explica a origem dos topônimos locais, fala sobre datas e acontecimentos históricos, apresenta locais e construções encontradas pelo caminho, fala sobre os primeiros moradores, as plantações, a fauna e a flora. Além de aluguel de bicicletas, passeios de carroça e de carro de boi; entre outras possibilidades;

VII - Serviços de alimentação: ocorrem em estabelecimentos normalmente situados em locais estratégicos, próximo a outros atrativos (naturais ou culturais). Em SMT e em SMC existem algumas casas que poderiam ser adaptadas para esse tipo de serviço. Podem ser restaurantes e cafés coloniais que ofereçam alimentação típica ou de preparo especial, pratos com tratamento estético diferenciado e com atenção aos valores nutricionais. Este segmento utiliza-se e valoriza as características locais, visando a originalidade do atrativo gastronômico. Os alimentos oferecidos procuram estabelecer um resgate da culinária local, podendo, inclusive, oferecer cursos relâmpagos a respeito de técnicas e receitas tradicionais de pratos típicos da culinária local. Nesses eventos os visitantes podem passar o dia no meio rural aprendendo novos pratos, comprar produtos *in natura* ou agroindustrializados e retornar ao seu município de origem para dormir. As especialidades culinárias locais e os pratos tradicionais devem figurar com destaque nos cardápios, e isto não exclui algumas pequenas adaptações (menos tempero, ou menos gordura, por exemplo) que às vezes são necessárias e podem ser realizadas sem maltratar a cozinha tradicional;

VIII - Serviços de hospedagem: oferecem atendimento personalizado ao hóspede alojado em casas, quartos coloniais, pousadas, hospedarias, campings, alojamentos, entre outros estabelecimentos que estejam envolvidos com a produção rural. Em SMT e em SMC há algumas casas especiais que poderiam ser adaptadas para servirem como meios de hospedagem alternativos;

IX – Serviços ambientais em áreas naturais: atividades desenvolvidas em áreas protegidas legalmente (Reserva Legal, Área de Preservação Permanente, Reserva Particular do Patrimônio Natural) ou desprovidas de tais normas jurídicas, que se transformam em atrativos turísticos de importância regional, agregando, inclusive, a questão da consciência ecológica aos turistas. Trilhas nestas áreas, públicas ou privadas, são atrações turísticas que têm demanda considerável. Em contrapartida, os agricultores passam a desenvolver um sistema de produção menos impactante para o meio ambiente. São os produtores familiares se beneficiando de sua localização próxima a um atrativo natural para se integrarem ao processo econômico do turismo;

XI - Patrimônio histórico: é a manifestação da história da agricultura e das comunidades, que se valoriza com a proposta do turismo, com os projetos de recuperação e uso compatível com o seu objetivo. Ex: arquitetura típica (igrejas, construções históricas, casas antigas e etnicamente representativas, etc.), equipamentos (engenhos, armazéns, estábulos, etc.), folclore, gastronomia típica, artesanato, dentre outras manifestações da cultura local;

XII - Centros de pesquisa agrícola e tecnológica: proporcionam a difusão de tecnologias ao meio rural, a realização de pesquisas e a promoção de eventos, contribuem para a ampliação da proposta do turismo, uma vez que atraem um público qualificado, em sua maioria formado por de técnicos, professores e alunos;

XIII - Eventos diversos promovidos pelas comunidades e/ou propriedades familiares: casamentos, festas locais e regionais - de cunho religioso e/ou cultural - eventos técnicos científicos concentrados em interesses profissionais (sobretudo nas áreas de agronomia, saúde, ecologia, geografia, antropologia, sociologia e nutrição), escolares ou *hobbies* específicos, feiras de produtos e exposições agropecuárias. Ocorrem em situações diversas, promovendo a cultura local e, ao mesmo tempo, integra-se à proposta de desenvolvimento econômico da região por meio da atividade turística.

Para o turismo ser desempenhado adequadamente deve ser dispensada especial atenção à qualidade, sobretudo quanto aos aspectos de segurança, conforto e higiene, dos serviços, produtos e instalações oferecidos aos visitantes e turistas. Esta dimensão de qualidade está relacionada também às paisagens e ao meio ambiente. As instalações não precisam (e nem devem) ser de ‘luxo’, mas é preciso esgotar todas as possibilidades da simplicidade ainda mantendo o nível de qualidade. A esse respeito Dóris Ruschmann destaca que “os visitantes de áreas rurais [...] buscam os aspectos simples e autênticos, característicos

do dia-a-dia do meio agrícola sem, contudo, abdicar de um conforto razoável se comparado àquele de seu cotidiano”. (RUSCHMANN, 2000).

Deve-se lembrar, ainda, uma outra questão que se projeta no turismo: o uso compartilhado de serviços públicos e alguns espaços por moradores e por turistas. Serviços públicos adequados e eficientes destinados ao morador acabam sendo usufruídos também pelos visitantes e turistas e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida do residente e beneficiam a imagem local, ajudando na alavancagem da atividade.

Muitas outras soluções são possíveis, mas não podemos enumerá-las todas aqui, além do mais, descobri-las e experimentá-las pessoalmente faz parte das características desta opção. Vamos todos construir a caminhada durante a caminhada, não precisamos ter o caminho pronto desde já.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que o objetivo desta dissertação não se relacione diretamente à elaboração de um planejamento turístico no meio rural, as informações coligidas neste estudo representam um conjunto importante de subsídios que contribuirá para que as comunidades reflitam sobre as potencialidades turísticas locais e a possibilidade de ter no turismo um aliado para o desenvolvimento social, ambiental e econômico sustentável; além de destacar a necessidade do resgate das matrizes culturais no processo de revitalização espacial e do tecido sociocultural das comunidades São Marcos, São Mateus e Canudos.

Apresentamos uma análise crítica a respeito da dinâmica desencadeada a partir do povoamento de Biguaçu e posteriormente de Três Riachos, notadamente das comunidades São Mateus, São Marcos, Canudos e suas práxis socioformadoras e seus desdobramentos na configuração da cultura e na formação socioespacial. A reflexão sobre o tema considerou o contexto de transformações ocorridas no meio rural brasileiro, analisando os múltiplos aspectos determinantes da nova realidade.

A apropriação do espaço pelo turismo, longe de repercutir apenas sobre os aspectos naturais, tem implicações também sociais, econômicas e culturais. Portanto, é preciso analisar qual o papel que cabe ao agroturismo no (re)ordenamento dos espaços rurais, considerando-se que é nos núcleos receptores que se dá, de forma mais explícita, o ‘consumo’ do espaço.

A pesquisa em torno do turismo na agricultura familiar, seja pela academia, pelos agricultores ou por agentes públicos que trabalham com o turismo, torna-se relevante no sentido da problematização de questões que interferem na vida rural e no agroturismo catarinense, contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento de ações que tenham a família rural como protagonista.

O projeto *Rurbano*⁶⁵ destaca a ocorrência de um significativo processo de reestruturação do espaço rural em função da perda progressiva da capacidade geradora de renda das atividades agrícolas tradicionais, a partir do qual algumas atividades produtivas são deslocadas e outras são criadas ou recriadas em novas bases. Teoricamente, a hipótese implica afirmar que o global, ao relacionar-se com o local, desconstrói velhas e reconstrói novas territorialidades, qualitativamente diferentes que, no caso do meio rural, se traduz no estabelecimento de uma nova relação rural-urbano como consequência da ampliação das atividades não agrícolas e pela determinação de um ‘novo lugar’ para as atividades agrícolas.

⁶⁵ O projeto *Rurbano* foi um estudo realizado pelo grupo do professor José Graziano da Silva (USP) em 1998, patrocinado pelo MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário.

O crescimento das atividades não-agrícolas no campo tem levantado inúmeras questões em relação às novas funções e significados atribuídos ao meio rural. O campo deixa de ser encarado apenas como espaço de produção agrícola, e passa a ser visto também como um espaço de lazer e reprodução social.

A pluriatividade e a multifuncionalidade da agricultura familiar são temas de estudo principalmente da sociologia rural, da agronomia, da geografia e da economia. Mais recentemente o turismo aparece nas discussões da família quanto ao uso da propriedade rural como ingresso para esta nova forma de reprodução social. Visto pela perspectiva do desenvolvimento rural, o turismo nesse rural através da modalidade *agroturismo* é uma das melhores e mais eficientes alternativas para assegurar a revitalização do tecido econômico, social e cultural rural, fortalecendo-se à medida que endogeneiza os recursos, a história, as tradições e a cultura do lugar.

O entendimento de que a agricultura familiar orgânica aliada às práticas de agroturismo eticamente orientadas apresenta-se como alternativa perante a insustentabilidade socioeconômica e ambiental do nosso atual sistema de produção.

No início desse trabalho nos propomos a atingir alguns objetivos, um geral e três específicos. O primeiro objetivo específico era: ‘mapear e caracterizar o ambiente sociocultural e espacial das comunidades São Marcos, São Mateus e Canudos’. Para atingir este objetivo utilizamos dados coletados em fontes secundárias e na bibliografia pertinente disponível, como livros sobre a história de SC, dados do IBGE, dados fornecidos pela prefeitura de Biguaçu e também coletados nos documentos do acervo do Arquivo Histórico do Município de Biguaçu. A esses dados seguem comentários e avaliações que acreditamos ser importante para a apresentação de um quadro inicial deste momento de mapeamento e caracterização.

O segundo objetivo específico pretendia ‘realizar um inventário sociocultural e espacial (aspectos culturais e naturais) das comunidades São Marcos, São Mateus e Canudos’. Esse objetivo foi parcialmente atingido. Os aspectos culturais foram inventariados, analisados e apresentados no capítulo que tratou da Análise do Discurso do Sujeito Coletivo acerca de diferentes aspectos que integram a cultura das comunidades locais estudadas.

Já o inventário natural não foi possível realizá-lo plenamente em função de adversidades que surgiram durante o desenvolvimento da pesquisa em campo, como as intempéries, as longas distâncias a serem vencidas diariamente enquanto estava em campo, a falta de guias locais para nos indicar e acompanhar as visitas aos recursos naturais; e o tempo exíguo para

uma tarefa dessa envergadura. Apesar disso, foi possível elencar determinados recursos naturais que apresentam potencial turístico.

O terceiro e último objetivo específico propunha-se a ‘avaliar possibilidades de uso do legado sociocultural e espacial como fonte de serviços e produtos sustentáveis de natureza turística’. Ao colocarmos em perspectiva as expressões-chave, as idéias-centrais e os Discursos do Sujeito Coletivo percebe-se que, apesar do interesse por parte de alguns moradores, ainda há muito por fazer para que surja da coletividade a intenção de construção de empreendimentos ou de organização de produtos e serviços de natureza turística nas comunidades.

O exemplo de outros municípios como o de Santa Rosa de Lima, que seguem o modelo de desenvolvimento ético, de base local, associativo e solidário da AGRECO e da AAAC, pode servir como exemplo e um motivador a fim de aproximar a comunidade em torno de um movimento solidário de resgate sociocultural e espacial capaz de proporcionar condições para um desenvolvimento orgânico sustentável e coletivo.

O objetivo geral proposto foi ‘caracterizar os processos socioculturais e espaciais das comunidades São Marcos, São Mateus e Canudos, no município de Biguaçu/SC; considerando os discursos da população local e seus conhecimentos específicos registrados ao longo dos anos de formação das mesmas’. Consideramos atingido esse objetivo. Por meio da análise dos discursos dos moradores locais, a pesquisa apresentou, além dos saberes e fazeres tradicionais, as realidades socioculturais e espaciais desde o início do povoamento das comunidades até os dias atuais, indicando as modificações mais relevantes sofridas nos aspectos econômico, natural, social e cultural.

Como limitações do estudo podemos apontar a ausência de um inventário natural de fato, que indique e caracterize os recursos naturais, que aponte sua localização georeferenciada e que defina grau de atratividade turística dos mesmos, entre outras características pertinentes a um trabalho dessa natureza.

Mas é preciso que avancemos mais na pesquisa. Em vista da relevância do estudo que ora apresentamos e considerando suas limitações, sugerimos que para a continuidade do mesmo se realize o inventário natural, pois, sem dúvida, é um dos aspectos mais importantes para o pleno desenvolvimento do turismo da maneira que aqui foi proposta.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

ANDRADE, M. C.de. Os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M. et. al. (Orgs.). **Território: globalização, fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 213-220.

ARBACHE, J. S. Pobreza e mercados no Brasil. In: **ONU - Pobreza e mercados no Brasil: uma análise de iniciativas de políticas públicas**. Brasília: CEPAL/DFID, 2003. p. 9-115.

AZEVEDO, J. Turismo, cultura e patrimônio. In: CORILOANO. L. N. (org.). **Turismo com ética**. Fortaleza: UECE, 1998.

_____. Cultura, patrimônio e turismo. In: Irving, M. A.; Azevedo, J. **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002.

BARRETO, M. **Turismo e legado cultural**. Campinas: Papirus, 2000.

BECKER, B. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, B., COSTA, R. H., SILVEIRA, C. B., (org.). **Abordagens políticas e espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983. p. 1-8.

BENI, M. C. Conceituando turismo rural, agroturismo, turismo ecológico e ecoturismo. In: BARRETO, M., TAMANINI, E. (org.). **Redescobindo a ecologia no turismo**. Caxias do Sul: EDUCS, 2002. pp. 31-34.

BOLLE, W. Cultura, patrimônio e preservação. Texto I. In: ARANTES, A. A. (Org.). **Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**; promulgada em 5 de outubro de 1988. 18ed. São Paulo: Saraiva, 1988.

BUTTEL. F. H. Transiciones agroecológicas en el siglo XX; análisis preliminar. In: **Agricultura Y Sociedad**, v.3, n.74, 1995, ene/mar, p. 22 -36.

CABRAL, L. O. **Espaço e ruralidade num contexto de desenvolvimento voltado à agricultura familiar**. 272 p. Tese de Doutorado em Geografia – Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: 2004.

CADERNO DE INVESTIMENTOS 2007. Orçamento Participativo. Biguaçu: PMB, 2005.

CALEFFI, P. O que é ser índio hoje? A questão indígena na América Latina/Brasil no início do século XXI. In: SIDEKUM, A. **Alteridade e multiculturalismo**. Rio Grande do Sul: UNIJUÍ, 2003.

CAMPOLIN, A. I. **Abordagens qualitativas na pesquisa em agricultura familiar**. Embrapa – Centro de pesquisa agropecuária do Pantanal. Documentos 80. Corumbá: Dez. 2005.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. O. O agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. In: ALMEIDA, J.; RIEDL, M. (orgs.). **Turismo rural, ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000.

CANÁRIO, R. A escola no mundo rural: contributos para a construção de um objeto de estudo. In: **Educação, Sociedade & Culturas**, Lisboa, n.14, 2000. p.121-139.

CAPRA, F. **A Teia da Vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 1996.

_____. **O Tao da física: um paralelo entre a física moderna e o misticismo oriental**. São Paulo: Cultrix, 1983.

_____. **Sabedoria incomum**. São Paulo: Cultrix, 1988.

_____. **Ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1986.

CARDOSO, T. M. **Memórias educacionais e culturais das localidades de São Mateus, São Marcos e Canudos – Três Riachos – Biguaçu – SC**. Florianópolis: UFSC/UNIVALI - Mestrado em Educação/Mestrado em Turismo e Hotelaria, maio/2006. 20 p. Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica – Edital Universal/2006. Projeto em Avaliação.

CARNEIRO, H. **Comida e sociedade: uma história da alimentação**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAZELLA, A. A. **Contribuições metodológicas a sócio-anthropologia para o desenvolvimento territorial sustentável**. Florianópolis, Eisforia, v. 4, n. especial, p. 225-247, dez. 2006.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática. 1995.

CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. et al. (orgs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1995. p. 15-47.

_____. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M. et. al. (orgs.). **Território: globalização, fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 251-256.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. São Paulo: EDUCS, 1999.

COUTINHO, C. M. P. Reflexões sobre turismo, cultura e patrimônio: alguns exemplos para Fortaleza. In: CORIOLANO, L. N. (org.). **Turismo com ética**. Fortaleza: UECE. 1998.

CRAVIDÃO, F. M. **Turismo e cultura: o lugar dos lugares**. Revista Turismo: Visão e Ação. vol. 6, n. 3. set/dez. 2004.

DaMATTA, R. **O universo do carnaval**. Rio de Janeiro: Pinakotteke, 1981.

DENNING, M. **A cultura na era dos três mundos**. São Paulo: Francis, 2005.

DURHAM, E. R. **A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia**. São Paulo: COSAC-NAIFY, 2004.

_____. Cultura, patrimônio e preservação. Texto II. In: ARANTES, A. A. (org.). **Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ESTATUTO OP. **Estatuto do Conselho Municipal do Orçamento Participativo (COP)/Decreto 081 de 16 de agosto de 2005**. Biguaçu: PMB, 2005.

FARIAS, V. F. **Dos Açores ao Brasil meridional: uma viagem no tempo.** Florianópolis: Ed. Do Autor, 1998.

FERNANDEZ-ARMESTO, F. **Comida: uma história.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

FLANDRIN, J.; MONTANARI, M. **História da alimentação.** São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa.** Porto Alegre: Bookmann, 2004.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

GEIGER, P. P. Des-territorialização e espacialização. In: SANTOS, M. et. al. (orgs.). **Território: globalização, fragmentação.** São Paulo: Hucitec, 1996. p. 233-246.

GEERTZ, C. **Obras e vidas: o antropólogo como autor.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ. 2005.

_____. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC. 1989.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade.** São Paulo: UNESP, 1991.

GUZZATTI, T. C. **O agroturismo como instrumento de desenvolvimento rural; sistematização e análise das estratégias utilizadas para a implantação de um programa de agroturismo nas encostas da Serra Geral Catarinense.** Florianópolis, 2003. 148 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos.** São Paulo: Contexto, 2002.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 4ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** 5. ed. São Paulo: Loyola, 1989.

HEUSER, D. M. D. **Repercussões do agroturismo na qualidade de vida de núcleos familiares receptores de Santa Rosa de Lima/SC: um processo criativo e solidário.**

Florianópolis, 2002. 127 f. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina.

JOCHEM, T. A.; ALVES, D. B. **São Pedro de Alcântara – 170 anos depois: 1829 – Março – 1999**. São Pedro de Alcântara: PMSP, 1999.

KOSSOY, B. **Fotografia e história**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KRAUSE, R. **Manual de alimentos e bebidas**. Itajaí: UNIVALI, 1995.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo**. Para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

KUPER, A. **Cultura: a visão dos antropólogos**. São Paulo: EDUSC, 2002.

LABURTE-TOLRA, P.; WARNIER, J. P. **Etnologia/antropologia**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C. **O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramento)**. Caxias do Sul: EDUCS, 2003.

LEVI-STRAUSS, C. **Antropologia Estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1976.

LIMA, W. P. **Impacto ambiental do eucalipto**. São Paulo: EDUSP. 1996.

MARTINS, J. S. **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MATURANA, H. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. MAGRO, C. e PAREDES, V. (orgs.). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

MEIHY, J. C. S.; HOLANDA, F. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MINAYO, C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Brasil. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil**. 2004.

MONTENEGRO, A. T. **História oral e memória**: a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 2007.

MULLER, J. M. **Do tradicional ao agroecológico**: as veredas das transições – o caso dos agricultores familiares de Santa Rosa de Lima/SC. Florianópolis, Dissertação – Mestrado em Agroecossistemas – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Agronomia. Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, 2001.

NEVES, G. R. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades. In: SANTOS, M. et. al. (orgs.). **Território**: globalização, fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 270-282.

NICOLAS, D. H. Tempo, espaço e apropriação social do território: rumo à fragmentação na mundialização? In: SANTOS, M. et. al. (Orgs.). **Território**: globalização, fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 85-101.

OLIVEIRA, R. C. **O Trabalho do antropólogo**. São Paulo: Ed. UNESP. 1998.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Iniciativas voluntárias para o turismo sustentável**: inventário mundial de análise comparativa de 104 selos ecológicos, prêmios e iniciativas de autocomprometimento. São Paulo: ROCA, 2004.

PANOSSO NETO, A. **Filosofia do turismo**: teoria e epistemologia. São Paulo: Aleph, 2005.

PELLEGRINI, A. F. **Ecologia, cultura e turismo**. Campinas: Papirus, 1993.

PEREIRA, L. L., FREIRE, D. História oral, memória e turismo cultural. P. 121-130. In: ALBANO, C., MURTA, S. M. (orgs.). **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: UFMG. 2002.

PEREIRA, O. **O que é teoria?** 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PIAZZA, W. F. **A colonização de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

_____. **A colonização de Santa Catarina**. Florianópolis: BRDE, 1982.

PIRES, P. S. A paisagem rural como recurso turístico. In: RODRIGUEZ, A. B. (org.). **Turismo rural: prática e perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 117-132.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIEDL, M. **Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: Edusc, 2000. p.51-68.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. Turismo rural no Brasil: ensaio de uma tipologia. In: ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M. (orgs.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Papirus. 2000.

ROGNON, F. **Os Primitivos, nossos contemporâneos**. São Paulo: Papirus, 1991.

RUSCHMANN, D. O turismo rural e o desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M. (orgs.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Papirus. 2000.

RÚSSIO, W. Cultura, patrimônio e preservação. Texto III. In: ARANTES, A. A. (org.). **Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTAELLA, L. e NÖTH, W. **Imagem: cognição, semiótica e mídia**. 2. ed. São Paulo: Iluminuras. 1999.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1993.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1997a.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997b.

_____. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: edUSP, 2001.

_____. **Por uma geografia nova.** São Paulo: edUSP, 2002.

SANTOS, J. L. **O que é cultura.** 14ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. Coleção Primeiros Passos.

SANTOS, E. O. **O agroturismo e o turismo rural em propriedades da metade sul do estado do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Pallotti, 2004.

SCHMIDT, Wilson, SCHMIDT, Wilson, TURNES, V. A. Desenvolvimento local em espaços rurais: a construção de um “território” nas Encostas da Serra Geral, em Santa Catarina. In: SCHMIDT, W.; PAULILO, M. I. S.(orgs.). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003. p. 287-307.

SCHNEIDER, S. **A Pluriatividade na agricultura familiar.** Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SEMPRINI, A. **Multiculturalismo.** São Paulo: EDUSC, 1999.

SCHLUTER, R. **Gastronomia e turismo.** São Paulo: Aleph, 2003.

SILVA, Y. F. **Alimentação e transformações culturais no meio rural:** uma discussão sobre a gastronomia rural e segurança alimentar. Relatório Técnico-Científico, 30 f. Mestrado em Turismo e Hotelaria. Universidade do Vale do Itajaí: Balneário, 2007.

SILVA, Y. F.; CYRILLO, R.B. **Desenvolvimento local, impactos sociais e o agroturismo em Santa Rosa de Lima (SC):** interfaces. 90p. Relatório Técnico-Científico. Mestrado em Turismo e Hotelaria. Programa de Iniciação Científica/PIPPG). Balneário Camboriú: UNIVALI, 2004.

SILVA, Y. F.; ZAGER, G. **A hospitalidade doméstica e familiar no agroturismo holístico-ecológico de Santa Rosa de Lima/SC:** impactos sociais e perspectivas. 50 f. Relatório Técnico-Científico (Programa de Iniciação Científica - ProBIC). Graduação em Turismo e Hotelaria. Balneário Camboriú: UNIVALI, 2005.

SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: UNICAMP, 1999.

SILVA, J. G. et. al. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, J.; et al. (Orgs.). **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Santa Maria: Centro Gráfico, 1998.

SIMÃO, M. C. R. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

STAVENHAGEN, R. **Etnodesenvolvimento**: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. Anuário Antropológico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p.13-56.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável**: setor público e cenários geográficos. São Paulo: Aleph, 2000.

SOLLA, X. M. S. Turismo rural: tendências e perspectivas. In: Irving, M. A.; Azevedo, J. **Turismo**: o desafio da sustentabilidade. São Paulo: Futura, 2002.

SONTAG, S. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. et al. (orgs). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

SOUZA, M. A. A. de. Geografias da desigualdade: globalização e fragmentação. In: **Território**: globalização, fragmentação. SANTOS, M. et al (orgs.). São Paulo: Hucitec, 1996. p. 21-28.

SOUZA, M. C. Turismo rural: concepção e aproveitamento na região paranaense dos Campos Gerais de uma atividade em crescente desenvolvimento. In: Congresso Brasileiro de Turismo Rural, 2000, Piracicaba. **Anais**. Piracicaba: FEALQ, 2000. p. 209-231.

STIGLIANO, B. V.; CESAR, P. A. B. **Inventário turístico**: primeira etapa da elaboração do plano de desenvolvimento turístico. São Paulo: Alínea, 2005.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável**: conceitos e impacto ambiental. São Paulo: Aleph, 2000.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução a pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1997.

TUAN, Y. F. **Espaço e lugar:** a perspectiva da experiência. São Paulo: UNESP, 1983.

ULLER, C. D. **O agroturismo em Santa Rosa de Lima:** características e singularidades da hospedagem familiar. Balneário Camboriú, 2005. Dissertação, 120 f. Mestrado em Turismo e Hotelaria. Universidade do Vale do Itajaí, 2005.

ZIMMERMANN, A. **Turismo rural:** um modelo brasileiro. Florianópolis: Lunardeli, 1996.

FONTES ELETRÔNICAS

BIBLIOTECA. **Biguaçu/SC: um histórico do município.** Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visulaizacao/dtbs/santacatarina/biguacu.pdf>. Acesso em 20/04/2007.

BIGUAÇU. Prefeitura Municipal de Biguaçu. Disponível em: <http://www.bigua.sc.gov.br/index.php?item=historico>. Acesso em 14/05/2007.

História oral, memória e história. Disponível em: <http://www.dci.ufscar.br/historiaoral/historal.htm>. Acesso em: 07/06/2007.

ENCICLÓPEDIA SIMPOZIO. **Desenvolvimento demográfico de Santa Catarina ao tempo da província.** Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~simposio/EncReg/EncSC/MegaHSC/Santa%20Catarina%20Pr>. Acesso em 22/06/2007.

IBGE. **Censos demográficos e populacionais.** Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/população/default_censo_2000.shtm. Acesso em 22/03/2007.

_____. **Produção agrícola municipal.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfilwindowat.php?codmun=420230>. Acesso em 15/05/2008.

NÚCLEO DE ESTUDOS AÇORIANOS (NEA). **Mapeamento cultural.** Disponível em: <http://www.nea.ufsc.br/mapeamento.php>. Acesso em 10/04/2007.

O que é história? Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/historal/htm/ho_oqueehistoria.htm. Acesso em: 13/07/2007.

PRONAF. **Informação sobre o Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar 2004/2007-** Disponível em <<http://www.pronaf.gov.br>. Acesso em 10/12/2006.

APÊNDICE A - Termo de consentimento livre e esclarecido

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM TURISMO E HOTELARIA – MESTRADO ACADÊMICO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Sr (a),

Neste momento estamos convidando o senhor ou a senhora, a participar como informante da pesquisa **LEGADO SOCIOCULTURAL COMO SUBSÍDIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM TRÊS RIACHOS, MUNICÍPIO DE BIGUAÇU/SC**, que está sob a minha coordenação, Prof^a Dr^a Yolanda Flores e Silva, docente e pesquisadora desta universidade. Ainda que sua participação neste estudo seja de vital importância, você não é obrigado (a) participar da mesma, podendo desistir de participar e não assinar este termo de consentimento. Sua recusa não trará qualquer prejuízo comigo diretamente ou com a universidade. Lembre-se, você é livre e deve fazer exercer este direito a qualquer momento que desejar!

Sobre a pesquisa:

- O objetivo geral desta pesquisa é o de **Caracterizar os processos socioculturais e espaciais das comunidades São Marcos, São Mateus e Canudos, em Três Riachos, no município de Biguaçu/SC; considerando os discursos da população local e seus conhecimentos específicos registrados ao longo dos anos de formação das mesmas;**
- Nesta etapa do estudo sua participação consistirá em responder e discutir com os pesquisadores, questões sobre o objetivo acima. Os procedimentos adotados para obtermos os dados necessários serão: observação da comunidade, entrevistas, análises;
- Os riscos relacionados com a sua participação são nulos do ponto de vista físico, já que não faremos qualquer procedimento que envolva coleta de dados desta natureza;
- Os benefícios: participação em uma pesquisa de mapeamento e resgate em que o senhor ou a senhora são os atores sociais ativos; envolvimento emocional e solidário com pesquisadores (orientador / bolsista) na reflexão de idéias que são importantes enquanto aprendizado para nós na universidade e para sua comunidade;
- As informações por escrito dessa pesquisa poderão ser ANÔNIMAS caso essa seja a sua vontade. Embora divulguemos os dados nos meios acadêmicos através de publicação e apresentação em eventos nacionais e internacionais, seu nome e outros dados que o (a) identifiquem serão protegidos;

- Na elaboração do texto final, caso queira participar com mais informações ou auxiliar no fechamento do relatório e outros documentos relativos à pesquisa, você terá seu nome divulgado como co-autor dos mesmos.

Você receberá uma cópia deste termo em que constam meu telefone e endereço eletrônico para quaisquer dúvidas que venha a ter sobre a pesquisa e sua participação, agora ou a qualquer momento. Prof^a Dr^a Yolanda Flores e Silva - Mestrado em Turismo e Hotelaria - yolanda@univali.br / Fone: 021 –48-3261 1211

Declaro que entendi a proposta e os objetivos de minha participação nessa pesquisa e concordo em participar. Meu nome: _____, CPF _____; RG _____.

Informante da Pesquisa

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM TURISMO E HOTELARIA – MESTRADO ACADÊMICO

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

- Nome:
- Idade:
- Local de Nascimento:
- Estado Civil:
- Nome do Cônjuge:
- Nome dos Pais:
- Nome dos Irmãos (ãs):
- Reside a _____ anos na Vila: () São Mateus () São Marcos () Canudos
- Tempo de Ocupação na Atividade Agrícola:
- Tempo de Filiação a ADM:
- Número de Pessoas da Família que Convivem e Trabalham Juntas:

2. DADOS ESPECÍFICOS

- Qual a origem da localidade de Três Riachos (TR)? Como surgiram as vilas de São Mateus (SMT), São Marcos (SMC) e Canudos (CAN)?
- Quantos anos tem a localidade?
- De onde vieram as pessoas que moram hoje nas vilas?
- Por que essas pessoas vieram morar em TR?
- Que atividades desenvolviam estas pessoas?
- Que lembranças você tem do passado? Pessoas, acontecimentos, costumes, comemorações etc.?
- Você tem conhecimento de alguma lenda ou história fantástica envolvendo as vilas ou sua gente?
- TR tinha outro nome? E as vilas?

- Quais os encontros festivos e/ou comemorativos mais significativos para as pessoas da localidade?
- Que atividades artesanais havia nas vilas e quem hoje ainda as desempenha?
- Em momentos de doença a quem se recorre? Médicos da cidade? Benzedeiros? Ervas medicinais? Rezas?
- O que você considera diferente nas vilas de outras localidades? É o jeito de falar? São as roupas? São as casas e a maneira de organizá-las? São os jardins? São as comidas?
- E sobre as comidas? Vocês possuem alimentos especiais? Existem pratos diferentes para cada ocasião (como por exemplo em casamentos, batizados, enterros, para receber visitas da família, visitas de amigos etc.)?
- Quais os alimentos mais consumidos? São servidos em que ocasião?
- Para o preparo dos pratos vocês precisam comprar os ingredientes ou vocês têm em casa?
- As receitas foram criadas por você ou por alguém da sua família? Outra pessoa? Quem?
- Quanto à escola, qual foi a primeira da localidade?
- De onde vieram os (as) professores (as)? Eles (as) moravam em TR? Estes (as) professores (as) estão vivos?
- Quem freqüentava essa escola? Essas pessoas estão vivas?
- E os (as) professores (as) de hoje em dia, eles (as) são de onde?
- Você freqüenta a Igreja? Vai às missas ou cultos? Onde?
- Como você vê a saída, da localidade, dos jovens para trabalhar-estudar-morar e das mulheres adultas para trabalhar na capital ou em cidades vizinhas?
- Como você se sente com relação a esta situação? O que você acha que pode acontecer com as vilas se permanecer essa situação?
- Você acha que algo deveria ser feito para mudar essa situação? O que você sugere?
- Você tem conhecimento de ações propostas pela ADM para reverter esta situação? Você concorda com elas? Sugeriria outras?
- Qual a sua opinião sobre desenvolver o turismo na localidade?
- Você acha que os turistas teriam interesse de visitar a localidade? Por quê?
- O que você acha que poderia ser feito para atrair turistas à localidade?

APÊNDICE C – Roteiro de observação

1. Dados Gerais a Serem Observados:

- Localização da comunidade visitada;
- Aspectos paisagísticos – natural e construído;
- Organização das construções domésticas (aspectos visuais);
- Organização das construções comerciais (aspectos visuais);
- Tipos de ruas (asfalto? paralelepípedo? de terra? de barro?);
- Têm água, esgoto ou sujidades nas ruas?

2. Dados Relacionados às Construções Domésticas:

- Organização das casas nos terrenos? Têm mais de uma casa no mesmo terreno?
- As casas possuem jardins? E quintais?
- As casas têm lixeiras nas portas?
- As casas são pintadas?
- A arquitetura é agradável ao olhar?
- Existe o predomínio de algum estilo de construção?
- Qual o material utilizado na construção das casas? Elas são de alvenaria ou de madeira?
- Em média, as casas são grandes ou pequenas? As construções aparentam segurança?

3. Dados Relacionados às Construções Comerciais:

- Quais os estabelecimentos comerciais você localizou?
- Quais os estabelecimentos você não conseguiu localizar?
- Há organizações governamentais que atuam na localidade (estaduais, municipais ou federais)?
- Aspectos de construção de: comércios, escolas, postos de saúde e igrejas.
- Quais os ambientes de lazer e recreação.

4. Dados Relacionados às Pessoas Observadas:

- Quais são as características étnico-raciais predominantes?
- As pessoas na rua demonstram curiosidade com a sua presença?
- É perceptível alguma conduta diferente em relação a você? Descreva esta conduta.
- Qual é a faixa etária predominante? Você observou mais pessoas jovens ou idosas?

5. Observações e Impressões do Primeiro Contato com a Comunidade

APÊNDICA D – CD Rom com fotografias das comunidades São Mateus, São Marcos e Canudos

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)